



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**ESTEREÓTIPOS E INTENÇÃO DE ADOTAR UMA CRIANÇA: UMA  
EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS**

**Jérsia Laís Fonseca dos Santos**

**JOÃO PESSOA**

**FEVEREIRO DE 2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**Jérsia Laís Fonseca dos Santos**

**ESTEREÓTIPOS E INTENÇÃO DE ADOTAR UMA CRIANÇA: UMA  
EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Mestrado), da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para a obtenção do grau de *Mestre* em Psicologia Social.

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Nunes da Fonsêca

**JOÃO PESSOA**

**FEVEREIRO DE 2017**

S237e Santos, Jérssia Laís Fonseca dos.

Estereótipos e intenção de adotar uma criança: uma explicação  
pautada nos valores humanos / Jérssia Laís Fonseca dos Santos.-  
João Pessoa, 2017.

147 f. : il.-

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Nunes da Fonsêca.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL

1. Psicologia Social. 2. Estereótipos. 3. Intenção de Adotar.  
4. Valores Humanos. I. Título.

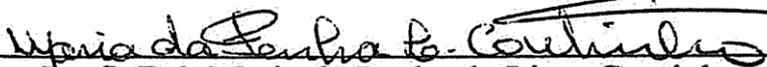
UFPB/BC

CDU – 316.6(043)

**ESTEREÓTIPOS E INTENÇÃO DE ADOTAR UMA CRIANÇA: UMA  
EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS**

BANCA AVALIADORA:

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Patricia Nunes da Fonseca  
*Orientadora*

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria da Penha de Lima Coutinho  
*Membro interno*

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Ligia de Aquino Gouveia  
*Membro externo*

*À minha amada família*

*“A família não nasce pronta; constrói-se aos poucos e é o melhor laboratório do amor. Em casa, entre pais e filhos, pode-se aprender a amar, ter respeito, fé, solidariedade, companheirismo e outros sentimentos”.*

Luis Fernando Verissimo

## AGRADECIMENTOS

Certamente escrever uma dissertação não é tão fácil, porém todo esforço em busca de uma formação acadêmica vale à pena. Durante esse processo aprendi muito. Aprendi que sei muito pouco, aprendi a não desistir e, sobretudo, aprendi que não chegaria a lugar nenhum sozinha. Se hoje me sinto realizada por finalizar mais uma etapa da minha formação, devo isso ao apoio e confiança de muitos, os quais não me deixaram desanimar ao longo dessa caminhada.

Primeiramente agradeço a Deus, presença constante em minha vida, que a todo o momento me deu forças para superar os desafios e discernimento para realizar este estudo.

Minha gratidão à professora Patrícia Nunes da Fonsêca, minha orientadora, amiga, “mãe”, um exemplo de mulher, pessoa e pesquisadora, a quem muito aprendi a admirar e respeitar. Obrigada por todos os ensinamentos diários, por todo apoio durante esses sete anos de convivência e orientação. Obrigada por fazer com que eu me sentisse uma pessoa de valor, por confiar em mim, mais do que eu mesma. Desejo ser capaz de retribuir tudo isso, e um dia me tornar uma profissional como a senhora, que ajuda os jovens na busca da realização de seus sonhos e na construção de um futuro digno.

Aos meus amados pais, Josilda Fonseca e Lenilson dos Santos, sem os quais eu não estaria aqui. Por todo amor e carinho, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando em todas as decisões, por acreditarem no meu potencial.

À minha querida avó, Josefa Fonseca, pelo exemplo que é em minha vida, mulher guerreira, batalhadora, que me ensinou a importância de seguir os objetivos com seriedade e dignidade. Obrigada por ser minha referência e estar sempre presente na minha vida de uma forma indispensável. Seu amor, carinho e incentivo, mesmo sem compreender muito bem o que eu fazia, foram fundamentais para a minha formação acadêmica.

À minha tia Maria da Luz Fonseca, que é sempre uma “luz” em minha vida, nunca me deixou faltar nada. Agradeço por ter feito de tudo para que eu tivesse uma boa educação, além de todo apoio e amor que me dá até hoje.

Agradeço também ao meu namorado, Edyonaldo Macena, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando e dando forças quando eu mais precisei. Tenho sorte de ter encontrado alguém que busca crescer na vida junto comigo, que sempre me apoia e não me deixa desistir. Obrigada por todo o seu amor, carinho e paciência.

À minha amiga Nájila Bianca (Bia), companheira inseparável desde o início do Mestrado. Com você dividi todas as dúvidas, anseios, medos, experiências e alegrias. O seu apoio, confiança e, sobretudo o seu “jeitinho” divertido, que me faz rir nos momentos em que eu mais preciso, foram essenciais para a conclusão dessa etapa.

À todos os meus colegas e companheiros do Núcleo de Desenvolvimento Humano, Educacional e Social (NEDHES), que me auxiliaram na realização deste estudo, participando da coleta e análise dos dados. Entre a enorme lista agradeço especialmente a Rosicléia Palitot (Rosy) e Maria Izabel (Bel), que me ajudaram na árdua tarefa de coletar e digitar os dados, em um momento de muita dificuldade. Agradeço também a Ricardo Neves Couto pelo significativo apoio na análise dos dados e por todos os ensinamentos, sobretudo da parte estatística.

Às professoras que aceitaram participar da Banca Avaliadora deste trabalho, professora Maria da Penha de Lima Coutinho e professora Maria Lígia de Aquino Gouveia. Agradeço por aceitarem o convite e oferecerem suas experiências, seus pontos de vista e suas críticas que me permitirão desenvolver academicamente.

Ademais, agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, que contribuíram para minha formação acadêmica. E por fim, à Capes, pela bolsa concedida, permitindo minha dedicação exclusiva ao Mestrado.

## ESTEREÓTIPOS E INTENÇÃO DE ADOTAR UMA CRIANÇA: UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS

**Resumo:** A presente dissertação tem como objetivo analisar se os valores humanos explicam os estereótipos da criança adotada e a intenção de adotar. Para alcançar tal objetivo foram realizados dois estudos. No estudo 1 objetivou-se elaborar a Escala de Estereótipos da Criança Adotada, reunindo evidências de validade e precisão. Participaram 208 pessoas da população geral de João Pessoa (PB), sendo 52,9% do sexo feminino, com idade média de 24,6 anos ( $DP = 7,27$ ). Estas responderam a *Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA)* e questões sociodemográficas. Para realizar as análises foi utilizado o SPSS. Uma análise de componentes principais (rotação varimax) identificou uma estrutura com três componentes que explicaram conjuntamente 54,3% da variância total, apresentando índices de consistência interna satisfatórios: *comportamentos indesejáveis* ( $\alpha=0,87$ ), *comportamentos desejáveis* ( $\alpha=0,83$ ) e *atributos psicológicos negativos* ( $\alpha=0,71$ ). No estudo 2 buscou-se comprovar a estrutura da EECA, além de conhecer a relação entre valores humanos, estereótipos e intenção de adotar. Participaram 245 pessoas da população geral da cidade de João Pessoa (PB), sendo a maioria do sexo masculino (59,2%), com idade média de 25,5 anos ( $DP = 7,10$ ). Estes responderam a EECA, o Questionário de Valores Básicos e um questionário sociodemográfico. Por meio de uma análise fatorial confirmatória foi ratificada a estrutura tridimensional da EECA [ $\chi^2(129) = 317,829$ ;  $p < 0,001$ ;  $\chi^2/gl = 2,46$ ,  $CFI = 0,90$ ,  $TLI = 0,88$  e  $RMSEA = 0,07$  ( $IC90\% = 0,067 - 0,088$ )]. Ao realizar as análises de correlação de *Person*, observou-se que os estereótipos da criança adotada se correlacionaram de forma significativa e positiva com as subfunções normativa ( $r = 0,66$ ;  $p < 0,01$ ) e existência ( $r = 0,17$ ;  $p < 0,01$ ); e negativamente com a subfunção realização ( $r = -0,13$ ;  $p < 0,05$ ). Já a intenção de adotar se correlacionou positivamente com a subfunção interativa ( $r = 0,16$ ;  $p < 0,05$ ) e negativamente com a subfunção realização ( $r = -0,13$ ;  $p < 0,05$ ). Ao realizar Regressões lineares (Método *Stepwise*), verificou-se que a subfunção realização explicou os comportamentos indesejáveis ( $\beta = 0,13$ ;  $t = 2,07$   $p < 0,001$ ), a subfunção normativa explicou os comportamentos desejáveis ( $\beta = 0,66$ ;  $t = 13,86$   $p < 0,001$ ) e os atributos psicológicos negativos ( $\beta = 0,48$ ;  $t = 8,71$   $p < 0,001$ ). Com relação à intenção de adotar, foi possível observar que se apresentaram como melhores preditores as subfunções interativa ( $\beta = 0,22$ ;  $p < 0,05$ ) e realização ( $\beta = -0,20$ ;  $p < 0,05$ ). Conclui-se que os valores humanos constituem-se como uma variável importante na explicação dos estereótipos, bem como na intenção de adotar. Fornecendo dados empíricos para o desenvolvimento de intervenções que busquem desconstruir os estereótipos negativos e os preconceitos que envolvem a adoção, sobretudo a criança adotada, incentivando, assim, as pessoas a realizarem uma adoção.

**Palavras-chave:** Estereótipos; intenção de adotar; valores humanos.

## STEREOTYPES AND INTENTION TO ADOPT A CHILD: AN EXPLANATION BASED ON THE HUMAN VALUES

**Abstract:** This dissertation aims to analyze if the human values explain the stereotypes of the adopted child and the intention to adopt. Two studies were carried out to achieve this objective. In study 1 aimed to elaborate the Stereotypes of Adopted Child Scale, gathering evidence of validity and precision. Participated 208 people from the general population of João Pessoa (PB), being 52.9% female, with an average age of 24.6 years ( $SD = 7.27$ ). These answered the Stereotypes of the Adopted Child Scale (SACS) and sociodemographic questions. SPSS was used to perform the analyzes. A main components analysis (varimax rotation) identified a structure with three components that together explained 54.3% of the total variance, presenting satisfactory internal consistency indices: undesirable behaviors ( $\alpha = .87$ ), desirable behaviors ( $\alpha = .83$ ) and negative psychological attributes ( $\alpha = .71$ ). In study 2 tried to prove the structure of the SPSS, besides knowing the relation between human values, stereotypes and intention to adopt. In this study, 245 people from the general population of the city of João Pessoa (PB) participated, with a majority of males (59.2%), with an average age of 25.5 years ( $SD = 7.10$ ). They answered the SPSS, the Basic Values Questionnaire and a sociodemographic questionnaire. Using a confirmatory factorial analysis, the three-dimensional structure of the SPSS was used to perform the analyzes [ $\chi^2 (129) = 317,829$ ;  $p < .001$ ;  $X^2 / gl = 2.46$ , CFI = .90, TLI = .88 and RMSEA = .07 (IC 90% = .067 - .088)]. When performing the Person correlation analyzes, it was observed that the stereotypes of the adopted child correlated significantly and positively with the normative sub-functions ( $r = .66$ ,  $p < .01$ ) and existence ( $r = .17$ ;  $p < .01$ ); and negatively with the promotion subfunction ( $r = -.13$ ,  $p < .05$ ). The intention to adopt was positively correlated with the interactive subfunction ( $r = .16$ ,  $p < .05$ ) and negatively with the promotion subfunction ( $r = -.13$ ,  $p < .05$ ). When performing linear regressions (Stepwise Method), it was found that the achievement sub-function explained the undesirable behaviors ( $\beta = .13$ ,  $t = 2.07$   $p < .001$ ), the normative subfunction explained the desirable behaviors ( $\beta = .66$ ;  $t = 13.86$   $p < .001$ ) and negative psychological attributes ( $\beta = .48$ ;  $t = 8.71$   $p < .001$ ). Regarding the intention to adopt, it was possible to observe that the interactive subfunctions ( $\beta = .22$ ,  $p < .05$ ) and promotion ( $\beta = -.20$ ,  $p < .05$ ) were presented as the best predictors. It is concluded that human values constitute an important variable in explaining the stereotypes as well as in the intention to adopt. Providing empirical data for the development of interventions that seek to dismantle the negative stereotypes and biases surrounding adoption, especially the adopted child, thereby encouraging people to adopt.

**Keywords:** Stereotypes; intention to adopt; humans values.

## SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO .....	15
PARTE I. MARCO TEÓRICO .....	20
CAPÍTULO 1. ADOÇÃO .....	21
1.1. Adoção: um breve histórico .....	22
1.2. Evolução histórica da adoção no Brasil .....	28
1.3. Tipos de adoção .....	33
1.4. Cadastro, habilitação e procedimento para adoção .....	36
1.5. A adoção na literatura .....	38
CAPÍTULO 2. ESTEREÓTIPOS .....	41
2.1. Estereótipos: conceito e caracterização .....	44
2.2. Teoria da Identidade Social e os estereótipos .....	50
2.3. Medidas dos estereótipos .....	51
2.4. Mitos, medos e estereótipos acerca das crianças adotadas .....	59
CAPÍTULO 3. VALORES HUMANOS .....	64
3.1. Antecedentes históricos dos valores humanos .....	65
3.2. Perspectiva Cultural .....	69
3.2.1. <i>Geert Hofstede</i> .....	70
3.2.2. <i>Ronald Inglehart</i> .....	72
3.3. Perspectiva psicológica .....	74
3.3.1. <i>Milton Rokeach</i> .....	74
3.3.2. <i>Shalom Schwartz</i> .....	76
3.4. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos .....	79
PARTE II. ESTUDOS EMPÍRICOS .....	88
CAPÍTULO 4. PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DA ESCALA DE ESTEREÓTIPOS DA CRIANÇA ADOTADA (EECA) .....	89
4.1. Método .....	90
4.1.1. <i>Delineamento e Hipóteses</i> .....	90
4.1.2. <i>Participantes</i> .....	90
4.1.3. <i>Instrumentos</i> .....	90
4.1.4. <i>Procedimento</i> .....	91
4.1.5. <i>Análise de Dados</i> .....	92

4.2. Resultados.....	93
4.2.1. Poder discriminativo dos itens.....	93
4.2.2. Análise de componentes principais.....	95
4.3. Discussão Parcial.....	100
CAPÍTULO 5. RELAÇÃO ENTRE VALORES HUMANOS, ESTEREÓTIPOS E INTENÇÃO DE ADOPTAR.....	103
5.1. Método.....	104
5.1.1. Delineamento e Hipóteses.....	104
5.1.2. Participantes.....	106
5.1.3. Instrumentos.....	106
5.1.4. Procedimento.....	107
5.1.5. Análise de dados.....	108
5.2. Resultados.....	109
5.2.1. Comprovação da estrutura fatorial da EECA.....	109
5.2.2. Correlação entre valores humanos, estereótipos e intenção de adotar.....	112
5.2.3. Valores humanos como preditores os estereótipos e da intenção de adotar.....	113
5.3. Discussão Parcial.....	115
CAPÍTULO 6. DISCUSSÃO GERAL.....	119
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS.....	141

## LISTA DE TABELAS

---

Tabela 1. Crenças e realidade acerca das crianças adotadas .....	62
Tabela 2. Poder discriminativo dos itens da EECA .....	94
Tabela 3. Estrutura fatorial da EECA.....	98
Tabela 4. Índices de bondade de ajuste para os modelos alternativos da EECA .....	111
Tabela 5. Correlação entre valores humanos, estereótipos e intenção de adotar .....	112
Tabela 6. Subfunções valorativas como variáveis preditoras da intenção de adotar .....	114

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1. Estrutura dos tipos motivacionais .....	78
Figura 2. Funções, subfunções e valores específicos .....	82
Figura 3. Congruência das subfunções dos valores humanos .....	84
Figura 4. Representação gráfica dos valores próprios.....	96
Figura 5. Modelo de equação estrutural da EECA.....	110



No Brasil, assim como na maioria dos países ocidentais, um grande número de crianças abandonadas por seus pais biológicos encontram-se institucionalizadas à espera de adoção, fato cada vez mais difícil à medida que o tempo passa e elas crescem. Tal situação gera um fenômeno de exclusão social evidente, que impede muitas crianças de crescerem em um ambiente familiar (Pontes, Cabrera, Ferreira, & Vaisberg, 2008).

Frente a esta questão social, a adoção representa uma medida de proteção que proporciona às crianças que, por diversos motivos, não puderam conviver no ambiente familiar de origem, a possibilidade de pertencer a uma nova família, garantindo assim o direito fundamental à convivência familiar (Barbosa-Ducharne & Barroso, 2012).

A adoção, atualmente, é definida como um ato jurídico que gera laços de paternidade e filiação entre pessoas naturalmente estranhas umas às outras (Carvalho, 2013). No entanto, registros indicam que o ato de adotar é reconhecido há muitos séculos, assumindo significados, características e objetivos distintos, ao longo da história e em diferentes culturas (Amim & Menandro, 2007; Maux & Dutra, 2010).

No Brasil, por exemplo, de acordo com o Código Civil de 1916, a adoção *clássica* surge com objetivo de atender apenas os interesses dos adotantes, onde somente recorriam a adoção os casais inférteis, os quais já tinham esgotadas todas as possibilidades de terem um filho biológico (Weber, 1998). Nas últimas décadas, com a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o sentido da adoção é modificado, não sendo mais visto como um último recurso a que casais recorrem quando não podem ter filhos biológicos. A adoção passa a ser compreendida como uma possibilidade de garantir a criança e ao adolescente o direito de crescer em uma família (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Não obstante, ainda se ouvem expressões do tipo: *Por que adotaram uma criança? Não conseguiram ter filhos? Que idade a criança tem? De onde ela veio? É preciso muita coragem para adotar!* Tais questionamentos e afirmações evidenciam conteúdos de ordem cultural, em

que a prática da adoção ainda é associada, sobretudo, a casos de infertilidade, o que leva as pessoas a buscarem preferencialmente crianças recém-nascidas com características físicas semelhantes a dos pais adotivos (Amim & Menandro, 2007).

Conforme o Cadastro Nacional de Adoção (CNA, 2015), o maior obstáculo enfrentado na adoção é a questão da idade, visto que a maioria das famílias dá prioridade às crianças mais novas. Tais aspectos refletem os empecilhos observados entre o perfil de crianças disponíveis para adoção e a demanda das pessoas interessadas em adotar. Atualmente, há registros de 5.635 crianças e adolescentes aptos para a adoção, por outro lado, 33.627 pretendentes a adotar, o que representa um número de quase 6,0 vezes maior (CNA, 2015). Além disso, a maioria desses pretendentes não possui filhos biológicos (76,51%) e nem filhos adotivos (92,55%), confirmando que o fato de não ter filhos ainda é um dos principais motivos que levam a adoção.

Estes indicadores podem ser justificados em razão da adoção carregar em suas raízes históricas medos e fantasias (Pinto & Picon, 2009), que contribuem para fortalecer a crença de que adotar uma criança pode ser um risco, tendo em vista a vulnerabilidade a problemas de comportamentos associados a herança genética (Maux & Dutra, 2010). Para além de tais aspectos, acrescenta-se o fato de que até a década de 80 eram escassas as pesquisas científicas sobre a adoção, contribuindo significativamente para que, até os dias atuais, esta forma de filiação esteja atrelada a estereótipos e preconceito (Weber, 2011).

De modo geral, verifica-se que os estudos referentes à adoção vêm crescendo a cada ano e as pesquisas são conduzidas sob diferentes enfoques, no entanto, grande parte dos estudos focalizam os comportamentos e, sobretudo, as dificuldades das crianças que são adotadas (Baptista, Soares, & Henriques, 2013; Baumgarten, Busnello, & Tatsch, 2013; Levinzon, 2015; Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009; Schettini, 2007; Sonogo & Lopes, 2009; Van Ijzendoorn & Juffer, 2006), revelando-se carência de estudos que abordem casos bem sucedidos de adoção,

de modo que se possa romper com estereótipos negativos acerca da temática (Huber & Siqueira, 2010).

Partindo desse pressuposto é relevante questionar sobre os estereótipos da criança adotada. Os estereótipos são imagens ou representações coletivas, isto é, são ideias preconcebidas comuns a um grupo social, que cada sujeito faz de uma classe de pessoas (Tajfel, 1972). Eles indicam os atributos e comportamentos considerados típicos de membros de um grupo, podendo tanto ser positivos quanto negativos (Michener, Delamater, & Myers, 2003).

Geralmente as crianças adotadas são associadas a estereótipos negativos, os quais advêm de crenças e informações compartilhadas, que generalizam casos mal sucedidos de adoção, bem como de casos clínicos, os quais consideram a perda dos pais biológicos como determinante de todos os problemas desenvolvidos pela criança adotada. De tal modo, forma-se uma representação negativa acerca da adoção e, principalmente, em relação aos filhos adotivos, vistos na cultura popular como crianças problemáticas, revoltadas, que carregam um “trauma” por terem sido abandonadas e propensas a repetir comportamentos agressivos e inadequados de seus pais biológicos (Weber, 1998, 2011), o que contribui para enfraquecer a prática da adoção.

Assim, destaca-se a importância de conhecer os estereótipos relativos à criança adotada, uma vez que estes podem influenciar na possibilidade das pessoas realizarem uma adoção. Além disso, os estereótipos são influenciados pelos valores humanos, definidos como princípios que guiam os comportamentos e representam cognitivamente as necessidades humanas (Gouveia, 2013), sendo importantes para a compreensão das ações, julgamentos, escolhas e opiniões das pessoas (Rokeach, 1973). Logo, os valores constituem-se como uma variável relevante na explicação de diversos fenômenos sócio psicológicos (Bardi & Schwartz, 2003).

Isto posto, questiona-se: os valores humanos são capazes de explicar os estereótipos e a intenção de adotar uma criança? Frente a esta problemática, o presente estudo tem como

objetivo analisar se os valores humanos explicam os estereótipos da criança adotada e a intenção de adotar. Especificamente, pretende-se elaborar a *Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA)*; conhecer evidências psicométricas da *EECA*; identificar os correlatos valorativos dos estereótipos da criança adotada e da intenção de adotar; e verificar o poder preditivo dos valores humanos nos estereótipos e na intenção de adotar.

A fim de atender os objetivos propostos, esta dissertação está organizada em duas partes principais, Marco Teórico (Parte I) e Estudos Empíricos (Parte II). A Parte I compreende três capítulos: (1) *Adoção*, que tem como objetivo fazer um apanhado acerca da adoção, apresentando sua evolução histórica, além de verificar como o tema tem sido abordado na literatura internacional e nacional; (2) *Estereótipos*, por meio do qual apresentam-se a definição, caracterização, as bases teóricas e as formas de mensuração dos estereótipos, além de destacar o que a literatura traz sobre os estereótipos da criança adotada; e (3) *Valores Humanos*, no qual busca-se fazer um apanhado acerca dos estudos sobre os valores humanos, bem como apresentar suas principais teorias, dando ênfase a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 1998, 2013), a qual embasará este estudo.

A parte II é composta por dois estudos: (4) *Elaboração e evidências psicométricas da Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA)*, que objetivou elaborar a Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA), reunindo evidências de validade e precisão; e (5) *Relação entre valores humanos, estereótipos e intenção de adotar*, que buscou conhecer as correlações entre valores humanos, estereótipos e intenção de adotar, além de verificar o poder dos valores humanos em predizer os estereótipos e a intenção de adotar. Por fim, apresenta-se a (6) *Discussão geral*, em que os achados são discutidos com base na teoria adotada nesta dissertação, além de apontar as limitações do estudo e direções futuras.

## **PARTE I. MARCO TEÓRICO**



A adoção é um ato jurídico que efetiva o direito fundamental à convivência familiar, após serem esgotadas todas as possibilidades de conservação da criança/adolescente na família de origem (Levinzon, 2015). Conforme será discutido no decorrer desta pesquisa, embora seja uma prática reconhecida historicamente, a adoção ainda está atrelada a estereótipos e preconceitos, sendo comumente referida pela sociedade como problemática, através da mídia ou pela literatura.

Isto posto, o presente capítulo tem como objetivo fazer um breve resumo acerca da adoção, apresentando um traçado histórico da sua evolução, possibilitando uma compreensão dessa prática ao longo dos anos. Ainda, será exposto um panorama dos estudos sobre adoção, a fim de verificar como o tema tem sido abordado na literatura internacional e nacional, procurando, sobretudo, evidenciar como a criança adotada é percebida.

### **1.1. Adoção: um breve histórico**

A adoção tem sido um tema enfatizado pela mídia nos últimos anos, estando presente em novelas (e.g., *Totalmente Demais*, *A Terra Prometida*, *Cúmplices de Um Resgate*) e programas (e.g., *Fantástico*, *Jornal da Record*, *SBT e Você*) exibidos pelas principais redes de televisão do Brasil. Comumente, em jornais, revistas e redes sociais encontram-se notícias de famosos que adotaram, a exemplo da cantora Daniela Mercury, a jornalista Glória Maria, bem como o casal de atores Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank. Contudo, tal exposição não traz consigo reflexões sobre o assunto, as quais ficam comumente restritas às famílias adotivas e aos profissionais que as assistem, incluindo, ainda, os Grupos de Apoio à Adoção (Maux & Dutra, 2010). Isto contribui para que a prática da adoção seja, muitas vezes carregada de estereótipos e preconceito, refletindo o desconhecimento a respeito da temática.

O vocábulo adoção vem do latim, *adoptio*, que significa escolher, adotar. Segundo Souza (2007), adotar é dar a alguém a oportunidade de crescer, consistindo assim em uma decisão importante para a vida. Nesse sentido, a adoção se constitui como a inserção de uma criança numa família, de forma definitiva e com construção de vínculos característicos desta filiação, de tal modo que a criança seja vista realmente como um filho que se escolheu ter.

A adoção é uma prática universal tão antiga quanto a própria história da humanidade (Schettini, 2007). A literatura aponta que as civilizações antigas, a exemplo do Egito, Babilônia, Caldeia, Palestina, Grécia, Índia e Roma Antiga tinham como prática comum criar filhos alheios por meio da adoção (Azambuja, 2001). Além disso, passagens bíblicas trazem indicações da existência de adoção entre os hebreus, como a história de Moisés. Aproximadamente no ano de 1.250 a.C., por determinação do Faraó, todas as crianças israelitas do sexo masculino deveriam ser mortas. Coube, então, à mãe de um desses meninos colocá-lo dentro de um cesto à beira do rio, na esperança de que o mesmo sobrevivesse. A criança foi encontrada por Térmulas, filha do Faraó, que o adotou como filho, lhe dando o nome de Moisés (Paiva, 2004). Ademais, outros escritos bíblicos também mencionam casos de adoção, como o de Ester, filha adotiva de Mardoqueu; e o de Sara que adotou os filhos de sua serva, Agar (Granato, 2014).

Historicamente, a adoção esteve presente nas sociedades e se mantém até os dias atuais. No entanto, não se enquadra em nenhum esquema de evolucionismo linear, visto que recebeu várias definições e significados no decorrer dos tempos, desde religiosos até políticos, variando de acordo com a cultura e modo de pensar de cada época. Na antiguidade, por exemplo, Marco Túlio Cícero, um dos maiores pensadores de Roma, definiu o ato de adotar como pedir à religião e à lei aquilo que não se pode obter por meio da natureza (Granato, 2014). Tal definição evidencia a ligação entre a adoção e a religião, tendo em vista que nesta época essa prática atendia aos anseios religiosos, estando relacionada com a possibilidade de perpetuação do nome de uma família para aqueles que não tinham descendentes (Paiva, 2004). Afinal, acreditava-se

que os vivos eram protegidos pelos familiares mortos e que estes, por sua vez, dependiam dos rituais fúnebres que seus descendentes deveriam praticar, para terem tranquilidade após a morte (Granato, 2014). Sendo assim, o homem que não tinha filhos, buscava por meio da adoção a solução para que a sua família não se extinguisse.

Nessa época, como aponta Granato (2014), destaca-se o Código de Hamurabi, considerada a primeira codificação jurídica de que se tem conhecimento. Criado por Hamurabi, rei da Babilônia (1750-1685), apresentava 282 dispositivos, sendo nove deles relacionados à adoção (arts. 185 a 193):

185° - Se alguém dá seu nome a uma criança e a cria como filho, este adotado não poderá mais ser reclamado.

186° - Se alguém adota como filho um menino e depois que o adotou ele se revolta contra seu pai adotivo e sua mãe, este adotado deverá voltar à sua casa paterna.

187° - O filho de um dissoluto a serviço da Corte ou de uma meretriz não pode ser reclamado.

188° - Se o membro de uma corporação operária toma para criar um menino e lhe ensina o seu ofício, este não pode mais ser reclamado.

189° - Se ele não lhe ensinou o seu ofício, o adotado pode voltar à sua casa paterna.

190° - Se alguém não considera entre seus filhos aquele que tomou e criou como filho, o adotado pode voltar à sua casa paterna.

191° - Se alguém que tomou e criou um menino como seu filho, põe sua casa e tem filhos e quer renegar o adotado, o filho adotivo não deverá ir-se embora. O pai adotivo lhe deverá dar do próximo patrimônio um terço da sua quota de filho e então ele deverá afasta-se. Do campo, do horto e da casa não deverá dar-lhe nada.

192° - Se o filho de um dissoluto ou de uma meretriz diz a seu pai adotivo ou a sua mãe adotiva: "tu não és meu pai ou minha mãe", dever-se-á cortar-lhe a língua.

193° - Se o filho de um dissoluto ou de uma meretriz aspira voltar à casa paterna, se afasta do pai adotivo e da mãe adotiva e volta à sua casa paterna, se lhe deverão arrancar os olhos.

Percebe-se que a principal preocupação nesses artigos residia em estabelecer em que situações os filhos adotados poderiam ser reclamados pelos pais biológicos, ou serem

devolvidos ao convívio com a família de origem. Além disso, evidencia-se a rigidez e a violência com que eram tratadas algumas questões, bem como a quebra dos laços entre o adotado e sua família biológica, já que o objetivo principal da adoção era dar continuidade a família que não tinha descendência natural (Weber, 2006).

Na Idade Média, em razão do estabelecimento do sistema Feudal e também por influência da Igreja Católica, a adoção passa a ser desvalorizada. No feudalismo, acreditava-se que os nobres não podiam se misturar com outras classes sociais, surgindo, inclusive, a expressão *sangue azul*, como forma de firmar a segregação. Portanto, nesse contexto, a adoção não era vista como vantagem para a sociedade, uma vez que os bens herdados só poderiam ser transmitidos para aqueles que tivessem laços consanguíneos. Por outro lado, a Igreja Católica considerava que a prática da adoção poderia influenciar o reconhecimento legal dos filhos gerados por adultérios ou incestos (Carvalho, 2013).

Ademais, a adoção também contrariava os interesses econômicos, uma vez que, caso um indivíduo morresse sem herdeiros, o patrimônio passaria a ser dos senhores feudais ou da Igreja. Deste modo, os poderes centrais, na maioria das vezes, agiam contra a adoção, mantendo assim altos números de pessoas sem herdeiros. Portanto, apesar de não ser muito utilizada nessa época, a adoção concedia ao acolhido o direito de herdar os bens do pai adotivo e, eventualmente, os poderes políticos. Nesses casos, o adotante tinha que ter no mínimo 50 anos e os adotados geralmente eram adultos (Fonseca, 2006).

Granato (2014) também destaca que, entre os povos germânicos, além de ser praticada como uma forma de perpetuar a família, a adoção visava reunir combatentes, conferindo a eles nome, armas e poder público do adotante; exigindo do adotado qualidade de guerreiro, apenas. Nessa época a adoção não se constituía filiação, portanto era permitido haver casamento entre o adotado e algum membro da família adotiva.

Na Idade Moderna, o Estado não tinha os mesmos motivos que a Igreja para impedir a prática da adoção, uma vez que seu poder econômico não se concentrava no patrimônio de famílias com herdeiros. Assim, a adoção voltou a ser valorizada, dessa vez sob uma perspectiva que priorizava os interesses de quem pretendia adotar (Fonseca, 2006). Nesse contexto, tal prática passou a ser percebida como um contrato, sendo definida por Mourlon (1869 *apud* Granato, 2014) como um acordo judicial que se estabelece, entre o adotado e quem o adota, relatórios civis de paternidade e filiação, sem fazer o adotado sair de sua família. No mesmo sentido, o italiano Pacifici-Mazzoni (1929 *apud* Kaus, 1993) afirma que a adoção é um ato jurídico que cria entre duas pessoas direitos civis de paternidade, maternidade e filiação.

Nesse período destacam-se três legislações principais: o Código promulgado por Christiano V, na Dinamarca (1683); o Código Prussiano, também chamado Código de Frederico, na Alemanha (1751); e o *Codex Maximilianus*, da Bavária (1756). Essas legislações estabeleciam que a adoção possuía caráter irrevogável, sendo necessária a existência de contrato escrito, com apreciação do tribunal, que representasse vantagem ao adotando, dando a ele direitos sucessórios (Sznick, 1988).

Ademais, vale destacar que no período de transição entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, o Decreto de 18 de janeiro de 1792 incluiu a adoção no plano das leis civis da França, que influenciaram, anos mais tarde, o Código Napoleônico de 1804, o qual trouxe diversas conquistas voltadas aos interesses dos adotados (Fonseca, 2006).

Na Idade Contemporânea, o grande marco da adoção se deu por meio da promulgação do Código Napoleônico, em 1804, abrindo as portas deste instituto nas legislações modernas. Nessa época, o Código foi elaborado visando os interesses pessoais do Imperador Napoleão Bonaparte, o qual desejava adotar seu sobrinho, já que não tinha descendentes, para que o mesmo viesse a ser seu sucessor no trono francês (Rizzini, Naiff, & Baptista, 2006). Napoleão definia a adoção como uma imitação, através da qual a sociedade queria plagiar a natureza

(Bochnia, 2010). De acordo com este autor, tal definição evidencia a origem do preconceito e a valorização dos laços consanguíneos, agregados a própria sociedade.

Nesse período, conforme aponta Granato (2014) foram estabelecidos, pelo Código Napoleônico, quatro tipos de adoção: a *adoção ordinária*, a qual permitia que pessoas sem filhos, com mais de cinquenta anos pudessem adotar, mantendo-se uma diferença de quinze anos entre adotante e adotado; *adoção remuneratória*, cujo a criança salva por alguém, poderia ser adotada por essa pessoa; *adoção testamentária*, permitida ao tutor, após cinco anos de tutela; e a *adoção oficiosa*, que consiste em uma espécie de adoção provisória, em favor dos menores.

Além disso, o Código Napoleônico também estabelecia que o adotante deveria ter mais de 50 anos e os adotados ser maiores de idade para consolidar a adoção; além disso, ficou decretado o direito destes de herdarem, apenas, os bens de sua família adotiva. Diante disso, embora a adoção tenha recebido maior importância no século XIX em relação aos séculos anteriores, sua prática passou a ser pouco utilizada, tendo em vista as complicadas condições estabelecidas para se adotar. Todavia, no século XX, após a Primeira Guerra Mundial, o Estado passou a se preocupar, de fato, com o instituto da adoção; esta reação foi resultado do elevado número de órfãos causados pela guerra (Silva Filho, 1997).

Frente a isto, houve a necessidade de modificar a regulamentação da adoção na França, alterando assim, a Lei de 19.06.1923, permitindo a partir de então, que menores fossem adotados. Com o advento do Decreto-lei de 29.07.1939, a adoção tornou-se ainda mais acessível à população francesa, estabelecendo a legitimação adotiva, em que a criança que possuísse menos de cinco anos de idade ou que fosse nascida de pais desconhecidos ou mortos poderia ser adotada. Ainda, alguns anos depois houve um avanço nas legislações, em 11 de junho de 1966 a legitimação adotiva é substituída pela adoção plena, que confere ao adotado o estatuto de filho legítimo, cessando os vínculos com a família de origem (Granato, 2014).

Desse modo, a adoção acabou sendo inserida nas legislações modernas de muitos países, dando ênfase ao bem estar da criança adotada, e deixando de lado os interesses dos adotantes em resolver o problema de não terem filhos biológicos.

No Brasil, a adoção também recebeu vários significados e perpassou por expressivas mudanças legais até assumir, na atualidade, um caráter humanitário, onde a sociedade tornou-se mais sensibilizada com a situação da criança abandonada. A propósito, levando em consideração os interesses da criança, atualmente o que se procura é uma solução para as crianças em estado de abandono, utilizando como fundamento a inserção destas em uma família (Costa & Rosseti-Ferreira, 2007).

A seguir, será apresentado um breve histórico da adoção no Brasil, procurando-se contemplar as diversas modificações e avanços das legislações, incluindo o Antigo Código Civil (Lei de nº 3.071), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Lei de nº 8.069/90), o Novo Código Civil (Lei 10.406/02), bem como a criação da Nova Lei da Adoção (Lei de nº 12.010/09), a qual trouxe profundas mudanças a respeito da prática da adoção no nosso país.

## **1.2. Evolução Histórica da Adoção no Brasil**

No Brasil a adoção está presente desde a época da colonização. Nesse período, com o crescente número de crianças abandonadas entre índios, brancos e negros, a prática de criar filhos alheios tornou-se comum, passando, assim, a ser difundida e aceita em todo país (Marcílio, 1997). Maux e Dutra (2010) apontam que neste período era comum encontrar na casa das pessoas filhos de terceiros, chamados “filhos de criação”, os quais trabalhavam para as famílias, mas ocupavam um lugar diferenciado na casa, isto é, dormiam junto com os membros da família e não se juntavam aos empregados, no entanto, eram tratados de forma distinta e inferior aos filhos biológicos.

Portanto, a origem da adoção no Brasil esteve relacionada à caridade, a qual era caracterizada pelo auxílio prestado aos mais necessitados, conforme pregava a Igreja; além de garantir mão de obra gratuita para as famílias (Maux & Dutra, 2010; Paiva, 2004). Desse modo, inicialmente tal prática não era formalizada, havendo uma carência de regulamento normativo sobre o assunto e pouco interesse na sua elaboração.

A adoção passou a ser normatizada apenas em 1828, pela Lei de 22 de setembro, apontada pela literatura como a primeira lei referente a adoção no Brasil, na qual cabe aos juízes conceder cartas de legitimação aos filhos bastardos ou provenientes de adultérios e incestos, confirmando as adoções. Nessa época, as legislações se referiam à adoção de forma superficial, reconhecendo poucos direitos aos filhos adotivos (Granato, 2014).

Foi a partir do Código Civil de 1916, sob a Lei de nº 3.071, que a adoção passou a ser regulamentada. O processo de regulamentação ocorria no cartório, da mesma forma em que se regulamentava a posse de bens e imóveis, de tal modo que a adoção era revogável e não anulava os vínculos entre o adotado e os seus pais biológicos. Nessa época, a adoção era definida como um ato pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho (Bevilacqua, 1943). Corroborando esta ideia, Miranda (1951) considerava a adoção como um ato solene em que se cria uma relação fictícia de filiação entre o adotante e o adotado.

Percebe-se que nessas definições o adotado é considerado como “estranho” ou como um filho “fictício”, destacando a importância dada aos vínculos consanguíneos e, conseqüentemente, contribuindo para que a adoção fosse vista como algo negativo. A propósito, essa prática tinha como objetivo solucionar o problema de casais inférteis, estabelecendo que qualquer pessoa com mais de 50 anos, sem prole legítima, poderia adotar, sendo que, o adotado deveria ter, no mínimo, uma diferença de 18 anos entre ele e o adotante (Fonseca, 2006).

No ano de 1957 foram introduzidas algumas alterações no Código Civil de 1916 e com o elevado número de crianças desamparadas, sentiu-se a necessidade de corrigir a Lei de nº

3.071, a qual passou a ser substituída pela Lei de nº 3.133. Nesta última, destacam-se algumas modificações, dentre elas: (1) a redução da idade mínima dos pretendentes a adoção, a qual passou de 50 para 30 anos, assim como a diferença de idade de 18 para 16 anos entre adotante e adotado (Fonseca, 2006); e (2) possibilidade de pessoas, com filhos biológicos, adotarem, contudo, não concedia ao filho adotivo o direito à herança (Maux & Dutra, 2010).

Outra mudança que merece destaque ocorreu em 1965, com a instauração da Lei de nº 4.655. Esta trouxe transformações significativas para o instituto da adoção, a exemplo da: (1) *legitimação adotiva*, determinando que as crianças adotadas deveriam ser registradas com o sobrenome de sua família adotiva, rompendo assim, todos os vínculos com a família biológica, refletindo a irrevogabilidade da adoção; (2) *direito dos filhos adotivos*, os quais passaram a ter praticamente todos os direitos de um filho biológico, com exceção dos direitos sucessórios (Granato, 2014); (3) *direito de adotar*, dando direito as pessoas casadas, viúvas e desquitadas o poder de adotar (Maux & Dutra, 2010); e (4) *característica do adotado*, estando disponível para adoção apenas órfãos de pais desconhecidos ou crianças abandonadas até sete anos de idade (Fonseca, 2006).

Anos depois, em 1979, a referida legislação foi substituída pela Lei de nº 6.697, conhecida como Código de Menores, destinado à proteção dos menores até dezoito anos de idade. O Código estabeleceu duas formas de adoção: a *adoção simples* e *adoção plena*, substituindo assim a legitimação adotiva. Na *adoção simples*, consideravam-se crianças maiores de sete anos que estivessem em situação irregular; e na *adoção plena*, consideravam-se crianças até os sete anos, sendo o ato irrevogável. Além disso, cabe destacar que foi o Código de Menores que abordou pela primeira vez a adoção por estrangeiros, estabelecendo que o estrangeiro, não residente no país, poderia obter somente a adoção simples, não sendo possível conseguir a adoção plena (Granato, 2014).

Apenas com a Constituição de 1988, os direitos de todos os filhos foram iguados, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, desaparecendo perante a lei qualquer discriminação existente entre os filhos adotivos e biológicos. Com base nesse pressuposto, foi editada, em 13 de julho de 1990, a Lei de nº 8.069, que dispôs sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que regulamentou a prática da adoção no Brasil, extinguindo a adoção simples e ampliando a adoção plena (Maux & Dutra, 2010).

Assim, a partir do ECA os conceitos de adoção passam a ser modificados. De acordo com Schettini (2007), a adoção é percebida como uma outra possibilidade de se constituir família e que pode trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica. Nesse sentido, Salvaterra e Veríssimo (2008) destacam que não há distinção entre a família adotiva e a biológica, pois ambas devem assegurar relativamente à criança as mesmas funções e exercer os mesmos direitos e deveres. Desta forma, passou-se a privilegiar o adotado, priorizando a busca de famílias para as crianças e adolescentes em estado de abandono (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Com o ECA, ampliou-se o leque de características dos candidatos à adoção, podendo ser requisitada por qualquer pessoa maior de 21 anos de idade, independentemente de seu estado civil, desde que houvesse diferença de 16 anos entre adotante e adotado, não sendo permitida a adoção por familiares (avós, irmãos do adotando). Além do mais, passou-se a ser enfatizada a *adoção moderna*, que abrange a adoção tardia, interracial, de irmãos, entre outros, buscando solução para dificuldades da criança sem família (Brasil, 1990).

Anos mais tarde, o Novo Código Civil Brasileiro, por meio da Lei nº. 10.406 de 2002, trouxe algumas modificações com relação ao Código anterior, dentre estas destaca-se a redução da maioridade. Isto permitiu que pessoas mais novas pudessem adotar, desde que comprovassem estabilidade familiar. Como aponta Huber e Siqueira (2010), com relação ao processo de adoção, a legislação brasileira passou a habilitar qualquer pessoa maior de 18 anos

para adotar uma criança/adolescente, independentemente do estado civil, respeitando apenas a diferença mínima de 16 anos entre adotante e adotado e inexistir parentesco.

No entanto, cabe ressaltar que, com a entrada em vigor da Lei nº 12.010/09, o Novo Código Civil deixa de tratar da adoção de menores, passando a regular apenas a adoção de nascituro (criança que ainda não nasceu) ou de quem tem mais de 18 anos. Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente continua com a vigência para a adoção de crianças e adolescentes menores de 18 anos (arts. 39 ao 52) (Granato, 2014).

Diante das lacunas e contradições entre o ECA e o Novo Código Civil de 2002, foi aprovada a Nova Lei da Adoção (Lei nº. 12.010 de julho de 2009). De acordo com Souza, Santos e Ribeiro (2012), a Nova Lei da Adoção evidencia a preocupação com a efetividade do direito fundamental à convivência no seio da família natural, em que a adoção somente é aceitável depois de esgotadas todas as possibilidades de conservação da criança na família biológica.

A Nova Lei da Adoção trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro diversas alterações modificando substancialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentre as mudanças mais significativas, destacam-se: (1) redução do tempo de permanência da criança em abrigos, o que não poderá exceder dois anos; (2) impossibilidade de separar irmãos levados à guarda, tutela ou adoção, devendo os mesmos permanecerem juntos a família adotiva, com a ressalva se comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique o rompimento definitivo dos vínculos fraternais; (3) direito atribuído as crianças maiores de 12 anos de idade de opinar sobre o seu processo de adoção (Rizzardo, 2007); e por fim, (4) substituição da expressão “pátrio poder” pela expressão “poder familiar”, eis que mais técnica e condizente com a realidade do que a anterior (Brasil, 2009).

De modo geral, o objetivo principal da adoção passa a ser o de garantir a criança e ao adolescente o direito de crescer em uma família e não o de resolver o problema de casais que

não têm filhos (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). De acordo com as autoras, as mudanças sociais e legislativas formaram um panorama que favoreceu novas práticas de adoção, tais como adoções tardias, transraciais, de crianças com necessidades especiais. No entanto, destaca-se que, embora a adoção seja uma prática legalmente reconhecida, muitas pessoas ainda buscam adotar por meio de procedimentos informais. A seguir, são descritos alguns tipos de adoção, apontando aqueles previstos pela lei, bem como práticas consideradas ilegais.

### **1.3. Tipos de adoção**

Os tipos de adoção são determinados por aspectos como idade, nacionalidade de pais e filhos e formas de adoção. Com relação à idade, destaca-se a chamada adoção tardia, caracterizada pela adoção de crianças com idade superior a de dois anos (Vargas, 2006; Weber, 1998). Conforme aponta Vargas (2006), esse tipo de adoção apresenta características especiais, sendo mais difícil de ser concretizada em relação aquelas que envolvem crianças mais novas. De acordo com Weber (1998), a adoção tardia é revestida de muito preconceito, uma vez que, quanto mais tarde a criança for adotada, mais vivas serão as lembranças do passado, tendo maior possibilidade dela apresentar desilusões e frustrações devido ao abandono.

As pessoas acreditam que a criança acima de dois anos, possa não se adaptar à realidade de uma família substituta, por achar que sua personalidade já está formada; temem que os vícios e a falta de limites não possam ser detidos; e que o desejo de conhecer a família biológica seja intensificado, comprometendo a relação do filho adotivo com a família que o adotou. Esses mitos e preconceitos, de acordo com Weber (1998), apresentam-se como fortes obstáculos a realização de adoções, sobretudo de crianças mais “velhas”. Isso pode ser justificado em razão da adoção carregar em suas raízes históricas medos e fantasias (Pinto & Picon, 2009), que contribuem para fortalecer o estereótipo de que adotar uma criança pode ser um risco, tendo em

vista a vulnerabilidade ao desenvolvimento de problemas emocionais e comportamentais (Maux & Dutra, 2010).

Uma outra forma de adoção é a chamada *adoção de nascituro*, isto é, daquele que está sendo gerado, que ainda não nasceu. Esse tipo de adoção não é tão enfatizado nas legislações, uma vez que o nascituro não é visto como pessoa, portanto, não pode ser adotado, já que a adoção é um ato jurídico que se realiza entre pessoas (Granato, 2014). No entanto, o Código Civil de 1916, em seu art. 372, possibilitava a adoção daquele que estava por nascer, pontuando ser necessário o consentimento do seu representante legal, caso fosse nascituro. Embora a legislação previsse expressamente tal possibilidade, alguns doutrinadores defendiam que não era possível esse tipo de adoção, uma vez que o nascituro não possui idade, portanto não seria satisfeito o requisito do art. 369 do Código Civil, o qual exigia a diferença de pelo menos dezesseis anos de idade entre adotante e adotado (Cardoso, 2009).

Diante desses argumentos, esse tipo de adoção não foi mantido pelo atual Código Civil, que estabelece em seu art. 4º, que o homem somente passa a ter personalidade civil a partir do seu nascimento. Embora, o mesmo artigo esclareça que a lei assegura, desde a concepção, todos os direitos do nascituro. Desse modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Nova Lei da Adoção (Lei de nº 12.010/09) não aprovam esse tipo de adoção, enfatizando em seus artigos apenas adoção de crianças e adolescentes (Granato, 2014).

No que se refere à nacionalidade de pais e filhos, destaca-se a adoção internacional ou transnacional, que ocorre quando o adotante reside em um país diferente do adotado (Granato, 2014). De acordo com Costa (1998), a adoção internacional é definida como um ato jurídico de proteção a crianças e adolescentes abandonados ou afastados de sua família biológica, pela qual se estabelece, um vínculo de paternidade e filiação entre pessoas radicadas em diferentes Estados: o adotante com residência habitual em um país e o adotado em outro.

No Brasil, as regras formais sobre a adoção internacional estão previstas no ECA (Brasil, 1990), como “lei especial”. De acordo com este estatuto, o estrangeiro que desejar adotar uma criança ou adolescente brasileiro, deverá solicitar um pedido de habilitação à adoção a Autoridade Central de seu país, a qual deverá enviar um relatório com toda a documentação dos pretendentes para a Autoridade Central Federal Brasileira, para que assim, se inicie todo o processo de adoção. Em contrapartida, a criança ou adolescente só estará disponível para a adoção internacional, quando esgotadas todas as possibilidades de inserção em uma família substituta brasileira. Portanto, como destaca Granato (2014), é quase impossível realizar esse tipo de adoção no país.

Por fim, destaca-se uma forma de adoção comumente praticada nos dias atuais, conhecida como *adoção à brasileira*, que consiste no registro de filho alheio como próprio, sem passar pelos trâmites legais (Maux & Dutra, 2010). Na maioria das vezes, essa prática é realizada de forma direta, ou seja, quando a mãe não consegue sustentar seu filho, ela o doa a uma pessoa que tenha condições e que raramente tenha contato com a família do adotante. Assim, na posse da criança, a pessoa que adotou registra o filho no Cartório de Registro Civil, como próprio, sem respeitar qualquer aspecto jurídico ou moral da criança (Dias, 2010). Vale ressaltar que, antigamente tal modalidade era comum, ao passo que na atual legislação, a adoção informal é proibida, prevalecendo os meios judiciais e o respeito ao Cadastro Nacional da Adoção (Art. 50).

Diversos são os motivos que contribuem significativamente para que as pessoas recorram a adoção informal, dentre eles destacam-se a burocracia e o processo judicial demorado. Além de contratarem, obrigatoriamente, um advogado, os pretendentes têm seus documentos analisados, são entrevistados e precisam aguardar a sentença do juiz, para que assim possam ser incluídos no Cadastro Nacional da Adoção. A seguir será detalhado todo esse procedimento.

#### **1.4. Cadastro, habilitação e procedimento para adoção**

Do ponto de vista jurídico, a adoção se caracteriza como um procedimento legal de transferência de todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta (Cardeira, 2012). Nesse sentido, antes de uma criança ser inserida definitivamente em outro ambiente familiar, deve ser realizada a destituição do poder familiar (anteriormente denominado *pátrio poder*) do adotado, devendo essa criança estar desprovida de qualquer vínculo com sua família biológica. Essa destituição é requisito essencial para que seja efetuada a adoção, cabendo ao Poder Judiciário executá-la (Albuquerque, 2006).

Assim, conforme a Nova Lei Nacional da Adoção (Lei nº 12.010/09), as pessoas que pretendem adotar, inicialmente precisam se dirigir ao Poder Judiciário de sua Comarca, com os documentos necessários, bem como exames de saúde física e mental (art. 197-A). Para dar início ao processo de inscrição, será necessário fazer uma petição, preparada por um defensor público ou advogado particular (art. 197-B). Só depois de analisado e aprovado pelo Douto Magistrado atuante, o nome do pretendente será habilitado a constar nos cadastros local e nacional de pretendentes à adoção (Bordallo, 2013).

O processo será encaminhado para uma equipe interprofissional, para que haja o acompanhamento do requerente. Na ocasião, o pretendente à adoção é entrevistado por psicólogos e assistentes sociais, os quais emitirão um parecer que indicará se a pessoa possui condições ou não de adotar (art. 197-C). Por fim, sendo deferida a habilitação para adotar, é emitido certificado ao requerente, determinando sua inclusão no cadastro de pretendentes à adoção (art. 197-E). A pessoa habilitada aguardará a chamada do juízo em uma fila, que irá ocorrer em ordem cronológica, isto é, assim que exista uma criança ou adolescente apto para a adoção, o primeiro da fila é chamado, manifestando seu interesse em prosseguir ou não com a adoção (Dantas, 2009).

O Cadastro Nacional de Adoção é uma forma de Banco Nacional de Adoção, que uniformiza os inúmeros cadastros existentes no Brasil, possibilitando assim, que os candidatos à adoção possam encontrar um filho em qualquer região do país. O objetivo desse cadastro é a colocação de crianças e adolescentes de forma ordenada na família adotante, além de apresentar as peculiaridades de cada criança a ser adotada, obedecendo à ordem de habilitação dos interessados à adoção (Bordallo, 2013). Desse modo, o cadastro permite o encontro entre os pretendentes e as crianças que esperam serem adotadas, de tal modo que, o intercâmbio dessas informações pode aumentar o número de adoções.

No entanto, ressalta-se que a maior parte das crianças e dos adolescentes disponíveis para adoção vive em abrigos, havendo também aquelas que estão sob os cuidados provisórios de famílias acolhedoras, enquanto aguardam por pessoas interessadas em adotá-las. Em contrapartida, para que estas crianças possam ser adotadas é preciso que haja destituição do poder familiar, conforme comentado anteriormente. Contudo, muitas vezes se acumula, no mesmo processo, o pedido de adoção com o de destituição do poder dos pais biológicos, os quais podem contestar tal pedido. Nesse caso, é preciso comprovar, conforme a lei, que eles não zelaram pelos direitos da criança envolvida. Cabendo ao juiz julgar, ao final, de acordo com o melhor interesse para a criança ou o adolescente (Silva, 2007).

Portanto, percebe-se que todo esse processo pode ser logo, o que contribui para enfraquecer a prática da adoção ou para que as pessoas optem por procedimentos ilegais. Além disso, ressalta-se que os mitos, as fantasias e o preconceito ainda estão presentes nas mentes das pessoas, as quais acreditam que as crianças adotadas podem apresentar problemas comportamentais associados a herança genética (Maux & Dutra, 2010). Assim, buscam por criança nascida em uma família sem problemas sociais, gerando uma discriminação em relação às crianças cadastradas nacionalmente.

Ademais, acrescenta-se o fato de que até a década de 80 existiam poucas pesquisas científicas sobre a adoção, contribuindo para que, até os dias atuais, esta forma de filiação esteja atrelada a preconceitos e estereótipos (Weber, 2011) e seja abordada na literatura de maneira controversa, refletindo em formas distorcidas de compreender e lidar com o tema. Frente a isto, pretende-se, a seguir, fazer um apanhado dos estudos acerca da adoção, objetivando explicar como o tema tem sido abordado na literatura internacional e nacional.

### **1.5. A adoção na literatura**

Na literatura internacional a adoção começou a se expandir a partir da década de 1980, por meio da divulgação de uma série de obras sobre o tema nas áreas de Psicologia e Psicanálise [e.g., *Mas allá de la adopción* (Garma et al., 1985); *The psychology of adoption* (Brodzinsky & Schechter, 1990)]. No Brasil, somente em 1990, deu-se início a produção literária acerca deste tema, sendo resultado das discussões e debates de técnicos, assistentes sociais, psicólogos e pais adotivos sobre a prática da adoção (Abreu, 2002).

Atualmente, percebe-se uma crescente produção internacional (Hawk & McCall, 2010; Juffer et al., 2011; Palacios & Brodzinsky, 2010; Paulsen & Merighi, 2009; Van Ijzendoorn & Juffer, 2006) e nacional (Baptista, Soares, & Henriques, 2013; Costa & Campos, 2003, 2004; Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009; Schettini, 2007; Weber, 1998, 2006, 2011) sobre o tema, evidenciando a realização de pesquisas e experiências profissionais que têm como foco diferentes aspectos do processo de adoção.

Na Psicologia, as pesquisas sobre adoção emergiram a partir de duas direções. A primeira surgiu a partir de preocupações práticas sobre a saúde e a adaptação de crianças adotadas e suas famílias, centrando-se, principalmente no desenvolvimento de teste de estratégias de prevenção e intervenção para as questões relacionadas com a adoção (Grotevant

& McDermott, 2014). Pesquisas que seguem essa direção enfatizam que as crianças adotadas, em decorrência de abandono ou falta de referência da família de origem, são mais vulneráveis a desenvolverem transtornos emocionais e de conduta (e.g., ansiedade, depressão; Juffer et al., 2011; Miller, 2005) durante a infância e adolescência (Hawk & McCall 2010).

A segunda direção surgiu a partir da percepção da adoção como um experimento natural, estimulando o debate do impacto de experiências adversas no início do desenvolvimento (Grotevant & McDermott, 2014). As pesquisas que seguem essa vertente sugerem que as experiências que antecedem o processo de adoção, tais como abuso, negligência e vivências nas instituições estão associadas a uma maior vulnerabilidade a problemas de externalização (e.g., agressividade, impulsividade; Lipscomb et al., 2012; Wiik et al., 2011), dificuldades de aprendizagem (Loman et al., 2009; Van IJzendoorn, Juffer, & Poelhuis, 2005) e problemas relacionados a vinculação (Rutter et al., 2007; Wallin, Dozier, Bick, & Bernard, 2011).

Em uma recente revisão acerca das pesquisas psicológicas sobre a adoção, Palacios e Brodzinsky (2010) identificaram que os estudos mais desenvolvidos são: (1) estudos comparando crianças adotadas e não adotadas através de uma série de resultados psicológicos; (2) estudos detalhando a recuperação da criança após ser adotada, tendo em vista determinadas experiências adversas precoces; e (3) estudos sobre os processos que influenciam os resultados da adoção.

A propósito, diversas pesquisas enfatizam que os filhos adotados são mais propensos a desenvolverem problemas emocionais, comportamentais e acadêmicos. Os problemas mais citados são ansiedade e depressão (Simmel, 2007; Juffer et al., 2011; Van der Veg et al., 2009), agressividade (Dias, Silva & Fonsêca, 2008; Lipscomb et al., 2012; Wiik et al., 2011), problemas de atenção e dificuldades acadêmicas (Dugnani, 2009; Lindblad, Weitoft, & Hjern, 2010; Schettini, 2007).

Um estudo realizado por Simmel (2007), com 293 crianças adotadas nos Estados Unidos, identificou percentagens elevadas de crianças que foram vítimas de negligência (42%), abuso sexual (13%) e maus-tratos físicos (22%) por parte dos pais biológicos ou da família extensa. De tal modo, constatou-se que estas crianças apresentavam um maior risco de apresentar problemas de internalização, tais como ansiedade e depressão. Corroborando ideias semelhantes, Van der Veg et al. (2009) desenvolveram um estudo com 1.364 crianças adotadas, verificando que aquelas que sofreram adversidades antes da adoção apresentaram riscos maiores de transtornos do humor e de ansiedade na idade adulta. Consistente com esses resultados, vários estudos de meta-análise sobre adoção (Juffer & Van IJzendoorn 2005, 2007; Van den Dries, Juffer, Van IJzendoorn, & Bakermans-Kranenburg, 2009; Van IJzendoorn & Juffer, 2006) verificaram a diferença entre crianças adotadas e não adotadas, evidenciando níveis mais elevados de problemas de internalização entre os adotados.

Já Wiik et al. (2011), realizaram um estudo com 218 crianças, divididas em grupos de crianças pós-institucionalizadas, adotadas internacionalmente e não adotadas. Os autores verificaram que ambos os grupos de crianças adotadas apresentaram níveis mais elevados de problemas de externalização, manifestando com maior frequência agressividade e impulsividade, em relação ao grupo das crianças não adotadas. Em concordância com esses resultados, Hawk e McCall (2010) analisaram 18 estudos sobre o desenvolvimento de crianças adotivas, identificando que até mesmo aquelas adotadas logo cedo (após 6/18 meses) apresentam pontuações mais altas em medidas de comportamentos agressivos do que aquelas não adotadas.

Do mesmo modo, Dias, Silva e Fonsêca (2008) verificaram que as principais dificuldades enfrentadas pelos pais adotivos diz respeito ao comportamento agressivo e a falta de limites dos filhos adotados. Além disso, os pais também destacam as dificuldades na escola, que, conseqüentemente, prejudica a convivência familiar.

A respeito dos problemas de aprendizagem, Dugnani (2009), em uma pesquisa realizada com crianças adotadas entre dois e seis anos, verificou que a dificuldade escolar mais frequente estava relacionada com a falta de concentração no ambiente escolar. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo realizado por Schettini (2007), constatando que as dificuldades de aprendizagem mais citadas estão relacionadas ao Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Evidenciam-se ainda outras dificuldades, a exemplo de desinteresse pelo estudo, dificuldades de se adequar as regras e de relacionamento com os colegas.

Dalen (2007) destaca a hiperatividade como um sintoma comum entre as crianças adotadas, e este tipo de comportamento muitas vezes é associado a distúrbios neuropsicológicos, como o TDAH, diagnosticado com mais frequência entre as crianças adotadas do que aquelas que não são adotadas. Lindblad et al. (2010) realizaram um estudo de coorte para investigar a prevalência do uso de medicação prescrita para o TDAH em crianças adotadas na Suécia em comparação com a população em geral. A amostra do estudo contou com a participação de todos os residentes suecos nascidos entre 1985 a 2000, divididos em 16.134 adotados e 1.326.090 não adotados. As taxas de medicação prescrita foram significativamente maiores para as crianças adotadas, sugerindo que estas apresentam mais déficits de atenção em comparação com aquelas não adotadas.

Portanto, embora a maioria das crianças adotadas se desenvolvam dentro da faixa normal (Palacios & Brodzinsky 2010), são evidentes os resultados negativos entre as crianças adotadas, principalmente as que experimentaram alguma adversidade ou trauma antes de serem inseridas em uma nova família. Essas crianças tendem a apresentar altas taxas de problemas de externalização (tais como agressividade, impulsividade e problemas de conduta), bem como a internalização de problemas comportamentais (tais como ansiedade e depressão) e problemas de atenção, incluindo o TDAH (Juffer et al., 2011).

De uma forma geral, esses problemas emocionais, comportamentais e acadêmicos dos filhos adotivos são explicados por diversos fatores, a exemplo da herança genética, uso de determinadas substâncias durante a gravidez da mãe biológica, e sobretudo as experiências que antecedem a adoção, como a negligência e o abuso (Pereira, 2012).

De fato, esses aspectos podem estar associados com a adoção, no entanto, eles não podem ser pensados, *a priori*, como específicos de crianças adotadas e nem ser considerados como determinantes principais da adoção. Pesquisas científicas e a própria mídia tende a abordar os problemas e as dificuldades das crianças adotivas, levando em consideração, principalmente, o fato de ela ser adotada. Até mesmo alguns profissionais, a exemplo de psicólogos, fonoaudiólogos, professores e psicopedagogos que lidam com crianças adotadas que apresentam dificuldades, tendem a considerar o fato da adoção como o centro dos problemas (Schettini, 2007).

Isto contribui significativamente para que, até os dias atuais, esta forma de filiação esteja atrelada a preconceitos e estereótipos (Weber, 2011). Partindo dessa perspectiva, pretende-se discutir no presente estudo quais os estereótipos acerca da criança adotada, presentes na atual sociedade. De tal modo que se possam desmitificar as crenças, os medos e os preconceitos que envolvem a adoção.



Os estereótipos têm sido uma das áreas bastante investigadas em Psicologia Social, em que muitos dos processos pelos quais eles são formados, mantidos e aplicados agora são bem compreendidos. De acordo com Williams e Spencer-Rodgers (2010), os estereótipos estão relacionados a temas como preconceito e relações intergrupais, estando entre os tópicos mais pesquisados entre os psicólogos sociais, o que denota a sua importância para as ciências sociais e comportamentais.

Dada a importância dos estereótipos para a Psicologia Social, este capítulo objetiva explicar brevemente os aspectos mais relevantes do seu campo de estudo. Nesta conjuntura será apresentada a definição de estereótipos, sua caracterização, suas bases teóricas, bem como as formas de mensuração. Além disso, expõe-se um breve resumo do que a literatura traz sobre os estereótipos da criança adotada, que constituem o cerne da presente dissertação.

## **2.1. Estereótipos: conceito e caracterização**

Os estereótipos correspondem a imagens ou representações coletivas que categorizam o mundo, isto é, são ideias universais preconcebidas, que cada sujeito faz de uma classe de pessoas, comuns a um grupo social (Amossy, 1991). Hamilton e Trolie (1986) definem os estereótipos como estruturas cognitivas que contém conhecimentos e expectativas, determinando julgamentos e avaliações acerca de grupos humanos e de seus membros, vinculados a características como a raça, gênero, aparência física, classe social, ou a aspectos associados a, por exemplo, religião, política ou identidade sexual.

Etimologicamente, o termo “estereótipos” refere-se ao uso de “moldes fixos” (do grego *stereo* = rígido, fixo; *túpos* = forma, molde) destinados a marcar letras em papel na tipografia arcaica (Pereira, 2002). Foi utilizado pela primeira vez, em seu significado social, por Walter Lippmann, em 1922, o qual define os estereótipos como “fotografias dentro das nossas

cabeças”. Considerado como o precursor da concepção contemporânea dos estereótipos e das suas funções psicossociais, Lippmann apresentava ideias inovadoras, numa época em que os estereótipos eram considerados como uma forma inferior de pensamento. Isto é, para os psicólogos eles estavam relacionados a fantasias indesejáveis ou tendências agressivas voltadas para os membros de um determinado grupo, ou ligados a transtornos de personalidade associados ao racismo, autoritarismo ou xenofobia (Marques & Paéz, 2004).

Nesse sentido, Lippmann (1922) contrariava essa visão sociopatológica, se referindo aos estereótipos como imagens mentais que auxiliam os indivíduos no processamento da informação, ponto que fica delimitado entre o indivíduo e a realidade. De tal modo, estereótipos têm como função a organização e estruturação da realidade, sendo fortemente influenciados pelo sistema de valores do indivíduo.

Um estudo realizado por Katz e Braly (1933), ilustra bem como os estereótipos influenciam a representação da realidade do indivíduo (estereótipos individuais), e como também pode sofrer influências culturais (estereótipos sociais). O estudo foi realizado com 100 estudantes universitários, utilizando a metodologia conhecida como *lista de adjetivos* (adjective checklist), isto é, os participantes tinham que apontar cinco traços típicos de cada um dos dez grupos-alvo expostos (alemães, americanos, chineses, ingleses, irlandeses, italianos, japoneses, judeus, negros, e turcos). Posteriormente foi solicitado aos universitários que indicassem, em uma lista de 84 traços positivos (e.g., inteligente) e negativos (e.g., ignorante), os cinco mais típicos de cada grupo. Os resultados mostraram, por exemplo, que aos americanos foram dadas características positivas (empreendedores, inteligentes, materialistas, ambiciosos e progressistas), enquanto os negros foram incluídos em categorias negativas (supersticiosos, preguiçosos, despreocupados, ignorantes e musicais). Portanto, ao grupo dos negros foram atribuídos traços que contrariavam os valores dominantes da sociedade americana, e que justificava a sua exclusão social na época.

Buchanan e Cantrill (1953 *apud* Marques & Paéz, 2004), desenvolveram um estudo baseado no de Katz e Braly (1933), identificando estereótipos de países. De acordo com os resultados, todos os participantes apontaram o seu país como o mais “pacífico” entre todos os países avaliados. Evidenciando mais uma vez o caráter sociocultural dos estereótipos.

Portanto, segundo a visão de Lippmann (1922), Katz e Braly (1933), os estereótipos são um fenômeno sociocultural, relacionado com as atitudes e o preconceito frente às minorias. Essa perspectiva fez com que esse construto passasse a ser visto como algo negativo, irracional. No entanto, com o desenvolvimento da Psicologia Cognitiva, eles passaram a ser considerados como algo inevitável, resultante da nossa capacidade limitada de processar a informação (Pereira, 2002).

Pereira (2002) destaca que a Psicologia Cognitiva trouxe mudanças significativas ao estudo dos estereótipos, ao passo que, nas pesquisas iniciais eram enfatizadas muito mais o conteúdo dos estereótipos, ou seja, as características típicas de determinados grupos sociais e o quanto eram disseminados na população investigada. A partir da abordagem cognitivista para os estudos da Psicologia Social, as pesquisas passaram a investigar a forma como os estereótipos são construídos no sistema de representações do indivíduo e como estes relacionam-se com outras informações a serem processadas.

Desde então, várias concepções sobre o tema têm sido apresentada na literatura, de modo que os diferentes pontos de vista provocam discussões teóricas a respeito de sua adequação. No entanto, de modo geral, há uma concordância entre os estudiosos de que estereótipos são estruturas de conhecimento que servem como figuras mentais acerca de determinados grupos sociais. Isto é, os estereótipos são traços e atributos vistos como característicos de grupos sociais, ou de indivíduos que são membros destes grupos (Stangor, 2009).

Pereira (2002) destaca que os estereótipos não devem ser obrigatoriamente conceituados como exageros na compreensão sobre o que é um grupo, nem como generalizações exageradas sobre as características estereotípicas dos membros de um determinado grupo, além disso não precisam ser amplamente compartilhados, embora comumente eles sejam todos esses conceitos.

De acordo com o autor anteriormente citado, ao organizar o conhecimento, a crença e as expectativas frente a algum grupo humano, pode-se referir a um certo entendimento sociocognitivo. Portanto, entende-se que os estereótipos influenciam a percepção social, o julgamento, bem como o comportamento, uma vez que estes podem vir a afetar a maior parte das informações sociais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é através dos estereótipos que se expressam as atitudes sociais e culturais (Tamayo, 1985). Todavia, os estereótipos são apenas um dos componentes que afetam as atitudes perante grupos sociais. Além do componente cognitivo (estereótipos), as atitudes são enviesadas por um componente afetivo, normalmente chamado de preconceito e também por um componente comportamental, que se traduz em discriminação (Moore, 2009). Portanto, embora esses construtos (estereótipos, preconceito e discriminação) estejam inter-relacionados, é importante diferenciá-los, uma vez que comumente podem ser vistos como sinônimos.

De acordo com Pereira (2002), o preconceito diz respeito a uma atitude injusta e negativa em relação a um grupo ou a uma pessoa que se supõe ser membro do grupo. São julgamentos precipitados que possuem componentes cognitivos (estereótipos), afetivos (antipatia) e disposicionais (tendência a discriminar) (Lima, 2013). Seu surgimento ocorre quando os indivíduos, sem ter consciência, e baseando-se em estereótipos, interiorizam as atitudes dos outros indivíduos. De tal modo, forma-se um pré-julgamento com base nas características que se atribui às atitudes observadas.

A discriminação ocorre, justamente quando essa atitude ou esse pré-julgamento cria uma distinção sobre os outros, gerando um tratamento diferencial. Pereira (2002) afirma que, o conceito de discriminação, literalmente significa “tratar alguém de uma forma diferente”. Refere-se a um comportamento manifesto, geralmente apresentado por uma pessoa preconceituosa, que se manifesta através da adoção de padrões de preferência em relação aos membros do próprio grupo e/ou de rejeição em relação aos membros dos grupos externos.

De forma resumida, o estereótipo é a crença de como são as pessoas de um determinado grupo. Enquanto que o preconceito é uma avaliação afetiva que se possui sobre um grupo, relaciona-se com o quanto você gosta ou não de um grupo. Sendo assim, tanto estereótipos como o preconceito pode levar uma pessoa a discriminar alguém. A discriminação ocorre quando uma ou mais pessoas são tratadas de um jeito diferente por serem percebidas como parte de um grupo.

Portanto, pode-se afirmar que os estereótipos são a base cognitiva para o preconceito e a discriminação. Assim, os estereótipos são vistos comumente como negativos. No entanto, Michener et al. (2003) consideram que os estereótipos podem tanto ser positivos quanto negativos, tendo a função de facilitar a evocação de memórias, processar informações mais rapidamente, fazer inferências sobre pessoas ou objetos, bem como simplificar a avaliação de elementos ambíguos.

A expressão “Os brasileiros adoram futebol” é um exemplo de estereótipo positivo e demonstra a paixão que as pessoas do Brasil têm em relação ao futebol. Por outro lado, a frase “Os paquistaneses são homens bomba” é uma ideia estereotipada caracterizada como negativa. Essa crença generalizada não é percebida como algo favorável pelos habitantes do Paquistão, uma vez que a maioria deles podem ser contra o terrorismo.

Deste modo, percebe-se que, se por um lado os estereótipos são ferramentas conceituais que ajudam o indivíduo a perceber o complexo mundo social, por outro podem apresentar

prejuízos, sobretudo para quem é vítima de sua utilização. Por exemplo, em situações em que um desconhecido é percebido como “perigoso”, simplesmente por pertencer ao grupo social de negros (Bernardes, 2003). Isto ocorre porque o conhecimento e as crenças que um indivíduo tem em relação a um grupo social formam os estereótipos, os quais são armazenados na memória e podem influenciar as percepções e os comportamentos subsequentes em relação aos membros de um determinado grupo (Fiske, 2000).

Assim, pode-se dizer que os estereótipos são estruturas representadas individualmente, mas são largamente compartilhados pelas pessoas em diferentes contextos. Nesse sentido, Pereira (2002) faz uma breve diferenciação entre a estereotipização e os estereótipos, embora sejam basicamente ligados. De acordo com este autor, o processo de estereotipização é estritamente individual, enquanto que os estereótipos são considerados como produtos compartilhados amplamente pelos grupos sociais.

Portanto, é importante enfatizar que os estereótipos não são invenções do indivíduo isolado, mas estão ligados aos valores sociais vigentes (Tajfel, 1969), sendo considerado um processo sociocognitivo, em que há um processamento subjacente que organiza os diversos conteúdos (Fiske, 2000).

Fiske (2000) considera a estereotipização como um processo natural e adaptativo de pensar com a ajuda de categorias sociais. Para Allport (1954), além de ser caracterizado como um processo normal, o estereótipo também é necessário. Para este autor, as categorias de pessoas são baseadas inicialmente numa correspondência entre etiquetas psicológicas (e.g., “brancos”, “negros”, “homens”, “mulheres”) e indícios perceptivos acentuados (e.g., a cor da pele, o modo de se vestir, etc.). Porém, esses indícios estereotípicos perceptivos são associados a outros, baseados em valores sociais (“agressivo”, “preguiçoso”, etc.), o que torna a categorização social independente da estrutura do mundo físico. Assim, para um racista, por

exemplo, a cor da pele de uma pessoa não traduz apenas uma pigmentação, passa a ser vista como uma constituição social valorizada de forma positiva ou negativa.

Portanto, esse processo de dividir pessoas em categorias (“homens”, “mulheres”, “brancos”, “negros”, “brasileiros”, “portugueses”), negligencia as características próprias de cada pessoa, destacando-se as que as tornam semelhantes aos estereótipos dos seus grupos. Tal processo, conhecido como *acentuação perceptiva*, corresponde a base cognitiva da Teoria da Identidade Social proposta por Tajfel, em 1969 (Marques & Paéz, 2004). Essa teoria enfatiza o processo de construção dos estereótipos, considerando que estes permitem a criação de uma identidade social (Tajfel, 1983). Nesse sentido, faz-se necessário apresentar uma breve exposição acerca da Teoria da Identidade Social.

## **2.2. Teoria da Identidade Social e os estereótipos**

A Teoria da Identidade Social, desenvolvida por Henri Tajfel, em 1969, foi elaborada com base nos processos de grupos, mais especificamente nos fenômenos relacionados às relações entre grupos. Ao abordar os processos grupais subjacentes à construção, manutenção e reforço de uma identidade social positiva, a teoria destaca o impacto que tem no comportamento do indivíduo o fato deste se perceber como membro de categorias sociais (Tajfel & Turner, 1986).

A Teoria da Identidade Social parte da ligação entre três conceitos fundamentais: categorização social, identificação social e comparação social. A categorização social é o processo no qual os objetos ou acontecimentos sociais se reúnem em grupos, que são equivalentes às ações, intenções e as crenças do indivíduo. É um sistema que orienta e define o lugar do indivíduo na sociedade (Tajfel, 1983). Assim, a categorização social é vista como o núcleo cognitivo dos processos de identificação, uma vez que abarca os processos

sociopsicológicos que classificam o mundo em termos de categorias: grupos de pessoas, de objetos, de acontecimentos. É essa categorização que permite a elaboração de estereótipos, os quais têm a função de preservar o sistema de valores e de diferenciar um grupo dos outros (Tajfel, 1972).

A categorização social é formada por três componentes psicológicos: um componente cognitivo, que está relacionado ao fato do indivíduo identificar sua pertença a uma categoria social; um componente avaliativo, que se refere a organização das categorias sociais em relação as suas posições numa dimensão de valor; e um componente emocional, que relaciona-se as consequências tanto do componente cognitivo quanto do avaliativo para o indivíduo (Tajfel, 1972).

Assim, de acordo como Tajfel (1972), a partir da categorização social um indivíduo define a si próprio e define os outros. O processo de identificação social resulta da percepção do indivíduo de que é membro de uma categoria social. Como apontam Tajfel e Turner (1986), as características da autoimagem de um indivíduo que derivam das categorias sociais que o mesmo acredita pertencer, correspondem à definição da sua identidade social.

No entanto, segundo Abrams e Hogg (1990), não basta apenas o indivíduo pertencer a um grupo para que a sua identidade social seja definida, é necessário que este reconheça e aceite essa pertença; que lhe atribua significado, importância e valor; e que os demais reconheçam que ele pertence ao grupo. Portanto, o valor atribuído a pertença em uma categoria depende de um consenso social. Do mesmo modo, os estereótipos dependem da criação desse consenso sobre a existência de um dado grupo (Tajfel, 1972). Além disso, o indivíduo não precisa ter uma relação próxima com os outros membros do grupo, nem ter os mesmos interesses, tem apenas que achar que o seu grupo é diferente e melhor do que os outros grupos (Abrams & Hogg, 1990).

Nesse sentido, a teoria também estipula que os indivíduos procuram construir uma identidade social positiva através das comparações intergrupais e intragrupais, em que essas comparações são baseadas em dimensões associadas a valores sociais dominantes e conduz ao favoritismo pelo grupo de pertença, isto é, tendem a favorecer o grupo de pertença relativamente ao grupo dos outros (Tajfel & Turner, 1986). De tal modo, a comparação social, que compreende o confronto entre o próprio grupo (*ingroup*) e os grupos externos (*outgroup*), compõe o mecanismo central para a construção da identidade social (Tajfel, 1983).

De modo geral, percebe-se que a Teoria da Identidade Social, proposta por Tajfel (1983) está relacionada, sobretudo, aos estudos de várias categorias, tais como as profissionais, os grupos nacionais, étnicos, religiosos, entre outras. A percepção social consiste em “categorizar” ou agrupar em categorias objetos, eventos e pessoas de acordo com suas semelhanças físicas, psíquicas, comportamentais ou outras. Assim, as pessoas que possuem determinadas características em comuns constituem um grupo e as que não possuem constituem outro grupo. Mediante comparações entre o grupo a que se pertence e os demais grupos é que os indivíduos procuram construir sua identidade social.

Esses processos de categorização e comparação social são determinados pela atribuição de valores e de estereótipos entre os membros dos diversos grupos sociais. Nesse processo complexo de construção da identidade, os estereótipos desempenham uma importante função: permitem facilmente identificar as semelhanças e diferenças através de determinados traços vistos como mais relevantes. Assim, categorizam e caracterizam os outros como diferentes, aumentando a coesão e a identificação social (Tajfel, 1972).

De acordo com esta teoria, os estereótipos referem-se a imagens mentais simplificadas, incluindo alguma categoria de pessoas, instituições ou acontecimentos que são compartilhadas em suas características essenciais por um grande número de pessoas (Tajfel, 1983). Tomando como parâmetro tal definição, o presente estudo refere-se ao grupo das crianças adotadas e,

portanto, aos estereótipos compartilhados sobre elas. Destaca-se que, geralmente são compartilhados estereótipos negativos acerca das crianças adotadas, as quais são vistas como problemáticas, estando mais suscetíveis a conflitos afetivos, problemas de comportamento e de aprendizagem (Schettini, 2007).

Nesse sentido, pretende-se elaborar uma medida que possa identificar quais os estereótipos atribuídos a este grupo. De tal modo, faz-se necessário apresentar quais medidas têm sido utilizadas pelos pesquisadores para o levantamento dos estereótipos.

### **2.3. Medidas dos estereótipos**

A psicologia cognitiva trouxe mudanças significativas ao estudo dos estereótipos tanto em relação aos objetivos de estudo (como já foi mencionado inicialmente), quanto aos métodos utilizados pelos pesquisadores envolvidos com o tema (Pereira, 2002).

Os primeiros estudos sobre os estereótipos geralmente tinham como objetivo listar que traços eram característicos de diferentes categorias sociais. Assim, os métodos mais utilizados incluíam o autorrelato e a técnica do *checklist* (técnica utilizada por Katz e Braly, em um dos estudos iniciais acerca dos estereótipos). Essa abordagem metodológica consiste em uma lista de adjetivos, previamente elaborada, em que os participantes são solicitados a escolher entre esses adjetivos aqueles que melhor caracterizam o grupo estudado (Tamayo, 1985).

Apesar desse método ser utilizado em diversos estudos, foi alvo de críticas, tais como (1) impossibilidade de investigar o processo de estereotipização; e (2) o impacto dos estereótipos nas diferentes atividades sociais, uma vez que o estereótipo era visto como uma mera coletânea de características associada a determinado grupo (Pereira, 2002). Do mesmo modo, ele também passou a ser criticado pelo fato de forçar artificialmente os sujeitos a estereotipar, além de estabelecer limites para o conteúdo do estereótipo (Tamayo, 1985).

Na tentativa de superar as limitações apresentadas pelo método do *checklist*, foram introduzidos vários aperfeiçoamentos, tais como o método de Gardner (1973), que desenvolveu em seus estudos uma nova técnica, conhecida como o Estereótipo Diferencial. Esta técnica busca manter a ideia de consenso, mas também permite precisamente estudar as diferenças individuais na tendência para adotar estereótipos. É um método baseado no formato de diferencial semântico, isto é, consiste em uma série de escalas bipolares que se referem aos atributos ou características do grupo que se deseja avaliar (e.g., alegre/triste, educado/mal educado, agradável/desagradável, etc.). Sendo assim, os estereótipos são definidos em termos de acordo ou consenso sobre se um determinado atributo caracteriza um grupo, e este é indicado em termos de extrema polaridade de avaliações. A medição das diferenças individuais (estereotipia individual) é obtida adicionando contagens nas escalas que definem o estereótipo (Martínez, 2010).

Assim como Gardner (1973), McCauley e Stitt (1978) também procuraram reduzir o impacto das críticas aos métodos iniciais de autorrelato. Estes últimos desenvolveram um método conhecido como a Razão Diagnóstica. Esta técnica é considerada como uma medida de estereótipos que permite reduzir a probabilidade de atribuir uma característica a um grupo mais do que a outro. O cálculo dessa taxa é feito da seguinte maneira: divide-se o percentual de membros de um grupo que tem uma determinada característica, pela porcentagem da pessoa que se supõe ter essa característica. Se a razão obtida na amostra for estatisticamente maior que 1, essa característica é importante para representar o grupo. Se for menor que 1, esse atributo não representa o grupo. Esta técnica também permite obter uma medida individual de estereótipos, a partir da soma das razões diagnósticas dos diferentes traços estereotipados (Stewart, López-Sáez, & Guirado, 2013).

Por volta da década de 80, os estereótipos passaram a ser percebidos de uma forma mais compatível com a abordagem cognitivista, reconhecendo-se claramente a necessidade de

identificar como eles conseguem influenciar a maior parte do processamento das informações sociais. De tal modo, os estudos seguiram uma nova direção, em que a busca pelo conteúdo dos estereótipos foi colocada em segundo plano, passando-se a enfatizar muito mais o entendimento de como os estereótipos influenciam a percepção social, o julgamento e o comportamento. Mas só por volta dos anos 90, os pesquisadores começaram a utilizar novos métodos de investigação, entre os quais se destaca a utilização acentuada do *Priming* (Pereira, 2002).

Os estudos que utilizam técnicas de *priming* se preocupam com a ativação de representações mentais e a interação dessa ativação com a informação provinda do ambiente, produzindo percepções, avaliações e comportamento. O *priming* se caracteriza como uma forma de mensuração implícita, ou seja, um tipo de medida que acessa mecanismos psicológicos de forma a esconder o que realmente está sendo medido nas pessoas que são testadas. É uma medida automática, não envolvendo controle consciente (Moskowitz, 2005).

Para melhor compreensão deste método, pode-se usar como exemplo um estudo realizado por Pereira e Pereira (2011), que utilizou técnicas de *priming* para analisar aspectos de ativação dos estereótipos referentes à categoria social “político”. Para a realização do experimento, os participantes eram convidados a realizar um teste de atenção, visto que não se podia explicitar o real objetivo do experimento, por se tratar de uma medida implícita. Ao aceitarem, os sujeitos eram instruídos a sentarem-se diante de um computador e responderem uma tarefa de decisão lexical, que consiste na apresentação de uma série de letras, a fim de que o participante decidisse, de maneira mais rápida possível se esta correspondia a uma palavra ou não.

Inicialmente, apareciam na tela palavras utilizadas como *prime* (estas não precisavam ser avaliadas) que eram ligadas a categorias de político (vereador, senador, etc.), categorias não ligadas à política (porteiro, encanador, etc.) e pseudo-palavras (ohpacs, mtginrcf, etc.). Logo após, eram apresentados estímulos, isto é, palavras que permaneciam na tela para que os

participantes executassem a tarefa de decisão lexical. Estas eram associadas ao estereótipo de político (corrupção, desonestidade), palavras não relacionadas ao estereótipo e pseudo-palavras. Os resultados evidenciaram que as palavras relacionadas aos estereótipos reduziram o tempo de respostas quando apresentadas. De tal modo, o estudo sugere que os estereótipos são ativados automaticamente e influenciam o processamento das informações sociais.

Portanto, percebe-se que existem vários métodos destinados ao estudo dos estereótipos. Alguns são mais antigos, como as técnicas de autorrelato, que apresentam diversas possibilidades de medida tais como o checklist, julgamentos de probabilidade, diferencial semântico. E outros são mais atuais, como os métodos experimentais que utilizam as técnicas de *priming*, por exemplo. No entanto, Pereira (2002) aponta que, embora o predomínio dos métodos experimentais na atualidade seja bastante evidente nos estudos sobre estereótipos, a técnica mais antigas de autorrelato ainda é utilizada dentro do campo de pesquisa atual. O autor ainda ressalta que, os estudos contemporâneos tendem a utilizar métodos mistos, que consiste em articular tanto procedimentos experimentais como de autorrelato, o que parece conveniente, tendo em vista a natureza complexa do objeto de estudo.

Além disso, como os estereótipos são a base cognitiva das atitudes em relação a um grupo, as mesmas técnicas utilizadas para medir atitudes explícitas e implícitas também podem ser usadas para medir os estereótipos. Um exemplo claro disso é o uso da Escala de Distância Social de Bogardus, embora não tenha sido especificamente desenvolvida para a investigação dos estereótipos, mas sim de preconceitos, alguns pesquisadores utilizam essa medida, considerando que os estereótipos podem ser inferidos a partir do nível de preconceito apresentado explicitamente pelos indivíduos (Pereira, Ferreira, Martins, & Cupertino, 2002).

A Escala de Distância Social mede a disposição do respondente em participar de certas atividades sociais com um indivíduo específico. Em estudo realizado por Loch et al. (2011), por exemplo, foi utilizada uma adaptação desta medida, objetivando avaliar os estereótipos e

as atitudes de psiquiatras em relação aos indivíduos com esquizofrenia. No caso, usou-se uma escala de três pontos (1 representava “certamente sim”, 2 “talvez” e 3 “definitivamente não”) para responder situações do tipo: “Você trabalharia com uma pessoa com esquizofrenia?”, “Você se mudaria para um apartamento vizinho ao de alguém com esquizofrenia?”, “Você convidaria uma pessoa com esquizofrenia para uma festa, uma reunião ou um jantar?”. O mesmo estudo também utilizou outras medidas para avaliar os estereótipos, em que os participantes eram solicitados a responder em uma escala do tipo Likert de 3 pontos o quanto algumas características estavam presentes em uma pessoa com esquizofrenia (1 significava “menos presente”, 2 “igualmente presente”, e 3 “mais presente”).

A escala de Likert, como o próprio nome sugere, foi criada por Rensis Likert, em 1932. A escala é baseada no sistema de medida contínuo, em que os respondentes escolhem somente um dos pontos fixos estipulados na linha, em um sistema de cinco categorias de resposta (pontos), partindo de “concordo fortemente” até “discordo fortemente”. Likert também introduziu na sua escala um caráter bidimensional e um ponto neutro no meio da escala (Dalmoro & Vieira, 2013).

Desde a publicação do seu estudo, a escala de Likert se tornou popular e tem sido bastante utilizada até os dias atuais, tendo em vista que esta é de fácil construção e aplicação, bem como é mais precisa e melhor prediz o comportamento subsequente (Chisnall, 1973). Além disso, este tipo de escala não precisa de juízes nem exige um grande número de itens. Outra importante vantagem é que a escala de Likert possibilita a mensuração de atitudes por meio de *survey online*, o que pode facilitar a coleta de dados, fortalecendo, sobretudo, estudos transculturais (Pimentel, Torres & Gunther, 2011).

A Escala de Likert centra-se na utilização de cinco pontos, no entanto, como destacam Dalmoro e Vieira (2013), muitos estudos utilizam escalas com outro número de itens (3 ou 7, por exemplo), diferente da tradicional, mas que apresentam resultados satisfatórios. Estas

escalas não se configuram como escalas Likert, mas sim como escalas do “tipo Likert”. Partindo dessa perspectiva, o presente estudo pretende elaborar uma medida baseada na tradicional escala de Likert (com 5 pontos), contendo traços e atributos das crianças adotadas, a fim de identificar quais estereótipos são atribuídos a este grupo de indivíduos.

Cabe ressaltar que, no âmbito nacional, são encontrados poucos estudos que abordam como tema principal os estereótipos relacionados a criança adotada. A partir de um levantamento feito no dia 06 de janeiro de 2016, nas bases de dados Lilacs, Scielo e Google Acadêmico, usando as expressões-chave “estereótipos da adoção” e “estereótipos da criança adotada”, não foi encontrado nenhum estudo que abordasse de forma específica a temática. No entanto, foram encontradas pesquisas que se referem à preconceitos e às representações sociais acerca da adoção, fazendo menções aos estereótipos da criança adotada (Arnold, 2011; Cerqueira-Santos & Santana, 2015; Gagno & Weber, 2003; Iyama, 2004; Levy & Jonathan, 2004; Pereira, 2013; Pontes et al., 2008; Valério & Lyra, 2014).

Na literatura internacional, autores já fazem referência a esta temática nos estudos (Bartholet, 2006; Berthoud, 2000; Garber & Grotevant, 2015; Griffith & Bergeron, 2006). No entanto, observa-se que a maioria das pesquisas utilizam métodos qualitativos para investigar os estereótipos da criança adotada, o que demonstra uma lacuna de medidas psicométricas relativas ao tema.

Sendo assim, pretende-se elaborar um instrumento sobre estereótipos da criança adotada, reunindo evidências de validade e precisão, com o propósito de suprir a carência de produções científicas que se utilizem de indicadores psicométricos para identificar tais estereótipos. Além disso, destaca-se a importância de conhecer os estereótipos relativos a criança adotada, uma vez que estes podem influenciar na decisão das pessoas quererem adotar ou não uma criança.

Nesse sentido, faz-se necessário apresentar um breve resumo do que a literatura traz a respeito dos estereótipos acerca das crianças adotadas, averiguando, se estes são de fato negativos ou positivos. Tais informações poderão contribuir para a construção dos itens da escala que o presente estudo pretende desenvolver.

#### **2.4. Mitos, medos e estereótipos acerca das crianças adotadas**

No cenário atual e em decorrência das mudanças sociais, políticas e econômicas, a adoção tem se tornado mais desejável, no entanto, ainda é caracterizada pela existência de mitos e crenças partilhados num sistema de mensagens redundantes. A forma como a mídia noticia, por exemplo, casos de assassinato dos pais por um filho adotivo, ou como uma novela aborda de forma negativa a filiação adotiva, reforça os estereótipos e preconceitos presentes na cultura coletiva (Valério & Lyra, 2014).

Além da influência midiática, há muita desinformação sobre como são, de fato, as famílias adotivas, o que favorece a sustentação de diversas crenças e estereótipos a respeito do tema. Uma pesquisa realizada por Weber (2011), com o objetivo de identificar a opinião das pessoas sobre a adoção, revelou um número expressivo de ideias preconcebidas e estereótipos, tais como: crianças adotadas, cedo ou tarde, trazem problemas; crianças adotadas sempre pensam na família de origem e querem conhecê-la; escolher a criança a ser adotada facilita o vínculo; pessoas mais esclarecidas têm menos preconceito; pais que têm filhos biológicos e adotivos têm mais sentimentos positivos pelos biológicos; é melhor a criança não ter conhecimento sobre sua adoção; crianças adotadas têm dificuldade para amar seus pais adotivos.

Segundo a autora anteriormente citada, forma-se uma representação limitada e errônea acerca da adoção e, principalmente, em relação aos filhos adotivos, percebidos como crianças

problemáticas, revoltadas, ingratas com quem lhes acolheu, incapazes de superar o “trauma” por terem sido abandonadas e fadadas a repetir comportamentos inadequados, supostamente de seus pais biológicos.

Weber (1999, 2001, 2011) tem identificado que a população em geral e até mesmo os pais adotivos, apresentam medos e expectativas em relação a adoção, os quais geralmente estão associados a: (1) *educação*, medo de adotar uma criança maior (acima de 6 meses) devido à dificuldade para educá-la; medo de adotar uma criança que viveu em instituições pelos “maus hábitos” que traria; e (2) *desenvolvimento de problemas*, medo de que a criança possa herdar comportamentos delinquentes dos pais biológicos; medo de que a criança apresente problemas ao longo do seu desenvolvimento; medo de revelar a criança sobre a adoção, para que não ocorra mais problemas. Portanto, percebe-se que esses medos reforçam os estereótipos de que crianças adotadas são mal educadas e problemáticas.

Weber (2001) ainda aponta que o medo de adotar crianças sem saber a origem dos pais biológicos, é o que mais se destaca, visto que as pessoas acreditam que os comportamentos inadequados dos pais podem ser transmitidos para o filho. Corroborando, Arnold (2001) relata que um dos preconceitos mais fortes relacionados à adoção é, sem dúvida, o medo do chamado “sangue ruim”, isto é, o receio que os adotantes têm de que a criança traga consigo “traços negativos de caráter e temperamento”, provenientes de uma herança genética desconhecida.

A interrogação sobre a herança genética da criança faz com que, muitas vezes, pais e até mesmo alguns profissionais (e.g., psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, psicopedagogos, etc.) abordem os problemas e as dificuldades das crianças adotivas, levando em consideração, principalmente, o fato dela ser adotada (Schettini, 2007). Nesse sentido, Queiroz (2004) aponta que a clínica de Psicologia da UNICAP tem recebido inúmeros casos de pais que desejam orientação ou intermediação para tratar de tais assuntos. Os problemas mais frequentes apresentados pelos filhos são: (1) baixa rendimento escolar; (2) dificuldades na aprendizagem;

e (3) distúrbios de comportamento, agressividade e desobediência. A autora ainda destaca que, nesses momentos os pais passam a questionar a hereditariedade da criança, de modo que a causa dos sintomas passa a ser atribuída, diretamente, ao fato do filho ser adotado. Portanto, mais uma vez, percebe-se que as crianças adotadas são estereotipadas como mal comportadas, agressivas, desobedientes e pouco estudiosas.

Além da herança genética, Queiroz (2004) também ressalta que um dos medos que acompanham os pais adotivos é a ameaça de perder o amor e o reconhecimento do filho ao tomar conhecimento da sua origem. Ou seja, a crença estereotípica de que a criança adotada irá se revoltar, faz com que muitos pais adotem a atitude de manter em segredo ou evitar revelar sobre o passado do filho.

Levinzon (2009) aponta que os pais veem o momento da revelação como um pesadelo, pois temem que a confusão de sentimentos e angústias tenham um resultado desastroso. Essa crença de que ocorrerão mudanças após a revelação, faz com que eles questionem sobre contar ou não para a criança sobre sua origem. Para Schettini (2007) tais mudanças existem de fato, uma vez que toda informação nova acrescenta algo na vida das pessoas. No entanto, o que irá fazer a diferença é o conteúdo a ser revelado, tendo maior ou menor repercussão. Já Sottomayor (2005) acredita que a adoção precisa ser revelada à criança, pois a naturalidade na aceitação deste fato contribuirá para uma melhor comunicação e relação entre os pais adotivos e a criança. Portanto, para esse autor, as crianças que têm conhecimento sobre sua adoção são vistas como mais comunicativas, seguras e sociáveis.

Diante desses mitos, medos e crenças, Weber (2001) desenvolveu um trabalho sobre adoção no Brasil, com o intuito de desmistificar algumas questões arraigadas pelo imaginário das pessoas. A pesquisa contou com uma amostra de 400 participantes, sendo constituída por pais adotivos, filhos adotivos e filhos biológicos que têm irmãos adotivos, moradores de 17 Estados e 105 cidades diferentes do Brasil. Os resultados demonstraram as características das

famílias adotivas no país, abrangendo suas motivações e sentimentos acerca da adoção, além de verificar a existência de vários mitos, o que permitiu fazer uma comparação entre as crenças das pessoas sobre a adoção e o que realmente acontece nas famílias adotivas. Na Tabela 1 a seguir, serão apresentados de forma resumida alguns desses resultados, especialmente no que se refere as crianças adotadas:

Tabela 1.  
*Crenças e realidade acerca das crianças adotadas*

<b>CRENÇAS</b>	<b>REALIDADE</b>
Crianças adotadas sempre apresentam problemas.	Crianças adotadas não tem dificuldades na escola, nem com a educação ou relacionamento afetivo.
Crianças adotadas sempre pensam na família de origem e querem conhecê-la.	Crianças adotadas não buscam muitas informações nem pretendem conhecer a família biológica, mas querem conversar com os pais adotivos sobre a adoção.
Atualmente ninguém mais discrimina as crianças adotadas.	As crianças adotadas sofrem discriminação e os filhos afirmam que ela vem quase sempre da família extensa e dos amigos.
Crianças adotadas não são tão amadas quanto os filhos biológicos.	Pais e filhos biológicos afirmam que o tratamento é igual, embora os filhos adotivos acreditem que, às vezes, os biológicos tem melhor tratamento.
Crianças adotadas têm dificuldade em amar seus pais adotivos.	92,5% das crianças adotadas afirmaram amar seus pais adotivos; estes, por sua vez, citam o atributo "ser afetivo" como o principal em seus filhos adotivos.
É melhor a criança adotada não ter conhecimento sobre sua adoção.	A pesquisa evidenciou que quando houve ocorrência de revelação tardia (após os 6 anos) e/ou inadequada (feita por terceiros) ocorreram vários problemas.
Crianças adotadas preferem não conversar com os pais sobre sua adoção.	Os filhos adotivos afirmam que o "diálogo" é um fato importante para o sucesso da relação adotiva.

Fonte: Weber, L. N. D. (2001). Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Juruá.

Como mostra a Tabela 1, o estudo permitiu desmistificar alguns estereótipos negativos relacionados as crianças adotadas, tais como problemáticas, frias e caladas. Em contrapartida, foi evidenciado atributos positivos, a exemplo de afetivas, comunicativas e não problemáticas. Verificou-se também que os filhos adotivos e filhos biológicos que têm irmãos adotivos afirmaram, com maior frequência, que desejam adotar uma criança, não pretendendo fazer exigências. Por outro lado, filhos adotivos insatisfeitos não têm intenção de adotar uma criança, mas aqueles que pretendem adotar justificam a adoção quando houver infertilidade.

Portanto, compreende-se que aqueles que apresentam uma visão mais positiva em relação a adoção têm a pretensão de adotar uma criança futuramente, já aqueles que veem a adoção como algo negativo não apresentam tal intenção. É nessa perspectiva que o presente trabalho considera que, conhecer os estereótipos acerca da criança adotada, parece ser importante, uma vez que estes podem influenciar na possibilidade das pessoas realizarem uma adoção.

Além disso, considera-se que os estereótipos são fortemente influenciados pelos valores humanos, os quais representam cognitivamente as necessidades humanas, orientando as pessoas em suas atitudes e comportamentos (Gouveia, 2013). Portanto, tendo em vista que os valores são bons preditores comportamentais, buscou-se verificar se eles são capazes de predizer os estereótipos da criança adotada, bem como a intenção de adotar. Para tanto, adotou-se como modelo teórico, a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 1998, 2013), vista como integradora, parcimoniosa e teoricamente fundamentada. A seguir, antes de apresentá-la, segue-se uma breve exposição acerca dos valores humanos, bem como dos diversos modelos teóricos desse construto.



Os valores humanos se caracterizam como um tema inerente à vida cotidiana. Raramente alguém consegue tratar de questões educacionais, gerenciais, políticas e sociais sem se referir aos valores das pessoas envolvidas (Gouveia, 2013). Logo, podem ser encontrados estudos sobre valores em vários campos de conhecimento, tais como Filosofia, Antropologia, Sociologia e Psicologia (Ros, 2006).

Na Psicologia Social, os valores humanos têm sido amplamente estudado, devido ao fato de possuírem um papel importante no processo seletivo das ações humanas (Rokeach, 1973), contribuindo para a explicação de diversos fenômenos sócio psicológicos (Bardi & Schwartz, 2003), a exemplo de atitudes e comportamentos ambientais (Coelho, Gouveia & Milfont, 2006), intenção de cometer suicídio (Aquino, 2009), desempenho acadêmico (Gouveia et al., 2010b), *bullying* (Soares, 2013) e perdão conjugal (Lopes, 2016).

Neste capítulo, busca-se fazer um resumo acerca dos estudos sobre os valores humanos e como os conceitos atuais sobre este construto foram sendo construídos. Em seguida, serão apresentadas as principais teorias que fundamentam os valores humanos. Destaque considerável será dado a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 1998, 2013), a qual se configura como base da presente dissertação.

### **3.1. Antecedentes históricos dos valores humanos**

Os valores humanos são construídos a partir do momento em que o homem se percebe como indivíduo, estando consciente de suas ações, e vendo no outro possibilidades de existir (Gouveia, Fonseca, Milfont, & Fischer, 2011). Portanto, é arbitrário identificar precisamente o momento de origem dos valores, uma vez que o homem, enquanto ser social, é essencialmente axiológico.

Pensar na relação entre os valores humanos e a vida em sociedade demanda considerá-los como próprios de indivíduos que se projetam no tempo e espaço, lidando com conceitos abstratos como forma de planejar sua vida e a continuidade da espécie. Nesta direção, Gouveia, Fonsêca, Milfont, & Fischer (2011) consideram os valores como um conjunto de princípios fundamentais que transcendem situações específicas e que, apesar de evoluírem ao longo da história da humanidade, podem ser pensados como um marco de referência praticamente imutável.

Conforme aponta Gouveia (2013), os valores têm sido praticamente os mesmos desde as civilizações antigas, no entanto, são priorizados de formas variadas, assumindo diferentes significados. Na época dos povos primitivos, por exemplo, as escrituras rupestres demonstram a importância de valores como sobrevivência e religiosidade, uma vez que esse período era repleta de eventos naturais que ameaçavam a vida das pessoas (e.g., escassez de comida, segurança). Já na Antiguidade, os povos mesopotâmicos priorizavam valores como poder e prestígio, tendo em vista que, com o desenvolvimento da escrita, houve um significativo crescimento econômico dessa civilização. Contudo, no período do Renascimento, em que as pessoas passaram a dar ênfase ao individualismo e a liberdade humana, acentuaram-se valores como beleza, conhecimento, justiça social e êxito.

Portanto, pode-se dizer que os valores são sempre os mesmos independentemente do momento histórico ou do contexto em que se encontram. No entanto, as prioridades valorativas, isto é, os valores considerados mais importantes podem ser mutáveis e variar de acordo com a época e o contexto em que a pessoa se encontra. Diante disso, destaca-se a estreita ligação dos valores humanos com os contextos culturais, assegurando que a vida em sociedade é condição obrigatória para o surgimento e transmissão dos valores (Gouveia, 2013).

Embora os valores humanos estejam presentes desde a antiguidade, na presente ocasião consideram-se alguns marcos que contribuíram para o desenvolvimento da temática no plano

científico. Entre estes, destaca-se a obra *O campesino polonês*, de Thomas e Znaniecki (1918), considerada o marco que originou o interesse pelos estudos dos valores. A relevância dessa obra para a Psicologia Social deve-se ao fato destes autores terem contribuído para a definição do conceito de valores, diferenciando-os das atitudes (Spates, 1983).

De acordo com Thomas & Znaniecki (1918), os valores humanos são definidos como qualquer dado com conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social, possuindo significado específico que possa ser objeto atitudinal. Já as atitudes se referem ao processo da consciência individual que determina a atividade real ou possível do indivíduo no mundo social. Estes autores também trouxeram contribuições para o estudo das atitudes, introduzindo o componente cognitivo, uma vez que apenas eram considerados os componentes emocional e comportamental.

Portanto, embora Thomas e Znaniecki não tenham se aprofundado na temática e nem desenvolvido uma tipologia dos valores, são apontados como os pioneiros no estudo deste construto, apresentando contribuições inegáveis no que se refere ao campo conceitual (Gouveia et al., 2011; Ros, 2006).

Outros estudiosos também trouxeram contribuições importantes para o entendimento dos valores, dentre os quais pode-se destacar Talcott Parsons, que foi responsável por moldar a concepção hoje prevalente de valores na Psicologia Social (Gouveia et al., 2011), ao traçar a *teoria da ação social* (Parsons & Shils, 1951). A relevância deste autor se dá, sobretudo, por sua concepção da *ação motivada*, a qual sugere que toda ação está subjacente a motivação para alcançar determinadas metas. A partir disso, introduziu-se a ideia inerente aos estudos dos valores como princípios motivacionais (Schwartz & Bilsky, 1987).

Destaca-se também as contribuições de Clyde Kluckhohn, o qual introduz a noção dos valores enquanto desejáveis, considerando-os como princípios guia, compartilhados por grupos sociais, orientando as ações das pessoas (Gouveia et. al, 2011). Kluckhohn (1951) define os

valores como uma concepção, explícita ou implícita, própria de um indivíduo ou característica de um grupo, sobre o desejável. Portanto, ao serem considerados como concepção, os valores são tratados como algo abstrato, ou seja, que não podem ser observados diretamente, apenas inferidos por meio do comportamento (Medeiros, 2011).

Considerando os autores supracitados, destaca-se que o desenvolvimento do construto valores humanos se pautou em diversos ensaios teóricos e estudos empíricos oriundos de outras áreas das ciências humanas e sociais (e.g., antropologia e sociologia; Vasconcelos, 2004). Não obstante, existem contribuições relevantes à temática dos valores advindos de teóricos da Psicologia, a exemplo de Abraham Maslow com sua análise da hierarquia das necessidades humanas (Ros, 2006).

Em seu clássico *Personality and Motivation*, Maslow (1954) evidencia a relação entre as necessidades humanas e os valores humanos, sendo eles quase tidos como sinônimos. Segundo este autor, tais necessidades estão elencadas na seguinte ordem: (1) *fisiológicas*, necessidades básicas imprescindíveis para sobrevivência (e.g., beber e comer); (2) *segurança*, contar com um ambiente físico próprio, ter estabilidade e conforto psicológico; (3) *pertencimento e amor*, isto é, necessidade de aceitação em seu contexto social; (4) *estima*, obter respeito, tanto próprio como dos demais; e (5) *autorrealização*, realizar o potencial do próprio indivíduo.

Isto posto, entende-se que, a satisfação de uma nova necessidade apenas teria vez quando as mais básicas fossem supridas (Maslow, 1954). No entanto, Ros (2006) critica tal afirmação, tendo em vista que em contextos de escassez, por exemplo, uma pessoa pode se considerar realizada se tiver apenas suas necessidades mais básicas atendidas.

Apesar disso, Maslow (1954) é uma importante referência para os estudos dos valores humanos, tendo influenciado diversos modelos referentes a este construto (Inglehart, 1977; Gouveia, 1998; Hofstede, 1984; Rokeach, 1973; Schwartz, 1992). De modo geral, pode-se

resumir as afirmações deste autor em dois aportes teóricos principais: (1) os valores são todos positivos, por ser o homem de natureza benévola e orientado à autorrealização, e (2) os valores representam necessidades deficitárias e de desenvolvimento.

No entanto, embora todas as contribuições dos autores anteriormente citados tenham sido importantes para o estudo dos valores humanos, foi a partir das contribuições de Milton Rokeach (1973) – as quais serão explanadas mais adiante – que o construto sofreu um forte impulso, sendo este autor considerado o “pai da temática” e a base para o desenvolvimento de outros modelos teóricos de valores, a exemplo da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 1998, 2013).

Nesse sentido, cabe destacar que os valores humanos têm sido estudados por meio de duas perspectivas principais: (1) a sociológica (ou cultural), na qual a estrutura dos valores é estudada em função de cada cultura, destacando-se os trabalhos de Hofstede (1984) e Inglehart (1977); e (2) a psicológica (ou individual), na qual os valores caracterizam as prioridades dos indivíduos e servem para o entendimento das diferenças entre indivíduos (Ros, 2006), conforme pode ser visto nos modelos de Rokeach (1973), Schwartz (1992) e Gouveia (1998; 2013). Estas duas perspectivas serão apresentadas nos dois subtópicos seguintes, individualmente, para melhor compreensão do leitor. Por fim, será apresentada, em um tópico específico, a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 1998, 2013), a qual fundamenta a presente dissertação.

### **3.2. Perspectiva Cultural**

Na perspectiva cultural os valores são abordados como produtos da cultura, influenciado por variáveis políticas, sociais e econômicas (Ros, 2006). Nessa vertente, as pesquisas estão voltadas para a caracterização das sociedades de forma geral e os critérios que a servem de guia.

Desse modo, os teóricos abordam as mudanças na sociedade e o papel dos valores. Nesta direção, destacam-se os trabalhos do psicólogo Geert Hofstede e do cientista político Ronald Inglehart.

### 3.2.1 Geert Hofstede

Hofstede (1984) analisa os valores humanos, levando em consideração a cultura em que as pessoas estão inseridas. Para este autor, a cultura é definida como a programação coletiva da mente que guia os indivíduos nas suas interações cotidianas. Portanto, nessa perspectiva a cultura é considerada um fenômeno coletivo, que determina padrões ou “programas mentais” para as pessoas, instruindo-as acerca de pensamentos, sentimentos e ações que podem determinar os comportamentos socializados (Hofstede, 1991)

O modelo de Hofstede (1984, 1991), fundamentado empiricamente, parte de um conjunto de perguntas que descrevem atitudes, crenças e metas no contexto do trabalho. Sua pesquisa foi realizada em 50 países, abrangendo uma amostra de 100 mil trabalhadores, os quais responderam a um questionário que incluía catorze metas do trabalho (ou valores). No entanto, na perspectiva pancultural de Hofstede, as prioridades valorativas levam em conta não as pontuações das pessoas individualmente, mas aquelas das culturas nas quais elas estão inseridas (Gouveia, 2013). Desse modo, a partir das respostas dos trabalhadores, o autor realizou uma análise de componentes principais, buscando identificar as principais dimensões que explicam as variações dos valores culturais. Foram identificadas quatro dimensões que diferenciam as culturas:

*Individualismo-coletivismo.* Esta dimensão evidencia o quanto as pessoas de uma sociedade se sentem responsáveis ou independentes das demais pessoas que compõem o grupo (Gouveia, 2013). Desse modo, nas culturas individualistas os indivíduos prezam por seus

próprios interesses, de modo que as ligações entre as pessoas são soltas. No coletivismo, consideram-se os grupos sociais como importantes e difíceis de desconectar, sobretudo, devido a dependência emocional. O grupo tem a função de proteger seus membros em troca da lealdade (Hofstede, 1984).

*Distância do poder.* Esta dimensão expressa em que medida os subordinados se sentem confortáveis frente ao poder e à autoridade, ou seja, é uma medida que verifica a aceitação ou não da hierarquia (Hofstede, 1984).

*Masculinidade-feminilidade.* Retrata a instrumentalidade (masculinidade) e a expressividade (feminilidade) como polos de uma mesma direção (Gouveia, 2013). Culturas masculinas prezam por regras sociais baseadas nas diferenças biológicas dos dois sexos, enfatizando valores relacionados ao materialismo e aos benefícios próprios. Já as culturas femininas são definidas por uma sobreposição de regras sociais e de ênfase nas interações com outras pessoas (Hofstede, 1984).

*Evitação da incerteza.* Esta dimensão refere-se ao quanto os indivíduos de cada cultura ficam ansiosos e preocupados diante de uma situação inesperada, imprevisível e desestruturada, sobretudo aquelas vinculadas com a questão de futuro (Gouveia, 2013).

Diante disso, não resta dúvida que Hofstede contribuiu significativamente para o estudo dos valores humanos a nível cultural. No entanto, Gouveia (2013) destaca que o modelo apresentado acima carece de uma base teórica e que o mesmo, quando avaliado em contexto de um mesmo país, a exemplo do Brasil, não tem suas quatro dimensões claramente identificadas. Ademais, acrescenta-se o fato de que (1) o modelo de Hofstede, especialmente a dimensão individualismo-coletivismo, sugere que com o desenvolvimento econômico as sociedades passariam a ser individualistas, portanto, abandonariam o estilo de vida coletivista. Fato que é contestado, em países asiáticos desenvolvidos como China, Cingapura, Japão; e (2) o modelo

não levava em conta dados que consideravam coletivismo e individualismo ou masculinidade e feminilidade como fatores legítimos e independentes (Gouveia, 1998).

Outro modelo cultural dos valores com repercussão equivalente ao de Hofstede (1984) foi proposto por Inglehart (1977, 1991), o qual traçou um modelo baseado na concepção teórica da hierarquia das necessidades de Maslow (1954).

### 3.2.2. *Ronald Inglehart*

Assim como o autor descrito anteriormente, Ronald Inglehart também trouxe contribuições importantes para o estudo dos valores em uma perspectiva cultural. Porém, este construiu um modelo a partir de uma base teórica, sendo portanto, a primeira teoria específica a respeito do tema (Gouveia, 2013).

A partir da teoria da hierarquia das necessidades de Maslow (1954), Inglehart (1977, 1991) propôs um modelo de valores que considera duas dimensões principais dos valores humanos: *materialismo* e *pós-materialismo*. A principal obra de referência, onde traçou suas ideias fundamentais, foi *The silent revolution* (Inglehart, 1977). Neste livro, o autor considera a origem dos valores como correspondendo às necessidades humanas, elaborando um modelo teórico que se propõe a considerar os aspectos sociais e culturais dos valores.

Nesse sentido, a dimensão *materialista* diz respeito às necessidades humanas mais básicas, como de segurança, fisiológicas e econômicas (Gouveia, 2013). Ou seja, para Inglehart (1977), os indivíduos que sofreram períodos de inseguranças econômicas ou físicas durante o processo de socialização tendem a desenvolver valores materialistas, isto é, valores que dão ênfase a aspectos mais materiais e concretos (e.g., manter a ordem; combater o aumento de preços).

Já a dimensão *pós-materialista* enfatiza as necessidades mais elevadas, como autoestima e estética, abarcando valores mais subjetivos e abstratos (Gouveia, 2013). Ou seja, os valores *pós-materialistas* surgem quando o indivíduo passa a experimentar uma vida social economicamente desenvolvida e livre de inseguranças, passando a buscar a satisfação de outras necessidades, tais como laços sociais, autoestima e pertencimento. Para além do consumo, os *pós-materialistas* começam a valorizar as ideias, a igualdade de oportunidades, os maiores envolvimento do cidadão nas decisões importantes e a proteção a liberdade de expressão (Inglehart, 1977).

De modo geral, segundo Inglehart (1991), a dimensão *materialista* prevalece em sociedades nas quais as necessidades de segurança (física e econômica) ainda não chegaram a ser supridas. Em contrapartida, em sociedades mais industrializadas, que contam com mais recursos financeiros, a dimensão dominante é a *pós-materialista*. Desse modo, considera-se que somente em sociedades com grau elevado de desenvolvimento cultural e socioeconômico é possível o surgimento de um novo conjunto de valores, superando aqueles mais voltados para aspectos materiais e concretos. Todavia, estes padrões nem sempre condizem com a realidade; por exemplo, não é raro observar pessoas ou países com boas condições financeiras priorizando valores materialistas (Formiga, 2002).

Portanto, embora seja inegável a importância das contribuições trazidas por Inglehart (1977), destacam-se algumas críticas a respeito de seu modelo: (1) à sua demasiada simplicidade, tendo em vista que os valores são agrupados em dois polos opostos (*materialismo* e *pós-materialismo*), sendo assim, considera-se que pessoas que vivem em boas condições, por exemplo, só priorizam valores pós-materialistas; e (2) o fato de não explicar porque em países como o Japão, por exemplo, nos quais as pessoas foram socializadas em condições econômicas favoráveis ainda se priorizam valores materialistas (Gouveia, 1998, 2013).

Em suma, os modelos de Hofstede (1984) e Inglehart (1977, 1991) buscam identificar dimensões universais dos valores humanos, levando em consideração dados de natureza pancultural. No entanto, nesta dissertação considera-se os valores dentro de uma perspectiva individual. Diante disso, no próximo subtópico será explanado detalhes sobre a perspectiva psicológica dos valores, destacando-se os principais modelos desta vertente.

### **3.3. Perspectiva Psicológica**

Na perspectiva psicológica, as teorias sobre valores humanos são utilizadas para caracterizar as prioridades dos indivíduos e as bases motivacionais, que são apoiadas pelos valores, servindo de base para o entendimento das diferenças entre indivíduos (Ros, 2006). Tais teorias consideram que cada indivíduo apresenta prioridades valorativas individuais que são influenciadas por suas experiências pessoais e pela cultura que o mesmo vivencia. Nesta perspectiva, destacam-se os trabalhos de Rokeach (1973), Schwartz (1992) e Gouveia (1998; 2003).

#### *3.3.1. Milton Rokeach*

Apesar de Rokeach (1973) não ter elaborado propriamente uma teoria dos valores humanos, este autor tem se destacado como um dos que mais contribuíram para os estudos dos valores, sendo considerado o pai da temática (Medeiros, 2011). Todo esse destaque deve-se ao fato de que Rokeach trouxe contribuições para aplicação e utilização dos valores, elaborando o primeiro instrumento específico para medir valores – o *Rokeach value survey* (Gouveia, 2013).

Além disso, ele diferenciou os valores de atitudes, interesses e traços de personalidade, apresentando uma definição específica dos valores. Assim, este autor define os valores como crenças duradouras de que um comportamento específico ou estado final de existência é pessoal

ou socialmente preferível em detrimento de outros (Rokeach, 1973). Para este autor os valores possuem papel central no sistema cognitivo dos indivíduos possibilitando a explicação de atitudes, crenças e comportamentos, ao mesmo tempo, favorece a compreensão da organização dos grupos e nas sociedades.

Diante disso, Rokeach (1973) classificou os valores como *instrumentais*, que diz respeito as crenças ou concepções sobre modos desejáveis de se comportar (e.g. honesto, responsável); e *terminais*, refere-se as crenças sobre metas finais que valem a pena lutar (e.g., igualdade, felicidade). Desenvolveu também o método de autoconfrontação para mudança de valores e propôs uma tipologia de ideologia política a partir da combinação das pontuações baixa e alta dos valores *igualdade e liberdade* (Gouveia et al., 2010a).

Portanto, a obra principal deste autor, *The nature of human values* (Rokeach, 1973), certamente é referência obrigatória quando se trata de valores humanos, tendo em vista que nela o autor semeou a base dos elementos principais que fundamentam as teorias dos valores, como as questões de medição, conteúdo e estrutura.

No entanto, apesar de este autor ser reconhecido como um dos representantes mais importantes no estudo dos valores humanos, também não escapou das críticas. Nesta direção, três principais aspectos são apontados no trabalho de Rokeach: (1) a natureza da medida empregada, que é *ipsativa*, isto é, a soma de um determinado conjunto de respostas sempre resulta na mesma pontuação total, sendo igual para todos os respondentes; (2) a não testagem da estrutura dos valores; e (c) a restrição das amostras de suas pesquisas, as quais foram realizadas apenas com estudantes universitários estadunidenses (Gouveia, Martínez, Meira, & Milfont, 2001). Sobre esta última limitação, Schwartz (1992, 1994) e Gouveia (1998, 2013) têm trazido recorrentes contribuições, desenvolvendo estudos transculturais para testar a universalidade dos valores humanos.

### 3.3.2. *Shalom Schwartz*

Recebendo forte influência dos trabalhos de Rokeach (1973), Shalom Schwartz propôs um modelo que, desde o final dos anos 1980, vem se consolidando, sendo reconhecido internacionalmente no campo de estudos sobre os valores humanos (Medeiros, 2011). Este reconhecimento decorre principalmente pelo destaque transcultural que este autor deu para os valores, a partir de estudos que apresentam dados de diversos países (Schwartz, 1992, 1994).

Para além da testagem transcultural desse construto, Schwartz traz outras contribuições importantes. Ele propõe uma definição de valores primando elementos consensuais, sendo expressa como “(a) princípios ou crenças, (b) sobre comportamentos ou estados de existência, (c) que transcendem situações específicas, (d) que guiam comportamentos ou eventos e (e) que são ordenados por sua importância” (Schwartz & Bilsky, 1987, p. 551).

De acordo com Schwartz et al. (2012), as características supracitadas referem-se a todos os valores, sendo que o que vai diferenciá-los entre si será o tipo de objeto ou as motivações que eles expressam. Neste sentido, os tipos motivacionais definem os valores baseados na motivação expressa por cada um deles.

Inicialmente foi proposto um modelo com sete tipos motivacionais (Schwartz & Bilsky, 1987). Posteriormente, desenvolvendo outros estudos, o autor encontrou uma estrutura com dez tipos (Schwartz, 1992), onze (Schwartz, 1994) e até mesmo dezenove (Schwartz et al., 2012); porém, o modelo com dez ficou mais conhecido. Os dez tipos motivacionais propostos por este autor foram:

1. *Universalismo* - busca da compreensão e proteção do bem-estar de todos e da natureza, representa valores como tolerância, justiça social, igualdade;

2. *Benevolência* - busca do bem-estar de pessoas próximas, compreende valores como prestativo, honesto, não rancoroso;

3. *Conformidade* - restrição de ações e impulsos que podem violar as expectativas sociais e normas, representa valores como obediência, honra aos pais e aos mais velhos;

4. *Tradição* - busca de respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias de uma cultura ou religião, exprime valores como humildade, devoção;

5. *Segurança* - busca de segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e do *self*, simboliza valores como segurança nacional, ordem social;

6. *Poder* - Preservação de uma posição social dentro de um sistema social, representa valores como autoridade, riqueza;

7. *Realização* - procura do sucesso pessoal por meio de demonstração de competência de acordo com as regras sociais, constitui valores como capaz, ambicioso;

8. *Hedonismo* - busca de prazer e gratificação para si mesmo, simbolizando valores como prazer, apreciação da vida;

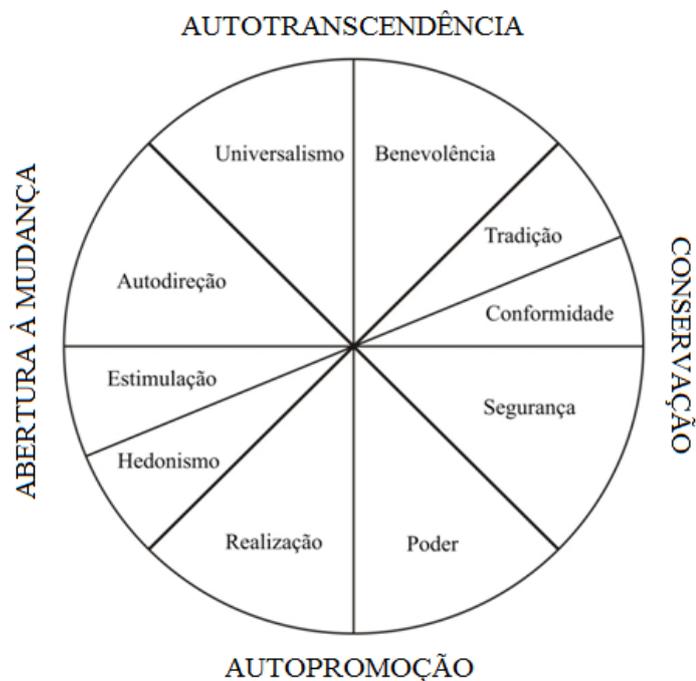
9. *Estimulação* - busca de excitação, novidade e mudança na vida, representa valores como ousadia, vida variada, vida excitante;

10. *Autodireção* - busca de independência de pensamento e ação, indica valores como criatividade, curiosidade, liberdade.

Esses 10 tipos motivacionais podem ser enquadrados em quatro dimensões (Schwartz, 2005): (1) *Autopromoção* (agrupa poder e realização); (2) *Autotranscendência* (inclui universalismo e benevolência); (3) *Abertura à Mudança* (hedonismo, estimulação e autodireção); e (4) *Conservação* (segurança, conformidade e tradição).

Estas dimensões representam as relações de compatibilidade dentro de cada agrupamento e também as relações de conflito entre eles. Assim, formam-se dois eixos bipolares: *Autopromoção versus Autotranscendência* e *Abertura à Mudança versus Conservação* (Schwartz, 2005). O primeiro eixo contrasta a busca de poder e sucesso pessoal com a busca pelo bem estar dos outros. O segundo eixo opõe a ênfase na

independência de ação, bem como no pensamento à estabilidade pessoal e manutenção das tradições. Portanto, de acordo com Schwartz, os dez tipos motivacionais apresentam uma organização de forma bidimensional, como pode ser observada na Figura 1.



*Figura 1.* Estrutura dos tipos motivacionais (adaptado por Schwartz, 2005)

Schwartz (2005) desenvolveu uma estrutura circular para representar a sua teoria ressaltando os tipos motivacionais. Na estrutura, quanto mais próximo um tipo motivacional estiver do outro, maior a probabilidade de compatibilidade e quanto mais afastado, maior a de conflito.

A teoria dos valores humanos de Schwartz e seus colaboradores (Schwartz, 1992, Schwartz et al., 2012; Schwartz & Bilsky, 1987) certamente é a que possui maior impacto no mundo acadêmico, servindo como referência principal nos estudos desse construto. Não obstante, a mesma não está isenta de críticas, dentre as quais se destaca principalmente o fato de que o modelo exige uma base teórica subjacente à origem dos valores (Gouveia, 1998, 2003), repercutindo, por exemplo, na indeterminação do número de tipos motivacionais, na confusão

conceitual sobre compatibilidade e congruência dos valores e na falta de definição do que seria valores mistos (Gouveia, 2013; Gouveia et. al, 2011).

Partindo destas críticas, mas sem deixar de reconhecer as importantes contribuições dos modelos existentes, Gouveia (1998, 2003, 2013) propôs um modelo alternativo, a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, que se mostra mais parcimoniosa e integradora e que apresenta padrões de adequabilidade satisfatórios. A seguir, tal teoria será apresentada com mais detalhes, tendo em vista que será a base para a presente dissertação.

### **3.4. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos**

A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, proposta por Gouveia, em 1998, define os valores como aspectos psicológicos que guiam os comportamentos e representam cognitivamente as necessidades humanas (Gouveia, 1998, 2013). São considerados como princípios-guia que transcendem situações específicas, sendo desejáveis e estáveis.

De acordo com Gouveia (2013) é relevante diferenciar os valores de alguns construtos com os quais costumam ser confundidos, como por exemplo as atitudes e as crenças. As atitudes consiste em uma organização de várias crenças em relação a um dado objeto, ideia ou situação, diferentemente dos valores que são transcendentem a estes elementos e constituem critérios de orientação. As crenças são percepções pessoais e sociais a respeito de determinados objetos ou fenômenos, ao passo que os valores, embora sejam indicados como crenças, são mais abstratos e servem como padrão de orientação. Portanto, o autor deixa claro a legitimidade dos valores, os quais têm o papel de garantir a sobrevivência, manutenção e evolução da sociedade, explicando atitudes e comportamentos das pessoas.

No âmbito da Teoria Funcionalista (Gouveia, 1998, 2013), os valores são concebidos a partir de cinco pressupostos teóricos fundamentais, que formam o núcleo rígido da teoria:

1. *Natureza humana.* Nesta teoria assume-se a natureza benevolente do ser humano, isto é, o homem é concebido como naturalmente bom (Maslow, 1954). Assim, embora alguns valores possam expressar um significado negativo (e.g., poder, prazer), eles são essencialmente positivos. No entanto, priorizar excessivamente determinados valores em detrimento de outros podem gerar comportamentos desviantes. Por exemplo, pessoas que priorizam o poder acima de tudo e atribui pouca importância a valores como convivência, apoio social e tradição podem ter seu ajuste social comprometido, resultando, assim em condutas desviantes (Gouveia et al., 2011).

2. *Princípios-guia individuais.* Apesar de algumas abordagens teóricas considerarem os valores como culturais (e.g., Hofstede, 1984; Inglehart, 1991), estas se baseiam em respostas individuais. Entretanto, nesta teoria, os valores são considerados como individuais, tendo em vista que parece não fazer sentido tratar de valores culturais, quando o que se tem são pontuações individuais de valores específicos, que são somadas e atribuídas a cada cultura (Gouveia, 2013).

3. *Base motivacional.* A teoria considera que os valores são representações cognitivas das necessidades humanas (Maslow, 1954), representando não apenas as necessidades individuais, mas também as demandas institucionais e sociais, sugerindo uma restrição de impulsos pessoais a fim de garantir um ambiente estável e seguro (Gouveia, 2013).

4. *Caráter terminal.* A teoria considera apenas os valores terminais, e não os instrumentais, partindo do pressuposto de que estes podem ser reduzidos aos primeiros, de modo que considerar ambos seria redundante, como já apontado por Rokeach (1973). Além disso, os valores terminais são mais precisos e mais coerente com a ideia de princípios que representam metas desejáveis (Gouveia et al., 2011).

5. *Condição perene.* Este pressuposto parte da perspectiva que não existe um estado-fim ou um padrão fixo de sociedade que se deve alcançar. Nesse sentido, os valores são os

mesmos de sempre, ou seja, os valores dos indivíduos não mudam; mas as prioridades valorativas é que podem ser modificadas ao longo do tempo ou em diferentes culturas. De tal modo, o que as pessoas chamam de “crise de valores” são, na realidade, alterações de prioridades em razão das gerações (Gouveia, 2013).

Partindo dos pressupostos supracitados, Gouveia (1998, 2013) identificou duas funções principais dos valores humanos: (1) guiam as ações humanas e (2) expressam suas necessidades. Desse modo o autor propõe em seu modelo axiológico duas dimensões funcionais, as quais constituem dois eixos principais: o eixo horizontal representa a dimensão funcional *tipo de orientação*, que tem por finalidade guiar as ações humanas; e o eixo vertical corresponde a dimensão funcional *tipo de motivador*, que tem por objetivo expressar as necessidades humanas.

O eixo horizontal se subdivide em três critérios de orientação ou subfunções valorativas: *social* (o indivíduo na comunidade), *pessoal* (o indivíduo por si mesmo) e *central* (o propósito geral da vida). Os indivíduos guiados por *valores pessoais* possuem um foco intrapessoal, sendo mais egocêntricos. As pessoas guiadas por *valores sociais* possuem um foco interpessoal, priorizando a vida em sociedade (Medeiros, 2011). Já as pessoas guiadas por *valores centrais* possuem interesses tanto pessoais como sociais, enfatizando o propósito geral da vida, tendo em vista que estes valores são considerados a base ou referência a partir da qual os demais valores se organizam (Gouveia, 2013).

O eixo vertical se subdivide em dois tipos de motivadores: *materialista* (pragmático) e *humanitário* (idealista). Os valores materialistas estão relacionados a ideias práticas, guiando as pessoas a metas específicas, biologicamente existenciais e a condições de sobrevivência. Já os valores humanitários expressam princípios e ideias abstratas, não sendo dirigidos a metas específicas e concretas (Gouveia, Milfont, Fischer & Coelho, 2009).

Desse modo, unindo as duas dimensões funcionais, cruzando os dois eixos (horizontal e vertical), são derivadas seis subfunções específicas dos valores: *experimentação*, *realização*, *suprapessoal*, *existência*, *interativa* e *normativa*. A seguir, na Figura 2, observa-se um esquema geral da teoria, tendo em conta o *tipo de orientação* e o *tipo de motivador*.

		<i>Valores como padrão-guia de comportamentos</i>		
		<i>Metas pessoais</i> (o indivíduo por si mesmo)	<i>Metas centrais</i> (o propósito geral da vida)	<i>Metas sociais</i> (o indivíduo na comunidade)
<i>Valores como expressão de necessidades</i>	<i>Necessidades idealistas</i> (a vida como fonte de oportunidades)	<b>Experimentação</b> Emoção Sexualidade Prazer	<b>Suprapessoal</b> Beleza Conhecimento Maturidade	<b>Interativa</b> Afetividade Apoio social Convivência
	<i>Necessidades materialistas</i> (a vida como fonte de ameaça)	<b>Realização</b> Êxito Poder Prestígio	<b>Existência</b> Estabilidade Saúde Sobrevivência	<b>Normativa</b> Obediência Religiosidade Tradição

Figura 2. Funções, subfunções e valores específicos (Gouveia, 2013)

Conforme observa-se na Figura 2, a combinação das duas funções principais dos valores humanos origina seis diferentes subfunções, que são mapeadas em um delineamento 3X2, com três tipos de orientações (pessoal, central e social) e dois de motivadores (materialista e humanitário). Essa combinação reflete em seis quadrantes valorativos: social-materialista, central-materialista, pessoal-materialista, social-humanitário, central-humanitário e pessoal-humanitário (Gouveia, 2013). Para melhor compreensão, a seguir serão descritas detalhadamente as seis subfunções valorativas:

**Subfunção experimentação.** Expressa uma orientação pessoal, mas com ênfase humanitária. Seus valores favorecem a promoção de mudança e inovação na sociedade. As pessoas que priorizam os valores de experimentação não se conformam facilmente com regras sociais e não buscam metas fixas ou materiais. Tal subfunção é representada pelos valores: sexualidade, prazer e emoção.

**Subfunção realização.** É constituída por valores que expressam uma orientação pessoal com motivador materialista. Pessoas que se pautam nessa subfunção focalizam realizações materiais e buscam praticidade em suas decisões e comportamentos. Êxito, prestígio e poder são os valores que representam tal subfunção.

**Subfunção suprapessoal.** Possui uma orientação central e um motivador humanitário. Representa valores que expressam as necessidades de estética, cognição e autorrealização, indicando a importância de ideias abstratas. Pessoas guiadas por esses valores pensam de forma mais geral e ampla, tomando decisões e se comportando com base em critérios universais. Beleza, conhecimento e maturidade são os valores que definem tal subfunção.

**Subfunção existência.** Expressa uma orientação central com um motivador materialista. Esta subfunção representa as necessidades humanas mais básicas (e.g., comer, beber, dormir) e de segurança. Pessoas que foram socializadas ou vivem em contextos de escassez são mais propensas a adotarem valores de existência, tais como estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência.

**Subfunção interativa.** Expressa claramente uma orientação social e um motivador humanitário. Seus valores representam as necessidades de pertença, amor e afiliação, sendo essenciais para estabelecer e manter as relações interpessoais. Pessoas que adotam tais valores buscam relacionamentos estáveis, bem como constituir famílias. Afetividade, convivência e apoio social são os valores específicos que representam esta subfunção.

**Subfunção normativa.** Esta subfunção possui uma orientação social, mas um foco materialista, representado a importância de preservar a cultura e as regras sociais. Os indivíduos que priorizam valores normativos costumam obedecer as normas sociais, apresentando um menor número de comportamentos desviantes (Santos, 2008). Esta subfunção é representada pelos valores: tradição, obediência e religiosidade.

Ademais, a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos prevê uma hipótese de congruência entre os valores, isto é, estima-se que todas as subfunções valorativas apresentam correlações positivas, variando apenas em relação a força. Nesse sentido, Gouveia (1998, 2013) enfatiza que não existe um conflito dos valores, conforme apontava Schwartz (1992), e sim que as pessoas priorizam subfunções específicas em detrimento de outras. Os padrões de congruência sugeridos nesta teoria são organizados em forma de um hexágono, como pode ser observado na Figura 3.

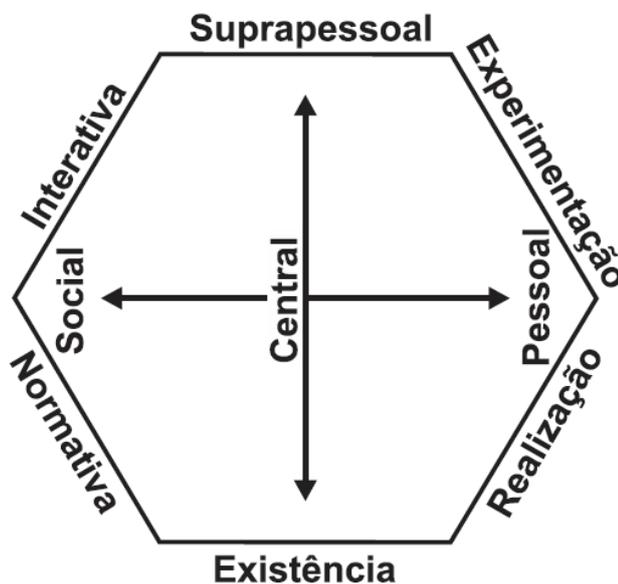


Figura 3. Congruência das subfunções dos valores humanos (Gouveia, 2013).

As subfunções valorativas são dispostas no hexágono de modo a sugerir três níveis de congruência: (1) *baixa*, localizada em lados opostos da figura, concentrando subfunções de

diferentes orientações e motivadores (*interativa-realização* e *normativa-experimentação*); (2) *moderada*, corresponde aos pares de subfunção que representam tipos de orientações diferentes, mas o mesmo motivador (*realização-normativa* e *experimentação-interativa*); e (3) *alta*: agrupa valores com o mesmo tipos de orientação, porém com motivadores diferentes (*experimentação-realização* e *normativa-interativa*). Gouveia (2013) ainda destaca que, as subfunções *existência* e *suprapessoal* foram excluídas da hipótese de congruência pelo fato de que elas representam valores centrais, sendo compatível com todas as outras subfunções.

Cabe ressaltar que a Teoria Funcionalista desenvolveu várias versões de instrumentos, iniciando com uma versão composta por 66 itens, que representava 22 valores distribuídos em seis subfunções (Gouveia, 1998). Em estudos posteriores surgiram versões mais reduzidas, como as de 24 itens (Gouveia, 2003) e 18 (Gouveia, Milfont, Fischer & Santos, 2008), sendo esta última a mais conhecida e utilizada. No instrumento, as pessoas avaliam o quanto consideram importante cada valor como um princípio-guia em suas vidas, considerando uma escala de resposta de sete pontos (1= *totalmente não importante* a 7= *extremamente importante*).

Como todos os outros modelos teóricos apresentados anteriormente, este também não está isento de críticas. Para Schwartz (2014), por exemplo, o instrumento utilizado é falho, uma vez que os itens não demonstram a relação esperada e o tempo de aplicação é inapropriado. Ele também destaca que as funções dos valores propostas já são discutidas em seus estudos.

No entanto, em resposta a tais críticas, Gouveia, Milfont e Guerra (2014) argumentam que os dezoito valores utilizados no instrumento representam as seis subfunções universais, e quaisquer outros valores vão se organizar da mesma maneira. Em relação ao tempo de aplicação, destacam que, geralmente, o instrumento é aplicado juntamente com outras escalas (o que pode aumentar o tempo de resposta), contudo, a escala de valores pode ser respondida

em menos de três minutos. E no que se refere as funções valorativas, os autores afirmam não encontrar qualquer menção a estas funções nos estudos de Schwartz.

Em suma, esta teoria têm sido aplicada em diversos estudos, incluindo participantes de todas as regiões do Brasil e de vários países do mundo (Gouveia et al., 2011), o que permitiu conhecer os valores das pessoas de múltiplos contextos e culturas. Portanto, tem-se demonstrado que o modelo é adequado psicometricamente, tanto no contexto nacional, quanto transcultural (Medeiros, 2011).

Neste sentido, diante dos seus pressupostos, da comprovação empírica e qualidade métrica, para embasar a presente dissertação optou-se por adotar a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 1998, 2013), vista como integradora, parcimoniosa e teoricamente fundamentada.

Ademais, tal teoria tem sido utilizada para explicar os mais variados aspectos da vida social, a exemplo de desempenho acadêmico (Gouveia et al., 2010b), comportamentos desviantes (Santos, 2008), uso de álcool (Medeiros et al., 2015), *bullying* (Soares, 2013), preocupação com a honra (Araújo, 2016), adoção (Brasileiro, 2014) e preconceito (Vasconcelos, Gouveia, Filho, Sousa & Jesus, 2004; Formiga, 2007).

Um estudo realizado por Brasileiro (2014) verificou que os valores das subfunções *experimentação*, *suprapessoal* e *interativa* foram capazes de explicar as atitudes explícitas frente à adoção, ou seja, as pessoas que priorizam esses valores, os quais apresentam um tipo de motivador humanitário, tendem a ser mais maduras, estando abertas a possibilidades e mudanças, expressando, portanto, atitudes mais favoráveis a adoção. Também foi possível verificar que os valores da subfunção *realização* explicaram inversamente as atitudes implícitas frente à adoção, isto é, pessoas mais individualistas, que se preocupam com suas realizações pessoais pontuaram menos em atitudes implícitas positivas frente à adoção, estando menos predispostas a adotar.

Utilizando como base a mesma teoria, Vasconcelos et al. (2004) desenvolveram um estudo buscando conhecer a relação dos valores humanos com atitudes preconceituosas. Os resultados apontaram que os valores da subfunção *realização* explicaram diretamente as atitudes preconceituosas, na medida em que, pessoas guiadas por tais valores dão prioridade aos próprios benefícios e ao sentimento de ser poderoso, buscando relações desiguais que lhes favoreçam, sendo, portanto, mais preconceituosas. Em contrapartida, os valores da subfunção *suprapessoal* explicaram inversamente tais atitudes, ou seja, pessoas mais maduras, que têm menos preocupações materiais e dão importância aos demais tendem a expressar menos preconceito.

Formiga (2007), visando explicar as causas do preconceito contra a mulher, verificou que as subfunções *experimentação*, *realização*, *normativa* e *interativa* são capazes de influenciar tal preconceito. No entanto, as pessoas que priorizam valores sociais (subfunções *normativa* e *interativa*), focalizando a interpessoalidade e o interesse coletivo tendem a apresentar uma forma mais sutil e discreta do preconceito em relação à mulher.

Portanto, observa-se que a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos tem trazido recorrentes contribuições, sendo utilizada para explicar variáveis como atitudes frente a adoção e preconceito. Do mesmo modo, a presente dissertação pretende utilizá-la na explicação dos estereótipos da criança adotada visto que estes são influenciados pelos valores dos indivíduos (Tajfel, 1969), bem como na intenção de adotar, já que os valores são aspectos psicológicos que guiam os comportamentos humanos (Gouveia, 1998, 2013). Assim, foram desenvolvidos dois estudos empíricos, os quais serão descritos detalhadamente a seguir.

## **PARTE II. ESTUDOS EMPÍRICOS**



## 4.1 Método

### 4.1.1. Delineamento e hipóteses

Trata-se de um estudo correlacional, com ênfase psicometrista, a fim de elaborar a Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA), reunindo evidências de validade e precisão. Para esse estudo foram formuladas as seguintes hipóteses:

*Hipótese 1:* A Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA) apresentará uma estrutura com três dimensões, baseadas em aspectos sociais, psicológicos e acadêmicos.

*Hipótese 2:* A Escala de Estereótipos da Criança Adotada apresentará parâmetros de consistência interna adequados.

### 4.1.2. Participantes

Contou-se com uma amostra de conveniência (não-probabilística) de 208 pessoas da população geral da cidade de João Pessoa (PB) e região metropolitana (Bayeux e Santa Rita). Estas tinham idade entre 18 e 54 anos ( $M = 24,6$ ;  $DP = 7,26$ ), sendo a maioria do sexo feminino (52,9%), solteira (84,1%), com Ensino Superior incompleto (77,9%) e católicas (38%). Essas pessoas também informaram que não possuíam filhos biológicos (87%) nem adotivos (99%), no entanto, 60,1% afirmou possuir parente adotado.

### 4.1.3. Instrumentos

Os participantes foram solicitados a responderem um livreto contendo duas medidas:

*Escala de Estereótipos da Criança Adotada* (Anexo III). Esta medida foi construída com base na literatura sobre a adoção, especificamente sobre as crianças adotadas. Compreende uma versão experimental, composta inicialmente por 40 atributos, sendo 20 positivos e 20 negativos que descrevem as crianças adotadas em três aspectos: sociais (e.g., *comunicativas*; *antissociais*; *mal educadas*), psicológicos (e.g., *tímidas*; *seguras*; *ansiosas*) e acadêmicos (e.g.,

*estudiosas; esforçadas; indisciplinadas*). Estes são respondidos em um escala *Likert* de cinco pontos, variando de 1 = *Discordo Totalmente* a 5 = *Concordo Totalmente*.

*Questionário sociodemográfico* (Anexo VI). Com o objetivo de caracterizar a amostra, foram solicitadas questões referentes à idade, sexo, estado civil, religião, escolaridade e se possuíam filhos biológicos, adotivos ou parentes adotado.

#### 4.1.4. Procedimento

Inicialmente, com a finalidade de desenvolver a *Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA)* foram descritos, com base na literatura, 40 atributos relativos às crianças adotadas, incluindo estereótipos positivos e negativos, relacionados a três aspectos: sociais, psicológicos e acadêmicos. Em seguida os itens foram submetidos a análise de juízes e, posteriormente, a análise semântica, conforme critérios estabelecidos pela psicometria (Pasquali, 2011). A análise de juízes objetivou estabelecer a pertinência dos itens ao traço latente (variável não observada) a que teoricamente se refere, mantendo-se aqueles que apresentaram a concordância de, pelo menos, 80% dos juízes. Para esta etapa foram convidados quatro especialistas, sendo três Mestres e um Doutor, com afinidade na construção de escalas e com o tema da pesquisa (Adoção de crianças).

Para a análise semântica da escala contou-se com a colaboração de 20 pessoas da população geral, distribuídas equitativamente entre homens e mulheres. Nesta etapa, verificou-se o nível de compreensão em relação às instruções para responder, assim como as opções de respostas apresentadas. Considerando que esses critérios foram atendidos, manteve-se a versão proposta.

Prévia a aplicação da versão preliminar do instrumento, o presente estudo foi encaminhado à Plataforma Brasil, para ser avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com

Seres Humanos (CEP) do Centro de Ciências da Saúde (UFPB), sendo aprovado sob o parecer de Nº 1.479.524/15 (Anexo I).

Os instrumentos foram formulados na versão lápis e papel, sendo respondidos individualmente em locais públicos diversos, tais como praças, shoppings, ruas. Cada participante consentiu sua participação, por meio da concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo II), sendo garantido o anonimato de suas respostas, o direito de participação voluntária, bem como a possibilidade de desistir a qualquer momento sem acarretar qualquer prejuízo, obedecendo as diretrizes éticas que regem as pesquisas como seres humanos da atual Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Os participantes levaram, em média, cerca de 10 minutos para responder ao questionário e ao final da aplicação, foram deixados endereços (*e-mails* do pesquisador) com os quais os participantes poderiam obter informações adicionais acerca do estudo.

#### 4.1.5. Análise de dados

Para tabulação e análise dos dados utilizou-se o SPSS, em sua versão 21, efetuando-se análises descritivas (medidas de tendência central e dispersão, distribuição de frequência), para caracterizar os participantes do estudo; teste *t* de *Student* com amostras independentes, para verificar o poder discriminativo dos itens; análise de componentes principais (ACP), a fim de verificar a estrutura da escala; e a consistência interna (alfa de *Cronbach*) dos componentes encontrados. Além disso, considerando que os critérios de Kaiser (valor próprio igual ou superior a 1) e Cattell (distribuição gráfica dos valores próprios) tendem a maximizar o número de componentes a extrair, decidiu-se efetuar uma *análise paralela* (Hayton, Allen, & Scarpello, 2004), por ser considerada uma estratégia mais robusta.

## 4.2. Resultados

Os resultados serão apresentados em subseções, organizadas de acordo com as análises empregadas para o tratamento dos dados. Neste sentido, primeiramente será apresentado os resultados relativos ao poder discriminativo dos itens e, em seguida, serão descritos os da análise de componentes principais (ACP). Por fim, apresenta-se uma discussão parcial acerca do *Estudo 1*.

### 4.2.1. Poder discriminativo dos itens

O poder discriminativo dos itens foi efetivado a fim de verificar se os itens da *EECA* discriminaram os participantes com pontuações próximas. Para tanto, partiu-se do critério interno da mediana. Assim, foram criados grupos-critérios superior e inferior, considerando as pontuações totais (somatório da pontuação de todos os itens da escala) abaixo e acima da mediana empírica (2,95; Pasquali, 2011). Definidos os grupos, efetuaram-se testes *t* de *Student* para amostras independentes. Os resultados encontram-se na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2.  
Poder Discriminativo dos Itens da EECA

Item	Grupos-critérios				Contraste	
	Inferior		Superior		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
1	1,76	0,79	2,66	0,98	-7,07	<b>0,001*</b>
2	1,75	0,76	2,66	1,01	-7,13	<b>0,001*</b>
3	2,58	1,01	3,03	0,98	-3,18	<b>0,002*</b>
4	2,43	1,03	3,38	0,92	-6,79	<b>0,001*</b>
5	2,08	0,97	2,97	0,90	-6,71	<b>0,001*</b>
6	1,80	0,80	2,50	0,86	-5,88	<b>0,001*</b>
7	1,98	0,86	2,52	0,89	-4,32	<b>0,001*</b>
8	3,12	0,82	3,38	0,76	-2,30	<b>0,022*</b>
9	2,85	1,01	3,64	0,80	-6,07	<b>0,001*</b>
10	2,61	0,91	3,07	1,04	-3,33	<b>0,001*</b>
11	2,07	0,89	2,83	0,82	-6,22	<b>0,001*</b>
12	2,92	0,87	3,35	0,85	-3,48	<b>0,001*</b>
13	2,19	1,02	3,35	0,93	-8,38	<b>0,001*</b>
14	2,38	0,99	3,27	0,89	-6,59	<b>0,001*</b>
15	2,72	0,89	3,67	0,93	-7,38	<b>0,001*</b>
16	2,86	0,83	3,72	0,87	-5,95	<b>0,001*</b>
17	2,75	0,80	3,44	0,87	-5,77	<b>0,001*</b>
18	3,05	0,81	3,66	0,71	-5,65	<b>0,001*</b>
19	2,71	1,08	3,50	0,95	-5,48	<b>0,001*</b>
20	2,75	0,80	3,44	0,87	-5,77	<b>0,001*</b>
21	2,79	0,70	3,17	0,80	-3,55	<b>0,001*</b>
22	2,91	0,73	3,20	0,78	-2,72	<b>0,007*</b>
23	2,21	0,78	2,85	0,92	-5,28	<b>0,001*</b>
24	2,10	0,87	2,60	0,95	-3,90	<b>0,001*</b>
25	3,07	0,85	3,40	0,88	-2,67	<b>0,008*</b>
26	3,12	0,70	3,45	0,74	-3,21	<b>0,002*</b>
27	2,92	0,88	3,17	0,86	-2,03	<b>0,043*</b>
28	2,03	0,96	2,39	0,94	-2,64	<b>0,009*</b>
29	3,31	0,99	3,53	0,92	-1,59	0,112
30	2,81	0,75	2,87	0,76	-0,49	0,619
31	1,95	0,78	2,89	1,03	-7,22	<b>0,001*</b>
32	2,29	1,04	3,42	1,02	-7,69	<b>0,001*</b>
33	3,52	0,85	3,72	0,87	-1,68	0,094
34	2,71	0,89	2,93	0,92	-1,73	0,085
35	2,72	0,75	2,87	0,85	-1,33	0,184
36	3,15	0,78	3,20	0,81	-0,50	0,615
37	3,23	0,78	3,36	0,84	-1,14	0,253
38	3,26	0,80	3,28	0,74	-0,09	0,922
39	2,54	0,87	2,95	0,79	-3,46	<b>0,001*</b>
40	2,85	0,86	3,39	0,84	-4,43	<b>0,001*</b>

Nota: \*Item discriminativo ( $p < 0,05$ ).

Em se tratando da Tabela 2, observa-se que os itens 29 ( $p = 0,11$ ); 30 ( $p = 0,62$ ); 33 ( $p = 0,09$ ); 34 ( $p = 0,09$ ); 35 ( $p = 0,18$ ); 36 ( $p = 0,62$ ); 37 ( $p = 0,25$ ); e 38 ( $p = 0,92$ ) não discriminaram os participantes com pontuações próximas, à medida que estes apresentaram  $p > 0,05$ , sendo portanto, excluídos. Com exceção desses, todos os demais itens apresentaram poder discriminativo satisfatório ( $p < 0,05$ ), o que indica a qualidade métrica dos itens desta medida. Após cumprir com esta etapa, deu-se prosseguimento às análises, desta vez, com o objetivo de verificar a estrutura fatorial da referida escala.

#### 4.2.2. Análise de componentes principais

Inicialmente, procurou-se conhecer a viabilidade de realizar uma análise de componentes principais (ACP), empregando-se o índice *Kaiser-Meyer-Olkin* (*KMO*) e o *Teste de Esfericidade de Bartlett*. O primeiro trabalha com as correlações parciais das variáveis, devendo ser aceitos valores do *KMO* iguais ou superiores a 0,60 (Tabachnick & Fidell, 2013). O segundo, por outro lado, comprova a hipótese de que a matriz de correlação é uma matriz identidade, isto é, apresenta 1 (uns) na diagonal e 0 (zeros) no restante da matriz. Valores significativos indicam que esta hipótese é rejeitada, favorecendo a realização de uma análise de componentes principais.

Os resultados permitiram corroborar a adequação da matriz de correlação, tendo sido observados os seguintes valores: *KMO* = 0,84; *Teste de Esfericidade de Bartlett*,  $\chi^2$  (496) = 3064,35;  $p < 0,001$ . Sendo assim, primeiramente optou-se por realizar a análise de componentes principais sem fixar o número de fatores e utilizando rotação *varimax*. Assim, foi possível encontrar sete componentes, levando-se em conta o critério de Kaiser, isto é, valor próprio (*eigenvalue*) igual ou superior a 1, explicando 61,23% da variância total.

Não obstante, de acordo com a distribuição gráfica dos valores próprios (critério de Catell), admite-se uma solução com até três componentes (ver Figura 4), embora os dois primeiros sejam mais nítidos, conforme evidenciado pela forma de cotovelo que se configura a partir do terceiro componente. Deste modo, ao traçar uma linha (pontilhada), observa-se que os demais valores quase não se diferenciam uns dos outros, levando, assim, a considerar uma estrutura tridimensional.

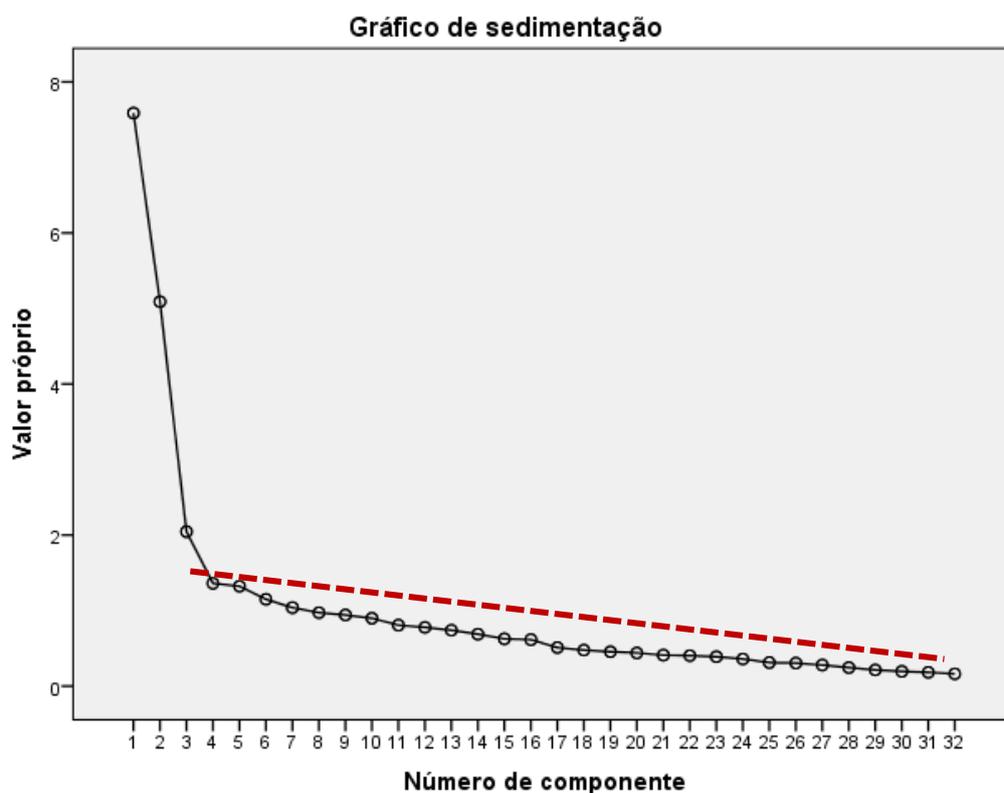


Figura 4. Representação gráfica dos valores próprios

Contudo, para dirimir qualquer dúvida referente a quantidade de componentes, efetuou-se uma *análise paralela*, que compreende um procedimento mais confiável e robusto (Hayton et al., 2004). Considerando 1.000 bancos de dados que simularam o presente estudo, isto é, 208 participantes e 40 itens, os valores próprios gerados aleatoriamente foram comparados com os obtidos na análise de componentes principais, confirmando a presença de três componentes;

logo, parece mais adequado assumir uma estrutura tridimensional para esta medida, haja vista que os três primeiros *eigenvalues* (valores próprios) da ACP (7,59; 5,09 e 2,05) foram superiores aos da análise paralela (1,81; 1,70 e 1,62), ocorrendo o contrário após o quarto valor ( $1,36 < 1,55$ ).

Nesse sentido, decidiu-se realizar uma nova análise, desta vez, fixando a extração de três fatores e utilizando rotação *varimax*. Os resultados desta análise são mostrados na Tabela 3.

Tabela 3.  
Estrutura fatorial da EECA

ITEM	CARGAS			h <sup>2</sup>
	I	II	III	
06. Indisciplinadas	<b>0,84*</b>	-0,24	0,10	0,71
05. Problemáticas	<b>0,72*</b>	0,05	0,19	0,56
15. Desinteressadas	<b>0,70*</b>	0,04	0,05	0,50
17. Revoltadas	<b>0,70*</b>	0,02	0,30	0,58
18. Impulsivas	<b>0,69*</b>	0,10	0,24	0,55
09. Ingratas	<b>0,68*</b>	-0,16	0,02	0,49
07. Preguiçosas	<b>0,68</b>	0,03	0,00	0,46
01. Agressivas	<b>0,64</b>	0,01	0,16	0,44
02. Mal educadas	<b>0,63</b>	-0,04	0,28	0,48
40. Não inteligentes	<b>0,55</b>	-0,28	0,17	0,42
10. Antissociais	<b>0,55</b>	-0,05	<b>0,46</b>	0,52
32. Egoístas	<b>0,46</b>	-0,17	0,34	0,36
23. Esforçadas	-0,03	<b>0,73*</b>	0,21	0,58
34. Inteligentes	0,05	<b>0,71*</b>	-0,06	0,52
30. Disciplinadas	-0,20	<b>0,70*</b>	-0,02	0,54
35. Comunicativas	-0,08	<b>0,70*</b>	-0,24	0,57
25. Estudiosas	0,01	<b>0,68*</b>	0,12	0,48
33. Sociáveis	-0,04	<b>0,67*</b>	0,12	0,47
29. Pacientes	-0,16	<b>0,62</b>	0,15	0,43
12. Generosas	-0,14	<b>0,61</b>	0,18	0,42
22. Atentas	-0,05	<b>0,57</b>	0,34	0,44
16. Interativas	0,17	<b>0,48</b>	0,00	0,26
04. Independentes	0,31	<b>0,47</b>	-0,30	0,42
21. Ansiosas	0,10	0,28	<b>0,60*</b>	0,45
14. Dependentes	0,00	-0,01	<b>0,58*</b>	0,33
13. Inseguras	0,30	0,07	<b>0,57*</b>	0,43
19. Tímidas	0,20	0,25	<b>0,56*</b>	0,42
31. Frias	0,29	-0,09	<b>0,56*</b>	0,41
24. Solitárias	0,28	-0,08	<b>0,54*</b>	0,38
11. Tristes	<b>0,44</b>	0,12	<b>0,50</b>	0,47
38. Desatentas	<b>0,36</b>	-0,11	<b>0,39</b>	0,30
39. Quietas	0,08	0,31	0,31	0,20
Números de itens	06	06	06	
Valor próprio	4,70	3,49	1,58	
% Variância Explicada	26,12	19,39	8,81	
Alfa de Cronbach	0,87	0,83	0,71	

Nota. \*Cargas fatoriais consideradas para definir o item como pertencente ao componente na versão reduzida.

Como pode ser observado na Tabela 3, os três componentes, explicam conjuntamente 54,34% da variância total. Com o fim de definir o item como pertencente ao componente, assumiu-se que ele deveria apresentar carga fatorial mínima de  $|0,35|$ , sendo superior ao ponto de corte sugerido pela literatura (Pasquali, 2012). De tal modo, foram saturados 28 itens.

No entanto, partindo do princípio da parcimônia (Volpato, 2007) optou-se por contar com uma versão reduzida deste instrumento, considerando um número igual de itens para representar cada componente. Assim, reduziu-se cada componente a seis itens, escolhendo aqueles com maiores cargas fatoriais. Os componentes encontrados podem ser descritos como seguem.

**Componente I.** Este componente apresentou valor próprio igual a 4,70, correspondendo à explicação de 26,12% da variância total. Os seis itens apresentaram cargas fatoriais variando de 0,68 (*ingratas*) a 0,84 (*indisciplinadas*); os demais itens foram: *problemáticas*, *desinteressadas*, *revoltadas* e *impulsivas*. Nesse sentido, pareceu adequado defini-lo como *comportamentos indesejáveis*, referindo-se as avaliações negativas que a sociedade faz em relação ao comportamento das crianças adotadas. Sua consistência interna (alfa de Cronbach) foi de 0,87, compreendendo, assim, o conteúdo dos itens que o representam.

**Componente II.** Este componente apresentou um valor próprio de 3,49 e explicou 19,39% da variância total. Constituído por seis itens com cargas fatoriais de 0,67 (*sociáveis*) a 0,73 (*esforçadas*); os demais itens foram: *inteligentes*, *disciplinadas*, *comunicativas* e *estudiosas*. Portanto, decidiu-se nomeá-lo como *comportamentos desejáveis*, uma vez que, refere-se as avaliações positivas que as pessoas fazem em relação aos comportamentos apresentados pelas crianças adotadas. Ele apresentou um alfa de Cronbach adequado ( $\alpha = 0,83$ ).

**Componente III.** Este último componente compreendeu, inicialmente, seis itens, atendendo ao critério previamente adotado. Apresentou valor próprio igual a 1,58, permitindo explicar 8,81% da variância total. Os seis itens deste componente apresentaram cargas fatoriais

entre 0,54 (*solitárias*) e 0,60 (*ansiosas*); os outros itens com cargas satisfatórias foram *dependentes, inseguras, tímidas e frias*, o que permitiu defini-lo como *atributos psicológicos negativos*, referindo-se as características psicológicas negativas apresentadas pelas crianças adotadas. Apresentou alfa de *Cronbach* igual a 0,71.

Em resumo, observa-se uma estrutura com três dimensões para a medida de estereótipos da criança adotada. Esses resultados parecem indicar evidências de validade fatorial e consistência interna da *Escala de Estereótipos da Criança Adotada*. Não obstante, reconhece-se o caráter estritamente exploratório das estatísticas empregadas. Logo, cabe conhecer em que medida a estrutura final de 18 itens (com alfa de *Cronbach* de 0,80) é replicada em amostra independente, demandando-se um novo estudo.

### 4.3. Discussão parcial

Considerando que não foi encontrado nenhum instrumento de mensuração de estereótipos da criança adotada, em periódicos nacionais e internacionais, justificou-se a realização do presente estudo, cujo objetivo principal foi elaborar uma medida para avaliar tais estereótipos. Frente aos resultados ora reportados, confia-se que o mesmo tenha sido alcançado.

Com relação à análise de componentes principais, esta permitiu indicar que a *EECA* é uma medida tridimensional, sendo corroborada por três critérios (Kaiser, Catell e Horn), confirmando, assim, a *hipótese 1*. O conjunto de seus itens explicou mais de 2/3 da variância total, apresentando índice de consistência interna acima do ponto de corte que tem sido preconizado na literatura (0,70; Nunnally, 1991; Pasquali, 2011), o que corrobora a *hipótese 2*.

O componente *comportamentos indesejáveis* agrupou itens que representam estereótipos negativos relacionados ao comportamento das crianças adotadas. Concordando com vários estudos (Dias, Silva & Fonsêca, 2008; Lipscomb et al., 2012; Wikk et al., 2011), os

quais apontam que as crianças adotadas são propensas a desenvolverem problemas de externalização, tais como agressividade, impulsividade, indisciplina. Weber (2011) destaca que geralmente essas são percebidas pela sociedade como problemáticas, revoltadas e ingratas com quem as acolheu.

Em contrapartida, de acordo com Sottomayor (2005) as crianças que têm conhecimento sobre a sua adoção são percebidas como mais comunicativas, seguras e sociáveis. Weber (2011) destaca que estas são afetivas com seus pais, comunicativas e não apresentam problemas comportamentais e acadêmicos. Nesse sentido, o componente *comportamentos desejáveis* expressa as avaliações positivas que a sociedade faz em relação ao comportamento das crianças adotadas.

O componente *atributos psicológicos negativos* reuniu itens que representam estereótipos negativos relacionados às características psicológicas das crianças adotadas. Conforme apontado pela literatura (Hawk & McCall, 2010; Juffer et. al, 2011; Juffer & Van IJzendoorn, 2005, 2007; Simmel, 2007), as crianças adotadas, sobretudo aquelas que experimentaram alguma adversidade ou trauma antes de serem inseridas na família adotiva, tendem a apresentar internalização de problemas, tais como ansiedade, depressão, insegurança.

No geral, parece adequado afirmar que a *EECA* possui índices psicométricos satisfatórios que poderão ser utilizadas em pesquisas que tenham, respectivamente, como foco conhecer os estereótipos das crianças adotadas, suprimindo, assim, a carência na literatura nacional. Além disso, tal instrumento pode servir como ferramenta de avaliação de profissionais que trabalham com adoção, no sentido de identificar os estereótipos que as pessoas atribuem às crianças adotadas e se estes influenciam na decisão de quererem ou não adotar. Instrumentos como estes podem ainda ser incluídos em grupos de apoio à adoção para que se possam promover discussões a respeito das crianças adotadas, de tal modo que se possa desmitificar crenças, medos e preconceitos que envolvem a adoção.

Em termos de estudos futuros, sugere-se que esta pesquisa seja replicada em outros contextos, considerando amostras maiores e mais heterogêneas. Poderia ser relevante, por exemplo, contar com a participação de um número significativo de pessoas, criando-se dois grupos: um de indivíduos adotados e outro dos não adotados. Com isso seria possível verificar como um indivíduo define-se a si próprio e define os outros, uma vez que, de acordo com a Teoria da Identidade Social, os indivíduos procuram construir uma identidade social positiva através das comparações entre o seu grupo e os grupos dos outros (Tajfel & Turner, 1986).

Ademais, sugere-se empregar procedimentos de modelagem por equações estruturais, com o propósito de confirmar a estrutura trifatorial da *EECA*. Isto, será feito no estudo a seguir.



## 5.1 Método

### 5.1.1. Delineamento e hipóteses

Tal como no primeiro, o segundo estudo utiliza-se de um delineamento correlacional, tendo como objetivos comprovar a estrutura da *EECA*, conhecer os correlatos valorativos dos estereótipos da criança adotada e da intenção de adotar, bem como verificar o poder dos valores humanos em predizer os estereótipos e a intenção de adotar. Assim, foram formuladas as seguintes hipóteses:

*Hipótese 3.* Os valores da subfunção *experimentação* se correlacionarão negativamente com os estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 4.* Os valores da subfunção *realização* se correlacionarão negativamente com os estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 5.* Os valores da subfunção *normativa* se correlacionarão positivamente com estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 6.* Os valores da subfunção *interativa* se correlacionarão positivamente com estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 7.* Os valores da subfunção *suprapessoal* se correlacionarão positivamente com estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 8.* Os valores da subfunção *existência* se correlacionarão positivamente com estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 9.* Os valores pessoais se correlacionarão negativamente com estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 10.* Os valores sociais se correlacionarão positivamente com estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 11.* Os valores centrais se correlacionarão positivamente com estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 12.* Os valores das subfunções *experimentação* e *realização* explicarão diretamente os estereótipos negativos da criança adotada.

*Hipótese 13.* Os valores das subfunções *normativa* e *interativa* explicarão diretamente os estereótipos positivos da criança adotada.

*Hipótese 14.* Os valores das subfunções *experimentação* e *realização* explicarão inversamente a intenção de adotar.

*Hipótese 15.* Os valores das subfunções *normativa* e *interativa* explicarão diretamente a intenção de adotar.

Embora não tenham sido encontrados estudos prévios que buscassem correlacionar os valores humanos e os estereótipos da criança adotada, as hipóteses foram formuladas com base em alguns estudos que utilizaram os valores humanos para explicar outras variáveis relacionadas, tais como preconceito (Vasconcelos et al., 2004; Formiga, 2007) e atitudes frente a adoção (Brasileiro, 2014).

Como visto, as pessoas guiadas por valores pessoais, que constituem as subfunções *experimentação* e *realização*, têm um foco intrapessoal, dando prioridade aos próprios benefícios (Gouveia, 2013). Nesse sentido formularam-se as hipóteses 3, 4, 9 e 12, considerando que tais pessoas apresentarão estereótipos negativos em relação a criança adotada. Já as pessoas guiadas por valores sociais, que compreendem as subfunções *interativa* e *normativa*, possuem um foco interpessoal, enfatizando afetos e relações sociais (Medeiros, 2011). Assim, foram formuladas as hipóteses 5, 6, 10 e 13, tendo em vista que estas pessoas perceberão a criança adotada de forma positiva.

Ademais, as pessoas guiadas por valores centrais, representados pelas subfunções *suprapessoal* e *existência*, apresentam tanto uma orientação pessoal quanto social, sendo mais maduras e centradas (Gouveia, 2013), o que permitiu formular as hipóteses 7, 8 e 11. Por fim,

considerando os valores humanos como aspectos psicológicos que guiam os comportamentos humanos (Gouveia, 1998, 2013), formularam-se as hipóteses 14 e 15.

### 5.1.2. Participantes

Contou-se com uma amostra não-probabilística de 245 pessoas da população geral da cidade de João Pessoa (PB) e região metropolitana (Bayeux e Santa Rita). Estas tinham idade entre 18 e 55 anos ( $M = 25,5$ ;  $DP = 7,10$ ), sendo a maioria do sexo masculino (59,2%), solteira (76,7%), com Ensino Superior incompleto (71,0%), com renda familiar de R\$ 800,00 a R\$ 2.640,00 (42,4%) e adepta a religião católica (37,6%). Todos os participantes informaram não ter filhos adotivos, 83,3% não possuíam filhos biológicos e 57,6% também não tinham parente adotado.

### 5.1.3. Instrumentos

Os participantes foram solicitados a responderem um livreto contendo as seguintes medidas:

*Escala de Estereótipos da Criança Adotada – EECA.* Assim como no primeiro estudo utilizou-se a *EECA*, no entanto, levou-se em conta a sua versão reduzida. Esta é composta por 18 itens, distribuídos em três dimensões: *comportamentos indesejáveis* (e.g., impulsivas, indisciplinadas); *comportamentos desejáveis* (e.g., inteligentes, comunicativas); e *atributos psicológicos negativos* (e.g., ansiosas, inseguras). Estes são respondidos em um escala *Likert* de cinco pontos, variando de 1 = *Discordo Totalmente* a 5 = *Concordo Totalmente*.

*Questionário dos Valores Básicos – QVB* (Anexo IV). Este instrumento foi elaborado por Gouveia (1998), sendo composto inicialmente por 66 itens. No entanto, no presente estudo será utilizada a sua versão reduzida (Gouveia, 2008) composta apenas por 18 itens/valores específicos (e.g., *Apoio social. Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no*

*mundo; Prazer. Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos*). Estes são respondidos em uma escala tipo *likert* que varia de 1 (*Totalmente não importante*) a 7 (*Extremamente importante*). As seis subfunções (*experimentação, realização, suprapessoal, existência, interativa e normativa*), no contexto nacional, especificamente na região Nordeste, apresentam consistência interna variando de 0,39 (*subfunção realização*) a 0,55 (*subfunção existência*), bem como indicadores de ajuste satisfatórios [ $GFI = 0,95$  e  $RMSEA (IC90\%) = 0,06 (0,06 - 0,06)$ ] (Medeiros, 2011).

*Escala de Intenção Comportamental de Adotar – EICA* (Anexo V). Elaborada por Brasileiro (2014), objetivando medir o quanto as pessoas estão dispostas a adotar. É composta por 5 (cinco) itens (e.g., *Na possibilidade de ter um filho adotivo, adotaria; Tenho metas claras de adotar um filho*) e, para respondê-los, o participante deve avaliar cada item em uma escala *likert* que varia de 1 (*Discordo totalmente*) a 7 (*Concordo totalmente*). Apresenta um alfa de *Cronbach* de 0,86 e os seguintes índices de ajuste:  $\chi^2(297) = 6,099$ ;  $p < 0,001$ ;  $\chi^2/gl = 1,22$ ,  $GFI = 0,98$ ,  $AGFI = 0,96$ ,  $CFI = 0,99$  e  $RMSEA = 0,32 (IC90\% = 0,000 - 0,104)$ .

*Questionário sociodemográfico*. Contendo questões referentes à idade, sexo, estado civil, religião, escolaridade e se possuíam filhos biológicos, adotivos ou parente adotado.

#### 5.1.4. Procedimento

Foram utilizados procedimentos semelhantes ao *Estudo 1*. A realização da coleta de dados deu-se por meio de um questionário de lápis e papel, bem como na versão online, sendo compartilhado por redes sociais e e-mails. Os participantes responderão individualmente, sendo garantido o anonimato de suas respostas, o direito de participação voluntária, bem como a possibilidade de desistir a qualquer momento sem acarretar qualquer prejuízo. Cada participante consentiu sua participação, por meio da concordância do Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido – TCLE. Os participantes levaram, em média, cerca de 20 minutos para responder ao questionário.

#### 5.1.5. Análise de dados

Os dados foram analisados por meio do pacote estatístico SPSS (versão 20). Inicialmente, calculou-se as estatísticas descritivas, para caracterização da amostra, em seguida foram realizadas correlações ( $r$  de *Pearson*) para verificar como se associam as variáveis estudadas. Por fim, realizaram-se análises de regressão para analisar o poder preditivo dos valores humanos e estereótipos da criança adotada em relação à intenção de adotar.

Além disso, utilizou-se o software AMOS para a realização de uma Análise Fatorial Confirmatória (CFA). O ajuste do modelo foi verificado em função dos seguintes indicadores (Byrne, 2010; Hair, Black, Babin, & Anderson, 2015; Tabachnick & Fidell, 2013):

$\chi^2$  (*Qui-quadrado*) /  $gl$  (*Graus de liberdade*). Probabilidade do modelo se ajustar aos dados obtidos. Embora não existe um valor crítico exato, compreende um valor subjetivo de ajuste, sendo considerados ideais entre 2 e 3, apesar de aceitar-se até 5 como satisfatório.

*Comparative Fit Index (CFI)*. Índice de Comparação de Ajustamento de Modelos, admitindo-se valores iguais ou superiores a 0,90. Apresenta melhores resultados quando o tamanho da amostra é pequena.

*Tucker-Lewis Coefficient (TLI)*: Indicador global de adequação do modelo, admitindo-se valores entre 0,80 e 0,90 e considerando-se satisfatórios próximos a 1,00.

*Root-Mean-Square Error of Approximation (RMSEA)*: Baseia-se nos residuais do modelo, sendo considerado um indicador de "maldade" de ajuste. Valores altos indicam um modelo desajustado, sendo recomendáveis estar entre 0,05 e 0,08, embora sejam aceitos até 0,10.

## 5.2. Resultados

Na tentativa de facilitar a compreensão dos leitores, os resultados deste estudo serão apresentados em três subseções principais: (1) Comprovação da estrutura fatorial da *Escala de Estereótipos da Criança Adotada - EECA*; (2) Correlação entre valores humanos, estereótipos da criança adotada e intenção de adotar; e (3) Valores humanos como preditores dos estereótipos e da intenção de adotar.

### 5.2.1. Comprovação da estrutura fatorial da EECA

Conforme mencionado anteriormente, realizou-se uma análise fatorial confirmatória, afim de testar a comprovação da estrutura da *EECA*, segundo a versão proposta no Estudo 1, composta por 18 itens. Neste caso, considerou-se a matriz de covariância, adotando-se o estimador *ML*.

Observou-se que os indicadores de ajustes deste modelo foram aceitáveis:  $\chi^2 (132) = 380,746$ ;  $p < 0,001$ ;  $\chi^2/\text{gl} = 2,88$ ,  $CFI = 0,86$ ,  $TLI = 0,84$  e  $RMSEA = 0,08$  ( $IC90\% = 0,078 - 0,098$ ). Não obstante, verificando os *IMs* (*Índices de Modificação*), algumas modificações poderiam fazer o modelo mais adequado. Especificamente, decidiu-se correlacionar os erros de medida entre os itens 7 (*ingratas*) e 18 (*esforçadas*); 25 (*sociáveis*) e 27 (*comunicativas*); e 27 (*comunicativas*) e 26 (*inteligentes*). Desta forma, percebe-se que a estrutura fatorial da *EECA* obtém melhores índices de ajuste aos dados:  $\chi^2 (129) = 317,829$ ;  $p < 0,001$ ;  $\chi^2/\text{gl} = 2,46$ ,  $CFI = 0,90$ ,  $TLI = 0,88$  e  $RMSEA = 0,07$  ( $IC90\% = 0,067 - 0,088$ ). A estrutura fatorial correspondente pode ser vista na Figura 5.

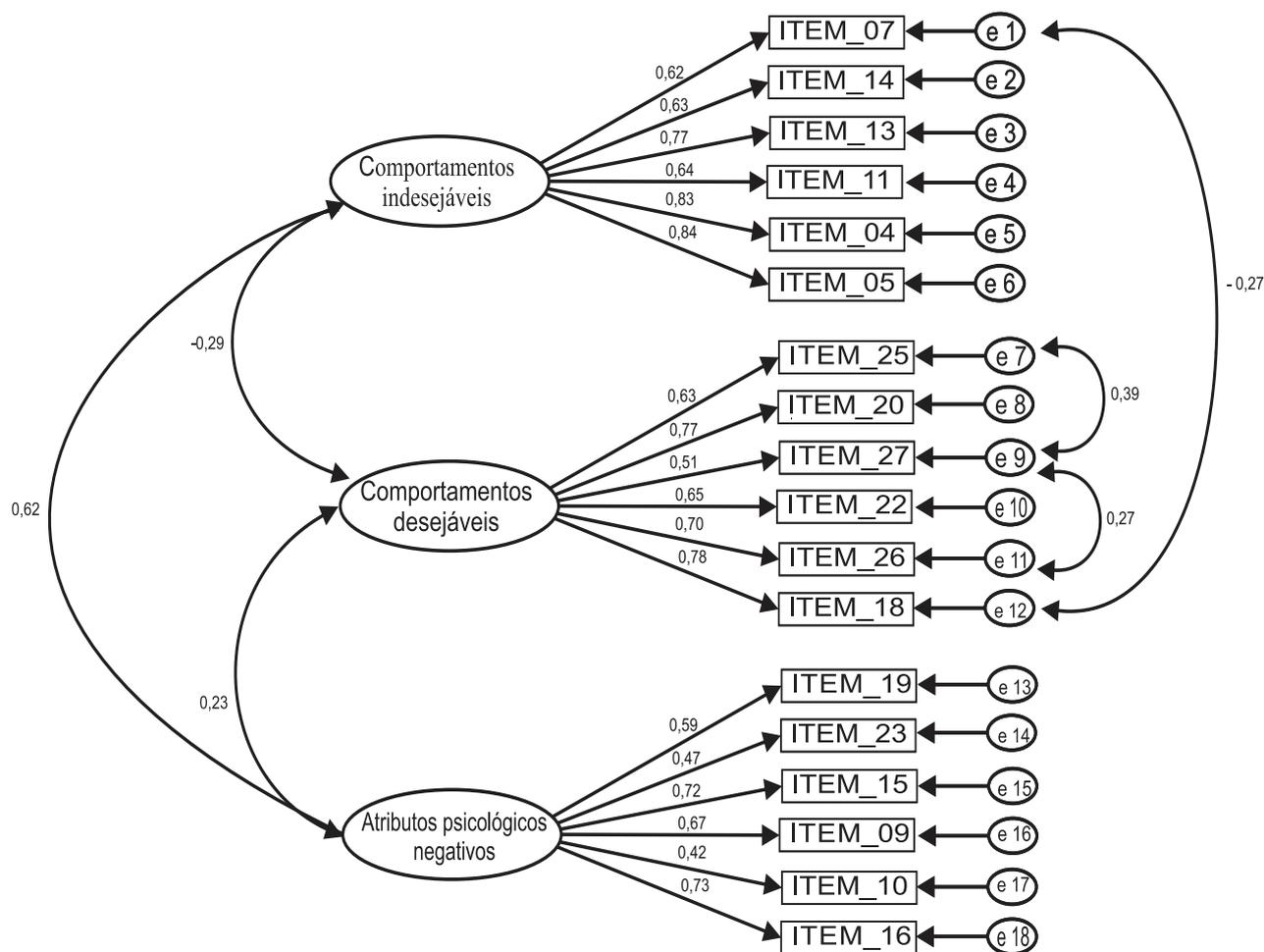


Figura 5. Modelo de equação estrutural da EECA

Como é possível observar na Figura 5, todos os itens da *EECA* apresentaram pesos fatoriais ( $Lambdas - \lambda$ ) positivos e estatisticamente diferentes de zero ( $0; t > 1,96, p < 0,05$ ). Portanto, os índices de bondade de ajuste evidenciam uma estrutura tridimensional da medida de estereótipos da criança adotada.

Esse modelo mostra-se adequado, tendo apresentado, em suas três dimensões, índices de Confiabilidade Composta (CC) satisfatórios (dimensão 1= 0,87; dimensão 2= 0,84; dimensão 3= 0,78). Além disso, a consistência interna, estimada pelo alfa de *Cronbach*,

apresentou valores iguais a 0,87, 0,83 e 0,71 para as dimensões um, dois e três, respectivamente, indicando uma precisão adequada (Nunnally, 1991; Pasquali, 2011).

Não obstante, decidiu-se ainda verificar a pertinência do modelo proposto, com três dimensões, quando comparado a modelos alternativos. Desta forma, o modelo tridimensional foi contrastado com modelos alternativos baseados na literatura: (1) modelo bidimensional, levado em conta que os estereótipos podem ser tanto positivos quanto negativos (Michener, Delamater, & Myers, 2003), os itens foram distribuídos em duas dimensões (*dimensão 1*: união dos itens que compõe as dimensões 1 e 3 da *EECA*; *dimensão 2*: itens que compõe a dimensão 2 da *EECA*); e (2) modelo unidimensional, considerando que os estereótipos são representações coletivas de um determinado grupo social (Tajfel, 1972), todos os itens foram saturados em uma única dimensão. Na Tabela 4 são expostos os índices de bondade de ajuste para cada modelo testado.

*Tabela 4.*

Índices de bondade de ajuste para os modelos alternativos da *EECA*

<b>Modelos</b>	$\chi^2$	<b>GI</b>	$\chi^2/gf$	<b>CFI</b>	<b>TLI</b>	<b>RMSEA (IC90%)</b>	<b>CAIC</b>	<b>ECVI</b>
Três	380,74	132	2,88	0,86	0,84	0,08 (0,07-0,09)	634,29	<b>1,88</b>
Dois	535,54	134	3,99	0,77	0,74	0,11 (0,10-0,12)	776,09	<b>2,49</b>
Um	994,72	135	7,36	0,52	0,77	0,16 (0,15-0,17)	1228,76	<b>4,37</b>

*Nota:* Modelos tridimensional (original), bidimensional (modelo teórico proposto) e unidimensional (todos os 18 itens saturando em uma única dimensão).

De acordo com a Tabela 4, o modelo 1 com três dimensões apresentam os resultados mais promissores, o qual descreve a estrutura original da *EECA*, sendo estatisticamente superior aos modelos bidimensional e unidimensional. Portanto, fica evidente que o modelo com três dimensões é o mais adequado para representar os estereótipos da criança adotada.

Em resumo, apresenta-se um instrumento tridimensional para avaliar os estereótipos da criança adotada, mais parcimonioso e que assegura parâmetros psicométricos aceitáveis com o fim de pesquisa.

### 5.2.2. Correlação entre valores humanos, estereótipos e intenção de adotar

Nesta subseção serão apresentadas as correlações entre os valores humanos, os estereótipos da criança adotada e a intenção de adotar. Desse modo, a fim de testar as hipóteses do estudo, foram efetuados os somatórios dos itens de cada escala (*QVB*, *EECA* e *EICA*) com a finalidade de obter uma pontuação total. Posteriormente, procedeu-se com uma análise de correlação de *Pearson* ( $r$ ), que permitiu conhecer o padrão de correlações entre as variáveis, sendo os resultados especificados na Tabela 5, descrita a seguir.

Tabela 5.

Correlações entre valores humanos, estereótipos e intenção de adotar

VALORES HUMANOS	ESTEREÓTIPOS DA CRIANÇA ADOTADA			INTENÇÃO DE ADOTAR
	<i>Comportamentos indesejáveis</i>	<i>Comportamentos desejáveis</i>	<i>Atributos psicológicos negativos</i>	
<b>PESSOAIS</b>	0,07	0,09	0,06	-0,04
<b>Experimentação</b>	0,00	0,03	0,00	0,04
<b>Realização</b>	0,13*	-0,13*	0,10	-0,13*
<b>CENTRAIS</b>	0,02	0,16*	0,13*	0,06
<b>Suprapessoal</b>	0,00	0,10	0,08	0,12
<b>Existência</b>	0,04	0,17**	0,14*	-0,01
<b>SOCIAIS</b>	0,04	0,21**	0,08	0,03
<b>Interativa</b>	0,03	0,07	0,05	0,16*
<b>Normativa</b>	0,01	0,66**	0,48**	0,05

Nota: \* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$

Como pode ser visto na Tabela 5, com relação aos estereótipos da criança adotada foram observadas correlações significativas ( $p < 0,05$ ) desse construto com os valores humanos.

Especificamente, a dimensão *comportamentos indesejáveis* se correlacionou positivamente com a subfunção *realização* ( $r = 0,13; p < 0,05$ ), corroborando, portanto, a hipótese 4. A dimensão *comportamentos desejáveis* se correlacionou de forma positiva com as subfunções *normativa* ( $r = 0,66; p < 0,01$ ) e *existência* ( $r = 0,17; p < 0,01$ ) e com os tipos de orientação central ( $r = 0,16; p < 0,05$ ) e social ( $r = 0,21; p < 0,01$ ), porém apresentou correlações negativas com a subfunção *realização* ( $r = -0,13; p < 0,05$ ), confirmando as hipóteses 4, 8, 5, 10 e 11. E a dimensão *atributos psicológicos negativos* apresentou correlações positivas com as subfunções *existência* ( $r = 0,14; p < 0,05$ ), *normativa* ( $r = 0,48; p < 0,01$ ) e com o tipo de orientação central ( $r = 0,13; p < 0,05$ ).

No que diz respeito a intenção de adotar, observou-se que esta se correlacionou positivamente com a subfunção *interativa* ( $r = 0,16; p < 0,05$ ) e negativamente com a subfunção *realização* ( $r = -0,13; p < 0,05$ ).

### 5.2.3. Valores humanos como preditores dos estereótipos e da intenção de adotar

Com base nas correlações obtidas, a fim de verificar o poder preditivo dos valores humanos sobre os estereótipos da criança adotada, bem como a intenção de adotar, realizaram-se análises de regressão linear múltipla, considerando que esta permite avaliar o efeito que uma ou mais variáveis antecedentes tem em uma variável consequente (Dancey & Reidy, 2006), utilizando-se o método *stepwise*. Desse modo, em um primeiro momento, tomou-se as subfunções valorativas como variável previsoras (variável independente), tendo como critério empírico a significância do coeficiente de correlação na seleção para entrar na análise de regressão, e as dimensões da *EECA*, como variável critério (variável dependente). Posteriormente realizou-se o mesmo procedimento, porém, considerando como variável dependente a *EICA*.

Com relação aos estereótipos da criança adotada, os resultados das análises demonstraram que a subfunção *realização* foi tida como preditora dos *comportamentos indesejáveis* [ $R = 0,13$ ;  $R^2 = 0,02$ ;  $F(1;243) = 4,30$ ,  $p < 0,001$ ] ( $\beta = 0,13$ ;  $t = 2,07$   $p < 0,001$ ); e a subfunção *normativa* foi capaz de prever os *comportamentos desejáveis* [ $R = 0,66$ ;  $R^2 = 0,44$ ;  $F(1;243) = 192,11$ ,  $p < 0,001$ ] ( $\beta = 0,66$ ;  $t = 13,86$   $p < 0,001$ ) e os *atributos psicológicos negativos* [ $R = 0,13$ ;  $R^2 = 0,02$ ;  $F(1;243) = 76,01$ ,  $p < 0,001$ ] ( $\beta = 0,48$ ;  $t = 8,71$   $p < 0,001$ ). Portanto, verificou-se que apenas os valores de realização e normativos explicam os estereótipos da criança adotada, confirmando em partes as hipóteses 12 e 13.

No que se refere a intenção de adotar, foi possível observar que apresentaram-se como melhores preditores as subfunções *interativa* e *realização*. Os resultados desta análise se encontram descritos detalhadamente na Tabela 6.

Tabela 6.

Subfunções valorativas como variáveis preditoras da intenção de adotar

	Preditores	R	R <sup>2</sup> Ajustado	F	B	Beta	t
<b>Intenção de adotar</b>	Interativa	0,16	0,02	6,63	0,25	0,22	3,43*
	Realização	0,25	0,06	8,22	-0,19	-0,20	-3,09*

Nota: \*  $p < 0,05$ . R<sup>2</sup>: contribuição individual de cada variável no modelo.

Conforme a Tabela 6, constatou-se que a subfunção *interativa* [ $R = 0,16$ ;  $R^2 = 0,02$ ;  $F(2;244) = 6,63$ ,  $p < 0,001$ ] explica 2% da variância total do construto em questão. Contribuindo de forma direta ( $\beta = 0,22$ ;  $p < 0,05$ ) na intenção de adotar, corroborando parcialmente a hipótese 15. Já a subfunção *realização* [ $R = 0,16$ ;  $R^2 = 0,02$ ;  $F(2;244) = 8,22$ ,  $p < 0,001$ ] explica 6% da intenção de adotar, tratando-se de uma explicação de ordem inversa ( $\beta = -0,20$ ;  $p < 0,05$ ), confirmando, assim parte da hipótese 14.

Em resumo, a maioria das hipóteses do estudo foram confirmadas, com exceção das hipóteses 3, 6, 7 e 9. Assim, observou-se que as subfunções *realização*, *existência* e *normativa* se correlacionaram com os estereótipos da criança adotada, enquanto que as subfunções *interativa* e *realização* se correlacionaram com a intenção de adotar. Ademais, os valores humanos permitem explicar tanto os estereótipos atribuídos as crianças adotadas, quanto a intenção das pessoas realizarem uma adoção.

### 5.3. Discussão parcial

No *Estudo 2*, buscou-se primeiramente comprovar a estrutura da *EECA*, encontrada no primeiro estudo. Por meio de uma análise fatorial confirmatória, evidenciou-se uma estrutura tridimensional, composta por dezoito itens, apresentando indicadores de ajustes satisfatórios de acordo com a literatura (e.g., *CFI* e *TLI* > 0,90 e *RMSEA* < 0,10; Byrne, 2010; Hair et al., 2009; Tabachnick & Fidell, 2013), acontecendo o mesmo com os seus índices de consistência interna (Nunnally, 1991; Pasquali, 2011).

Além disso, buscou-se verificar a relação entre os valores humanos, estereótipos e intenção de adotar. Levando em consideração os resultados obtidos neste estudo, fica evidenciado que a subfunção *realização* se correlacionou positivamente com a dimensão *comportamentos indesejáveis* e negativamente com a dimensão *comportamentos desejáveis*, apresentando-se como preditora dos estereótipos negativos da criança adotada. Tais resultados são coerentes com o modelo teórico adotado (Gouveia, 1998, 2013), tendo em vista que pessoas guiadas por valores de realização têm um foco intrapessoal e dão prioridade aos próprios benefícios, bem como ao sentimento de ser importante e poderoso. A ênfase no poder faz com que estas pessoas busquem relações desiguais que lhes favoreçam, o que lhes tornam mais preconceituosas (Vasconcelos et al., 2004). Neste caso, o fato dos indivíduos pontuarem mais na dimensão *comportamentos indesejáveis*, ou seja, perceberem as crianças adotadas como

agressivas, indisciplinadas, revoltadas, permite que eles sintam-se superiores e mais importantes em relação a este grupo. Sendo assim, passam a atribuir menos comportamentos desejáveis a estas crianças, tais como inteligentes, estudiosas, etc.

Os achados também apontaram que a subfunção *existência* se correlacionou de forma positiva com as dimensões *comportamentos desejáveis* e *atributos psicológicos negativos*. No entanto, esperava-se que tal subfunção se correlacionasse apenas com os estereótipos positivos da criança adotada (hipótese 8), tendo em vista que pessoas guiadas por valores de existência dão prioridade as necessidades mais básicas (e.g., comer, beber, dormir), preocupando-se com a saúde e bem estar (Gouveia, 2003), e não dando importância as características ou traços específicos dos indivíduos. Todavia, além das necessidades biológicas, essas pessoas dão muita importância a satisfação das necessidades psicológica dos indivíduos, o que pode explicar o fato de terem atribuído estereótipos negativos, tais como ansiosas, inseguras, dependentes, sugerindo que as crianças adotadas não apresentam um bem estar psicológico.

Do mesmo modo, a subfunção *normativa* se correlacionou de forma positiva com as dimensões *comportamentos desejáveis* e *atributos psicológicos negativos*, caracterizando-se como preditoras destas dimensões. Considerando que os indivíduos guiados por valores normativos geralmente são mais velhos, maduros e prezam por obedecer as regras sociais (Gouveia et al., 2011), era esperado que esses atribuíssem comportamentos desejáveis a criança adotada (hipótese 5). Sendo até mesmo uma forma de não expressarem preconceitos e estereótipos negativos, já que isto não é visto com “bons olhos” pela sociedade. No entanto, essas pessoas também atribuíram aspectos negativos a criança adotada. Tal fato pode ser explicado pela natureza da subfunção *normativa*, que preza pelas regras e tradição, sendo assim, a adoção que não é uma forma tradicional de ter um filho pode ser vista de forma negativa por pessoas que priorizam valores normativos.

Além disso, os valores centrais se correlacionaram positivamente com as dimensões *comportamentos desejáveis* e *atributos psicológicos negativos*. Esta relação pode ser justificada pelo fato de que as pessoas guiadas por valores centrais são mais maduras e centradas, preocupando-se com o bem estar dos indivíduos (Gouveia, 2013), apresentando assim uma visão positiva em relação a criança adotada (hipótese 11). Simultaneamente, tal preocupação com o bem estar físico e psicológico dos indivíduos, pode explicar a relação dos valores centrais com os atributos psicológicos negativos da criança adotada.

Por fim, os valores sociais se correlacionaram de forma positiva com a dimensão *comportamentos desejáveis*, como previsto (hipóteses 10). Isto pode ser explicado pela natureza desses valores, que apresentam um foco interpessoal, isto é, pessoas guiadas por valores sociais priorizam a vida em sociedade, enfatizando as relações sociais e atributos mais afetivos (Medeiros, 2011). Desse modo, as pessoas que priorizam tais valores, tendem a perceber as crianças adotadas de forma mais positiva, atribuindo-lhes estereótipos desejáveis, tais como educadas, comunicativas, estudiosas, já que são características que favorecem as relações interpessoais.

Os resultados também apontaram que os valores pessoais (bem como sua subfunção *experimentação*) não se correlacionaram com os estereótipos negativos da criança adotada, o que refuta as hipóteses 3 e 9. Todavia, era esperado que as pessoas guiadas por valores pessoais apresentassem uma visão negativa da criança adotada, tendo em vista que são mais egocêntricas, preocupando-se em alcançar seus próprios objetivos e assumir posições de destaque (Gouveia, 2013), o que pode levar a buscarem relações desiguais que lhes favoreçam, apresentando, portanto, mais preconceitos e estereótipos negativos. Acredita-se que essas hipóteses não tenham sido confirmadas em decorrência da característica da amostra, sendo esta composta em sua maioria por estudantes universitários. De acordo com Oliveira, Detomini e Melo-Silva (2013) jovens universitários encontram-se em uma fase de estabelecimento de

novas metas profissionais, buscando reconhecimento e independência financeira, congruentes com valores da subfunção *realização*, tais como êxito e prestígio, que descrevem pessoas que buscam alcançar metas e serem reconhecidas pelos demais (Gouveia, 2013). Isso explica o fato da maioria dos participantes priorizarem valores de realização em detrimento dos demais.

Quanto a relação entre os valores humanos e a intenção de adotar, foi possível verificar que os valores das subfunções *interativa* e *realização* explicam a intenção de adotar. Especificamente os valores interativos explicam diretamente tal intenção, o que já era esperado, tendo em vista que pessoas guiadas por esses valores, geralmente são jovens que buscam constituir uma família (Milfont, Gouveia & Costa, 2006) e que priorizam as relações íntimas e familiares, compartilhando cuidado, afeto e confiança (Gouveia, 2013). Em contrapartida, os valores de realização explicam inversamente a intenção de adotar, na medida em que pessoas guiadas por esses valores são egocêntricas e se preocupam com suas realizações pessoais (Gouveia et al., 2011), pensando menos no próximo e apresentando, portanto, menos intenção de adotar uma criança. Tais resultados foram encontrados em outros estudos, em que os valores da subfunção *realização* predizem atitudes preconceituosas (Vasconcelos et al., 2004) e atitudes implícitas frente a adoção (Brasileiro, 2014).

De modo geral, acredita-se que os valores humanos constituem-se como uma variável importante na explicação dos estereótipos da criança adotada, bem como na intenção de adotar. Fornecendo, assim, dados empíricos para o desenvolvimento de estratégias e intervenções que busquem desconstruir as crenças, os estereótipos negativos e os preconceitos que envolve a adoção, sobretudo a criança adotada. Além de incentivar as pessoas a realizarem uma adoção.



A presente dissertação teve como objetivo principal analisar se os valores humanos explicam os estereótipos da criança adotada e a intenção de adotar. Nesse sentido definiram-se alguns objetivos específicos: (1) elaborar a *Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA)*; (2) conhecer evidências psicométricas da *EECA*; (3) identificar os correlatos valorativos dos estereótipos da criança adotada e da intenção de adotar; e (4) verificar o poder preditivo dos valores humanos nos estereótipos e na intenção de adotar. Consistente com tais objetivos foram formuladas quinze hipóteses, as quais foram submetidas a dois estudos empíricos, cujos resultados principais são descritos a seguir.

### **6.1. Resultados principais**

Os resultados apresentados nos dois estudos desenvolvidos trouxeram importantes contribuições para o entendimento da relação entre os valores humanos, os estereótipos da criança adotada e a intenção de adotar. No *Estudo 1*, buscou-se elaborar a Escala de Estereótipos da Criança Adotada, reunindo evidências de validade e precisão, considerando que, em consulta a literatura da área, não foi encontrada nenhuma escala destinada a medir tais estereótipos. O instrumento elaborado reuniu parâmetros psicométricos adequados (Pasquali, 2011), podendo ser utilizado em pesquisas futuras. Como visto, constatou-se uma estrutura tridimensional da *Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA)*, tendo sido seus componentes designados de (1) *comportamentos indesejáveis*, (2) *comportamentos desejáveis* e (3) *atributos psicológicos negativos*.

De modo geral, os resultados do primeiro estudo permitiram evidenciar que as crianças adotadas ainda são vistas pela sociedade de forma preconceituosa, tendo em conta que das três dimensões evidenciadas, duas delas apresentam apenas atributos negativos. Tais resultados mostram-se condizentes com as pesquisas de Weber (1998, 2011), as quais apontam que as pessoas apresentam uma visão limitada e errônea acerca da adoção, sobretudo em relação aos

filhos adotivos, vistos como problemáticos, revoltados e que carregam um trauma por terem sido abandonados. Com isso, tornam-se mais propensos a desenvolver problemas emocionais, comportamentais e de aprendizagem (Schettini, 2007).

No *Estudo 2*, a estrutura tridimensional da *EECA* foi confirmada, apresentando indicadores de ajuste e índices de consistência interna satisfatórios de acordo com a literatura (Byrne, 2010; Pasquali, 2011; Tabachnick & Fidell, 2013). Além disso, este estudo evidenciou a relação entre os valores humanos, estereótipos e intenção de adotar uma criança, caracterizando-se como a parte central desta dissertação.

Em linhas gerais, verificou-se que pessoas guiadas por valores da subfunção *realização*, tendem a apresentar mais estereótipos negativos frente à criança adotada, sobretudo no que se refere aos comportamentos indesejáveis. Já as pessoas que priorizam valores da subfunções *existência* e *normativa* atribuem mais estereótipos positivos, embora, enfatizem também atributos psicológicos negativos. Coerente com o que estabelece a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, as subfunções *realização*, *existência* e *normativa*, que correspondem ao eixo horizontal, sugerem que as pessoas são diferentes, apresentando capacidades e condições de vida diferenciadas (Gouveia, 2003). Portanto, isso explica a relação destas subfunções com os estereótipos, visto que estes têm a função de diferenciar um grupo dos outros (Tajfel, 1972).

No que se refere a intenção de adotar, evidenciou-se que os valores de realização explicam inversamente a intenção de adotar, isto é, quanto mais as pessoas se preocupam com suas realizações pessoais e são mais individualistas, apresentam menos intenção de adotar uma criança. Em contrapartida, os valores interativos explicam diretamente tal intenção, ou seja, pessoas que se preocupam com o próximo e são mais afetivas possuem maior intenção de adotar.

Em síntese, a presente dissertação evidenciou que os valores humanos constitui-se como uma variável importante na explicação tanto dos estereótipos quanto na intenção de adotar uma

criança. Tal fato, confirma a importância dos valores humanos para a compreensão das ações, julgamentos, opiniões e escolhas (Gouveia, 2013; Rokeach, 1973). Frente a isso, sugere-se a possibilidade de desenvolver estratégias e intervenções, baseadas nos valores humanos, que possam contribuir para desconstruir a visão negativa que se tem da criança adotada, bem como estimular a prática da adoção.

## **6.2. Limitações da pesquisa**

Embora os resultados tenham sido alcançados, ressalta-se que este estudo, a exemplo de qualquer outro estudo científico, não está isento de limitações. Por exemplo, o fato da medida utilizada ter sido de autorrelato pode ter introduzido efeitos de desejabilidade social nos dados, ou seja, as pessoas podem ter atribuído mais estereótipos positivos a criança adotada do que elas realmente acreditam, emitindo, assim respostas mais aceitáveis socialmente. No entanto, este padrão é comum em medidas de autorelato (Anastasi & Urbina, 2000).

Outro ponto que deve ser ressaltado refere-se à generalização dos resultados, na medida em que a amostra adotada foi de conveniência (Tabachnick & Fidell, 2013), o que restringe as possibilidades de generalização dos achados. Porém, pondera-se que este estudo não pretendeu generalizar os resultados, mas avaliar os parâmetros psicométricos de uma medida específica.

Destaca também o tipo de delineamento empregado, o qual se trata de um estudo correlacional, que não permite fazer afirmações de causa e efeito entre as variáveis estudadas, sendo isso restrito às pesquisas experimentais (Breakwell, Hammond, Fife-Schaw, & Smith, 2010). Sendo assim, não se pode afirmar que uma pessoa que prioriza valores de realização, por exemplo, apresente, necessariamente estereótipos negativos em relação a criança adotada e não tenha nenhuma intenção de adotar. Não obstante, tais limitações não invalidam a contribuição dos achados da presente dissertação, os quais proporcionam evidências científicas para a temática em questão, contribuindo, assim, para o arcabouço da Psicologia Social.

### 6.3. Direções futuras

Dada as limitações apresentadas neste trabalho, sugere-se que novas pesquisas acerca da temática sejam desenvolvidas. Aconselha-se que em estudos futuros utilizem amostras maiores e mais heterogêneas, de preferência representativas da população de interesse. Seria interessante replicar esta pesquisa em outro contexto, contando, por exemplo, com a participação de pretendentes e não pretendentes à adoção, a fim de verificar se a *EECA* é capaz de diferenciar tais grupos. Além de identificar se essas pessoas priorizam valores humanos que favorecem uma visão positiva da criança adotada.

Tornam-se também necessárias a realização de pesquisas que busquem mensurar os estereótipos da criança adotada por meio de medidas implícitas, a fim de minimizar os efeitos da desejabilidade social, de modo que tal técnica leva em consideração o tempo de reação do participante, visando captar sua atividade inconsciente (Athayde, 2012). Ainda, é relevante considerar outros potenciais preditores dos estereótipos da criança adotada, a exemplo de personalidade e empatia.

Ademais, no plano prático, espera-se que os resultados desta dissertação possibilite discussões que ultrapassem as produções científicas, de modo que possa promover campanhas ou ações sociais, fundamentada nos valores humanos, que busquem conscientizar as pessoas sobre a importância da adoção e, simultaneamente, estimular tal prática.

De modo geral, confia-se que esta dissertação tenha contribuído para a literatura acerca da adoção, com a elaboração de uma medida que mensura os estereótipos da criança adotada. Além de fornecer mais evidências sobre o poder dos valores humanos em explicar construtos psicológicos (Bardi & Schwartz, 2003).



- Abrams, D. & Hogg, M. (1990) *Social identity theory – Constructive and critical advances*. Grã-Bretanha: BPC Wheatons Ltd.
- Abreu, D. (2002). *No Bico da Cegonha: Histórias de Adoção e da Adoção Internacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Albuquerque, F. S. (2006). As perspectivas e o exercício da guarda compartilhada na separação consensual e litigiosa. Em: Del’Olmo, F. S & Araújo, L. I. A (coord.). *Direito de família contemporâneo e os novos direitos*. Rio de Janeiro: Forense, p. 23-34.
- Allport, G. (1954) *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Amim, I. D., & Menandro, P. R. M. (2007). Preferências por Características do Futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. *Interação em Psicologia*, 11(2), 241-252.
- Amossy, R. (1991). *Les idées reçues, sémiologie du stéréotype*. Paris: Nathan.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Aquino, T. A. A. (2009). *Atitudes e intenção de cometer o suicídio: Seus correlatos existenciais e normativos*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Araújo, R. C. R. (2016). *Honra, valores humanos e traços de personalidade: a influência cultural*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Arnold, C. (2011). Adoção tardia: do estigma à solidariedade. *Amicus Curiae* 5(5), 1-9.
- Athayde, R. A. A. (2012). *Valores humanos e associações implícitas: um estudo pautado na construção e correlação de medidas*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Azambuja, M. R. F. (2001). *Adoção: um ato de amor*. Curitiba: Juruá

- Baptista, J., Soares, I., & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a adoção: Características da criança e da família adotiva. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 26(1), 396-404.
- Barbosa-Ducharme, M. & Barroso, R. (2012). Análise Intergeracional do Processo de Adoção: Avós, Pais e Filhos. *Revista AMAzônica*, 8(1), 183-207.
- Bardi, A., & Schwartz, S. H. (2003). Values and behavior: Strength and structure of relations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(10), 1207-1220.
- Bartholet, J. D. E. (2006). Commentary: Cultural Stereotypes Can and Do Die: It's Time to Move on With Transracial Adoption. *Journal of the American Academy Psychiatry Law* 34(3), 315-320
- Baumgarten, S. T., Busnello, F., & Tatsch, D. T. (2013). Adoção: conhecendo as expectativas e os sentimentos dos pais do coração. *Perspectivas em Psicologia*, 17(2), 03-19.
- Bernardes, D. L. G. (2003). Dizer «não» aos estereótipos sociais: As ironias do controlo mental. *Análise Psicológica*, 3(21), 307-321.
- Berthoud, C. (2000). Would you adopt a child? A brazilian survey analyzing prejudices and stereotypes related to adoption. *International Journal Of Psychology*, 35(3-4), 163-163.
- Bevilacqua, C. (1943). *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado*. São Paulo: Livraria Francisco Alves.
- Bochnia, S. F. (2010). *Da adoção: categorias, paradigmas e práticas do direito de família*. Curitiba: Juruá.
- Bordallo, G. A. C. (2013). Procedimento da habilitação para adoção. Em: Maciel, K. R. L. A. (Coord.). *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 6. ed. São Paulo: Saraiva.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências. Brasília, DF.

- Brasil. (2009). *Nova Lei Nacional da Adoção*. Lei Federal Nº 12.010/09, de 03 de agosto de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/). Acesso em 10 janeiro de 2016
- Brasileiro, T. C. (2014). *Medidas Explícitas e Implícitas de Atitudes Frente à Adoção e seus Correlatos Valorativos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Breakwell, G. M, Hammond, C., Fife-Schaw, & Smith, J.A. (2010). *Métodos de pesquisa em Psicologia*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Brodzinsky, D. M. & Schechter, M. D. (1990). *The psychology of adoption*. New York: Oxford University Press.
- Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modeling with Amos: Basic concepts, applications, and programming* (2ª ed.). New York, NY: Routledge.
- Cardeira, H. M. (2012). *Atitudes Dos Estudantes Do Ensino Superior Face Á Adoção De Criança Por Casais Homossexuais*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal.
- Cardoso, M. P. (2009). A adoção do nascituro sob a égide do Código Civil de 2002. *Direito & Justiça*, 35(1), 54-60.
- Carvalho, D. M. (2013). *Adoção, guarda e convivência familiar*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Cerqueira-Santos, E. & Santana, G. (2015). Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de Direito e serviço social. *Temas em psicologia*, 23(4), 873-885.
- Chisnall, P. (1993). *Marketin Research: Analysis and Measurement*. London: McGraw-Hill.
- CNJ - Conselho Nacional de Justiça. (2015). *Cadastro Nacional de Adoção*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cna/público/relatorioEstatistico.php>. Acesso em: 05 jan. 2016.
- Coelho, J. A. P. M., Gouveia, V. V. & Milfont, T. L. (2006). Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 199-207.

- Costa, L. F. & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 221-230.
- Costa, L. F. & Campos, N. M. V. (2004). A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 95-104.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M.C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(1), 425-434.
- Costa, T. J. M. (1998). *Adoção transnacional um estudo sócio-jurídico e comparativo da legislação atual*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Dalen, M. (2007). Educational achievement among international adoptees. *Anuário de Psicologia*, 38(2), 199-208.
- Dalmoro, M. & Vieira, K. M. (2013). Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? *Revista Gestão Organizacional*, 6(3), 161-174.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática: para psicologia usando SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artmed.
- Dantas, D. S. M. (2009). *A Nova Lei Nacional de Adoção (lei 12.010, de 29 de julho de 2009) e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantias dos adotandos*. Disponível em: [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=3282](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3282). Acesso em 25 jun 2015.
- Dias, C. M. S. B., Silva, R. V. B., & Fonseca, C. M. S. M. S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos Clínicos*, 1(1), 28-35.
- Dias, M. B. (2010). *Manual de Direito das Famílias*. 6º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Dugnani, K.C.B. (2009). *Análise da adaptação familiar e estratégias estabelecidas para construção de vínculos afetivos na adoção tardia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo - SP.

- Fiske, S. T. (2000). Stereotyping, prejudice, and discrimination at the seam between the centuries: Evolution, culture, mind, and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30(3), 299-322.
- Fonseca, C. (2006). *Caminhos da adoção*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Formiga, N. S. (2002). *Condutas anti-sociais e delitivas: Uma explicação baseada nos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Formiga, N. S. (2007). Valores humanos e sexismo ambivalente. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 19(2), 381-396.
- Gagno, A. P. & Weber, L. N. D. (2003). A adoção na mídia: revisão da literatura nacional e internacional. *Paidéia*, 13(25), 111-118.
- Garber, K. J. & Grotevant, H. D. (2015). “YOU Were Adopted?!” Microaggressions Toward Adolescent Adopted Individuals in Same-Race Families. *The Counseling Psychologist*, 1(1), 1-28.
- Gardner, R. C. (1973). Ethnic stereotypes: the tradicional approach, a new look. *The Canadian Psychologist*, 14(2), 133-148.
- Garma, E. G. et al. (1985). *Mas allá de la adopción*. Buenos Aires, Epsilon.
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado não publicada. Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(3), 431-443.
- Gouveia, V. V. (2013). *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Gouveia, V. V., Fonsêca, P. N., Milfont, T. L., & Fischer, R. (2011). Valores humanos: contribuições e perspectivas teóricas. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *A psicologia social: Principais temas e vertentes*. Porto Alegre, RS: ArtMed.
- Gouveia, V. V., Martínez, E., Meira, M. & Milfont, T. L. (2001). A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: Análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 6(2), 133-142.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., & Guerra, V. M. (2014). The functional theory of human values: From intentional overlook to first acknowledgement – A reply to Schwartz (2014). *Personality and Individual Differences*, 68(1), 250 - 253.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R., & Coelho, J. A. P. M. (2009). Teoria funcionalista dos valores humanos: Aplicações para organizações. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(3), 34-59.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R., & Santos, W. S. (2008). Teoria Funcionalista dos Valores Humanos. Em M. L. M. Teixeira (Ed.), *Valores humanos e gestão: Novas perspectivas* (pp. 47-80). São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
- Gouveia, V. V., Santos, W. S., Milfont, T. L., Fischer, R., Clemente, M., & Espinosa, P. (2010a). Teoría funcionalista de los valores humanos en España: Comprobación de las hipótesis de contenido y estructura. *Interamerican Journal of Psychology*, 44, 203-214.
- Gouveia, V. V., Sousa, D. M. F., Fonsêca, P. N., Gouveia, R. S. V., Gomes, A. I. A. S. B., & Rodrigues, R. C. (2010b). Valores, metas de realização e desempenho acadêmico: proposta de modelo explicativo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 14(2), 323-331.
- Granato, E. F. R. (2014). *Adoção: Doutrina e prática*. Curitiba: Juruá.
- Griffith, E. E. H., & Bergeron, R. L. (2006). Cultural stereotypes die hard: the case of transracial adoption. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 34(3), 303-314.

- Grotevant, H. D., & McDermott, J. M. (2014). Adoption: Biological and Social Processes Linked to Adaptation. *Annual Review of Psychology*, 65(1), 235-265.
- Hair, J. J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Multivariate data analysis* (6<sup>a</sup> ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall.
- Hamilton, D., & Trolie, T. K. (1986). Stereotypes and stereotyping: an overview of cognitive approach. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 127-162). Orlando: Academic Press.
- Hawk, B., & McCall, R. B. (2010). CBCL behavior problems of postinstitutionalized international adoptees. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 13(2), 199-211.
- Hayton, J. C., Allen, D. G., & Scarpello, V. (2004). Factor retention decisions in exploratory factor analysis: A tutorial on parallel analysis. *Organizational Research Methods*, 7(2), 191-205.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Hofstede, G. (1991). *Culture and organizations: Software of the mind*. London: McGraw-Hill.
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: A adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 200-216.
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrid: Siglo XXI.
- Iyama, R. (2004). *Os pais adotivos: preconceitos, fantasias, fatores motivacionais inconscientes e suas implicações na formação do sintoma da criança*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Juffer F., Palacios, J., Le Mare, L., Sonuga-Barke, E., Tieman, W., et al. (2011). Development of adopted children with histories of early adversity. *Monographs of the Society for Research in Child*, 76(4), 31-61.
- Juffer, F. & Van IJzendoorn, M. (2005). Behavior problems and mental health referrals of international adoptees. *Journal of the American Medical Association* 293(20), 2501-2515.
- Juffer, F. & Van IJzendoorn, M. (2007). Adoptees do not lack self-esteem: a meta-analysis of studies on self-esteem of transracial, international, and domestic adoptees. *Psychological Bulletin*, 133(6), 1067-83.
- Katz, D., & Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28(3), 280-290.
- Kauss, O. G. B. (1993). *A Adoção no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- Kluckhohn, C. (1951). Values and value orientations in the theory of action. Em T. Parsons & E. Shils (Eds.), *Toward a general theory of action* (pp. 388-433). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Levinzon, G. K. (2009). *Adoção*. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Levinzon, G. K. (2015). A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica?. *Desidades*, 7(1), 10-20.
- Levy, L., & Jonathan, E. G. (2004). A criança adotada no imaginário social. *Psico*, 35(1), 61-68.
- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. Em L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs). *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik.
- Lindblad, F., Weitoft, G. R., Hjern, A. (2010). ADHD in international adoptees: a national cohort study. *Eur. Child Adolesc. Psychiatry* 19(1), 37-44.
- Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*, New York: MacMillan.

- Lipscomb, S. T., Leve, L. D., Shaw, D. S., Neiderhiser, J. M., Scaramella, L. V., et al. (2012). Negative emotionality and externalizing problems in toddlerhood: overreactive parenting as a moderator of genetic influences. *Development. Psychopathology*, 24(1), 167-79.
- Loch, A. A., Hengartner, M. P., Hengartner, F. B., Lawson, F. L., Wang, Y. et al. (2011). O estigma atribuído pelos psiquiatras aos indivíduos com esquizofrenia. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38(5), 173-177.
- Loman, M. M., Wiik, K. L., Frenn, K. A., Pollak, S. D., Gunnar, M. R. et al. (2009). Postinstitutionalized children's development: growth, cognitive, and language outcomes. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics*, 30(1), 426-34.
- Lopes, B. J. (2016). *Perdão conjugal: uma explicação a partir dos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Marcílio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. Em: Freitas, M. (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp. 51-76). São Paulo: Cortez.
- Marques, J. & Paéz, D. (2004). Processos cognitivos e estereótipos sociais. Em J. Vala & M. B. Monteiro. *Psicologia social*. 6 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martínez, R. S. (2010). *Estereotipos y prejuicios*. Repositorio Institucional de La Universidad de Alicante. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10045/14289>. Acesso em 04 abril 2016.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372.
- McCauley, C., & Stitt, C. (1978). An individual and quantitative measure of stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(2), 929-940.

- Medeiros, E. D. (2011). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Testando sua adequação intra e interculturalmente*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Medeiros, E. D., Pimentel, C. E., Monteiro, R. P., Gouveia, V. V., Cavalcante, P., et al. (2015). Valores, atitudes, e uso de bebidas alcoólicas: proposta de um modelo hierárquico. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 35(3), 841-854.
- Michener, H. A., Delamater, J. D., & Myers, D. J. (2003). *Psicologia social*. São Paulo: Thomson.
- Milfont, T. L., Gouveia, V. V., & Costa, J. B. (2006). Determinantes psicológicos da intenção de constituir família. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(1), 25-33
- Miller, L. C. (2005). Immediate behavioral and developmental considerations for internationally adopted children transitioning to families. *Pediatric Clinics. North America*, 52(5),1311-30.
- Miranda, P. (1951). *Tratado de Direito Privado*. Rio de Janeiro: Borsoi.
- Moore, G. (2009). Preconceito, estereótipos e discriminação. Em Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (Orgs.). *Psicologia Social* (pp. 135-163). 27 ed. Petrópolis: Vozes.
- Moskowitz, G. B. (2005). *Social cognition: Understanding self and others*. New York: The Guilford Press.
- Nunnally, J. C. (1991). *Teoría psicométrica*. México, DF: Trillas.
- Oliveira, M. C., Detomini, V. C., & Melo-Silva, L. L. (2013). Sucesso na transição universidade-trabalho: expectativas de universitários formandos. *Psicologia em Revista*, 19(3), 497-518.
- Paiva, L. D. (2004). *Adoção: significado e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2010). Adoption research: Trends, topics, outcomes. *International Journal of Behavioral Development*, 34(3), 270-284.

- Parsons, T., & Shils, E. A. (1951). *Toward a general theory of action*. New York: Harper.
- Pasquali, L. (2012). *Análise fatorial para pesquisadores*. Brasília, DF: LabPam.
- Pasquali, L. (2011). *Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pauli, S. C., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Construção das dificuldades de aprendizagem em crianças adotadas. *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 881-895.
- Paulsen, C., & Merighi, J. R. (2009). Adoption preparedness, cultural engagement, and parental satisfaction in intercountry adoption. *Adoption Quarterly*, 12(2), 1-18.
- Pereira, C. L. (2012). *Adoção tardia: investigação sobre padrões de relacionamento familiar, comportamento escolar e social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Pereira, E. L. (2013). Adoção internacional: realidades, conceitos e preconceitos. *Emancipação*, 13(3), 48-66.
- Pereira, M. E. *Psicologia Social dos Estereótipos*. São Paulo: EPU, 2002.
- Pereira, M. E., Ferreira, F. O., Martins, A. H., & Cupertino, C. M. (2002). Imagens e significado e o processamento dos estereótipos. *Estudos de psicologia*, 7(2), 389-397.
- Pereira, R. P., & Pereira, M. E. (2011). O uso de priming conceitual supraliminar na ativação do estereótipo de político: um estudo empírico. *Ciências & Cognição*, 16(2), 02-12.
- Pimentel, C. E., Torres, C. V., & Gunther, H. (2011). Estratégias de mensuração de atitudes em psicologia social. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 196-210). Porto Alegre: ArtMed.
- Pinto, M. C. N., & Picon, P. (2009). Adoção: Proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 5(1), 3-17.

- Pontes, M. L. S., Cabrera, J. C., Ferreira, M. C., & Vaisberg, T. M. A. (2008). Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva. *Psicologia em Estudo*, 13(3), 495-502.
- Queiroz, E. F. (2004). O “estranho” filho adotivo - uma leitura clínica do Unheimlich na adoção. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(4), 100-111.
- Rizzardo, A. (2007). *Direito de família: Lei nº 10.406, de 10.01.2002*. Rio de Janeiro: Forense.
- Rizzini, I., Naiff, L., & Baptista, R. (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: The Free Press.
- Ros, M. (2006). Valores, atitudes e comportamento: Uma nova visita a um tema clássico. Em M. Ros & V.V. Gouveia (Eds.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 87-114). São Paulo: SENAC.
- Rutter, M., Colvert, E., Kreppner, J., Beckett, C., Groothues, C. et al. (2007). Early adolescent outcomes for institutionally-deprived and non-deprived adoptees. I: Disinhibited attachment. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48(1), 17-30.
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adoção: O Direito e os afectos: caracterização das famílias adoptivas do Distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 26(3), 501-517.
- Santos, W. S. (2008). *Explicando comportamentos socialmente desviantes: uma análise do compromisso convencional e afiliação social*. Tese de Doutorado. Departamento de psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Schettini, S. M. M. (2007). *Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE.
- Schwartz, S. H. & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(3), 550-562.

- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the context and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1-65). Orlando, FL: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50(2),19-45.
- Schwartz, S. H. (2005). Validade e aplicabilidade da teoria dos valores. Em A. Tamayo & J. B. Porto (Eds.), *Valores e comportamentos nas organizações* (pp. 56-59). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schwartz, S. H. (2014). Functional theories of human values: Comment on Gouveia, Milfont, and Guerra (2014). *Personality and Individual Differences*, 12(1), 21-24.
- Schwartz, S. H., Cieciuch, J., Vecchione, M., Davidov, E., Fischer, et al. (2012). Refining the theory of basic individual values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103(3), 663-688.
- Silva filho, A. M. (1997). *O regime jurídico da adoção estatutária*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Silva, A. P. (2007). *Encontros e desencontros na adoção: considerações a partir de um caso clínico*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Simmel, C. (2007). Risk and protective factors contributing to the longitudinal psychosocial well-being of adopted foster children. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 15(4), 237-249.
- Soares, A. K. S. (2013). *Valores humanos e bullying: um estudo pautado na congruência entre pais e filhos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

- Sonego, J. C. & Lopes, R. C. S. (2009). A experiência da maternidade em mães adotivas. *Aletheia*, 1(29), 16-26.
- Sottomayor, M. C. *Abandono e Adopção – a adoção singular nas representações sociais e no Direito*. Coimbra: Almedina, 2005.
- Souza, H. P. (2007). *Adopção é Doação*. Curitiba: Juruá.
- Souza, I. M., Santos, V. C. M., & Ribeiro, P. H. S. (2012). *Nova Lei da Adopção*. 2ª edição. São Paulo: Mizuno Editora.
- Spates, J. L. (1983). The sociology of values. *Annual Review Sociology*, 9(1), 27-49.
- Stangor, C. (2009) The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology. A quick history of theory and research. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (pp. 1-22). New York: Psychology Press.
- Stewart, E. G., López-Sáez, M., & Guirado, I. C. (2013). *Introducción a la Psicología Social*. 2ª ed. Madri: Sanz y Torres/UNED.
- Sznick, V. (1993). *Adopção*. 2ª ed. São Paulo: Leud.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2013). *Using Multivariate Statistics*. 6<sup>th</sup>. Ed. Boston: Allyn and Bacon.
- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. In S. Worchel & W.G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson Hall.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25(4), 79-97.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la Psychologie Sociale* (pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tamayo, A. (1985). O estereótipo de universitários a respeito do índio brasileiro. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 1(3), 227-236.

- Thomas, W. I. & Znaniecki, F. (1918). *The Polish peasant in Europe and America*. EUA: University of Chicago Press.
- Valério, T. A. M. & Lyra, M. C. D. P. (2014). A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 716-725.
- Van den Dries, L., Juffer, F., Van IJzendoorn, M. H., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2009). Fostering security? A meta-analysis of attachment in adopted children. *Children and Youth Services Review*. 31(3), 410-21.
- Van der Veg, T. E. J., Tieman, W., Van der Ende, J., Ferdinand, R. F., Verhulst, F. C., et al. (2009). Impact of early childhood adversities on adult psychiatric disorders: a study of international adoptees. *Social Psychiatry and Psychiatr Epidemiology*. 44(9), 724-31.
- Van IJzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller Memorial Lecture 2006: adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional, and cognitive development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(12), 1228-45.
- Van IJzendoorn, M. H., Juffer, F., & Poelhuis, C. W. K. (2005). Adoption and cognitive development: a meta-analytic comparison of adopted and nonadopted children's IQ and school performance. *Psychological Bulletin*. 131(2), 301-16.
- Vargas, M. M. (2006). Adoção de crianças maiores. Em: Schettini Filho, L. & Moeller Schettini, S. S. (orgs.). *Adoção, os vários lados dessa história*. Recife: Bagaço, p. 147-172.
- Vasconcelos, T. C. (2004). *Personalidade, valores e condutas anti-sociais de jovens*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Vasconcelos, T. C., Gouveia, V. V., Filho, M. L. S., Sousa, D. M. F., & Jesus, G. R. (2004). Preconceito e intenção em manter contato social: evidências acerca dos valores humanos. *Psico-USF*, 9(2), 147-154.

- Volpato, G. (2007). *Bases teóricas para redação científica*. São Paulo: Cultura acadêmica.
- Wallin, A., Dozier, M., Bick, J., & Bernard, K. (2011). *Attachment and empathy among children experiencing early adversity*. Comunicação apresentada no SRCD Bienal Meeting, Montreal, Canadá.
- Weber, L. N. D. (1998). *Laços de Ternura: pesquisa e histórias de adoção*. Curitiba: Santa Mônica.
- Weber, L. N. D. (2001). *Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos*. Curitiba: Juruá.
- Weber, L. N. D. (2006). *Pais e filhos por adoção no Brasil*. Curitiba: Juruá.
- Weber, L. N. D. (2011). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá.
- Wiik, K. L., Loman, M. M., Van Ryzin, M. J., Armstrong, J. M., Essex, M. J., et al. (2011). Behavioral and emotional symptoms of post-institutionalized children in middle childhood. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, 52(1), 56-63.
- Williams, M. J. & Spencer-Rodgers, J. (2010). Culture and Stereotyping Processes: Integration and New Directions. *Social and Personality Psychology Compass* 4(8), 591-604.



## Anexo I – Certidão de aprovação do projeto



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

### CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 2ª Reunião realizada no dia 17/03/2016, o Projeto de pesquisa intitulado: **“INTENÇÃO DE ADOTAR UMA CRIANÇA: EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS ESTEREÓTIPOS E NOS VALORES HUMANOS”**, da pesquisadora Jerssia Lais Fonseca dos Santos. Prot. nº 019/16. CAAE: 53232816.0.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.

  
Andrea Márcia da C. Lima  
Mat. SIAPE 1117510  
Secretária do CEP-CCS-JFPB

## Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Intenção de adotar uma criança: uma explicação pautada nos estereótipos e nos valores humanos”**, a qual tem como objetivo conhecer em que medida os valores humanos e os estereótipos acerca da criança adotada predizem a intenção de adotar. O motivo pelo qual pretende-se desenvolver tal pesquisa é a importância de conhecer os estereótipos relativos a criança adotada, de tal modo que se possa desmitificar as crenças, os medos e os preconceitos que envolve a adoção, contribuindo, assim, para estimular tal prática.

Solicita-se a sua colaboração respondendo a um questionário (com duração média de 10 minutos), contendo perguntas relacionadas a adoção e aos valores humanos, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e Psicologia e publicar em revistas científicas. Para que você possa responder com a máxima sinceridade e liberdade, será garantido o caráter anônimo e confidencial de suas respostas.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em gerar desconforto nos participantes em compartilhar informações pessoais ou confidenciais. No entanto, ressalta-se que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Esta pesquisa terá como benefício a promoção de reflexão dos participantes frente a temática exposta. Além disso, o estudo também poderá oferecer informações para profissionais, pais adotivos e para população em geral, que poderão auxiliar a diminuir os medos e os preconceitos que ainda envolvem a adoção, desmitificando o estereótipo de que o filho adotivo é sempre um “problema”. Vale ressaltar, que o estudo não acarretará nenhuma despesa ao colaborador.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Contato com o (a) Pesquisador(a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o(a) pesquisador(a) Jérssia Laís Fonseca dos Santos, telefone: (83) 988299893 ou para o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde. Endereço: Centro de Ciências da Saúde - CCS – 1º andar. Cidade Universitária. Bairro: Castela Branco – João Pessoa – PB. CEP: 58.051 -900.

E-mail: [eticacsufpb@hotmail.com](mailto:eticacsufpb@hotmail.com) Campus I – fone: 3216-7791.

### Anexo III – Escala de Estereótipos da Criança Adotada – ECCA (Versão experimental)

**INSTRUÇÕES:** A seguir serão apresentadas algumas características que as pessoas atribuem às crianças adotadas. Por favor, marque o número que melhor corresponde à sua percepção sobre este grupo, de acordo com o seu grau de concordância ou discordância.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

#### As CRIANÇAS ADOTADAS são percebidas como:

1. Agressivas	1	2	3	4	5
2. Mal educadas	1	2	3	4	5
3. Independentes	1	2	3	4	5
4. Problemáticas	1	2	3	4	5
5. Indisciplinadas	1	2	3	4	5
6. Preguiçosas	1	2	3	4	5
7. Ingratas	1	2	3	4	5
8. Generosas	1	2	3	4	5
9. Inseguras	1	2	3	4	5
10. Dependentes	1	2	3	4	5
11. Desinteressadas	1	2	3	4	5
12. Interativas	1	2	3	4	5
13. Revoltadas	1	2	3	4	5
14. Impulsivas	1	2	3	4	5
15. Tímidas	1	2	3	4	5
16. Ansiosas	1	2	3	4	5
17. Atentas	1	2	3	4	5
18. Esforçadas	1	2	3	4	5
19. Solitárias	1	2	3	4	5
20. Estudiosas	1	2	3	4	5
21. Pacientes	1	2	3	4	5
22. Disciplinadas	1	2	3	4	5
23. Frias	1	2	3	4	5

24. Egoístas	1	2	3	4	5
25. Sociáveis	1	2	3	4	5
26. Inteligentes	1	2	3	4	5
27. Comunicativas	1	2	3	4	5
28. Não inteligentes	1	2	3	4	5
29. Gratas	1	2	3	4	5
30. Calmas	1	2	3	4	5
31. Antissociais	1	2	3	4	5
32. Tristes	1	2	3	4	5
33. Afetivas	1	2	3	4	5
34. Não problemáticas	1	2	3	4	5
35. Seguras	1	2	3	4	5
36. Alegres	1	2	3	4	5
37. Respeitadoras	1	2	3	4	5
38. Educadas	1	2	3	4	5
39. Desatentas	1	2	3	4	5
40. Quietas	1	2	3	4	5

### Anexo IV – Questionários dos Valores Básicos (QVB)

**INSTRUÇÕES:** Leia as afirmações abaixo e indique o quanto cada uma delas é importante para você. Faça isso escrevendo um número ao lado de cada valor para indicar em que medida a considera importante, segundo o que você acha.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não Importante	Não Importante	Pouco Importante	Mais ou menos Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante

01. \_\_\_ CONHECIMENTO. Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
02. \_\_\_ ÊXITO. Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. \_\_\_ APOIO SOCIAL. Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
04. \_\_\_ EMOÇÃO. Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
05. \_\_\_ SEXUALIDADE. Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
06. \_\_\_ PODER. Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. \_\_\_ AFETIVIDADE. Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. \_\_\_ RELIGIOSIDADE. Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. \_\_\_ SAÚDE. Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar física ou mentalmente enfermo.
10. \_\_\_ PRAZER. Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. \_\_\_ PRESTÍGIO. Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. \_\_\_ OBEDIÊNCIA. Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. \_\_\_ ESTABILIDADE PESSOAL. Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planejada.
14. \_\_\_ CONVIVÊNCIA. Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, esportivo, entre outros.
15. \_\_\_ BELEZA. Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. \_\_\_ TRADIÇÃO. Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. \_\_\_ SOBREVIVÊNCIA. Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. \_\_\_ MATURIDADE. Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

### Anexo V – Escala de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)

**INSTRUÇÕES:** Agora gostaríamos que indicasse a **probabilidade de você adotar**, de acordo com os itens listados abaixo. Você pode marcar qualquer número de 1 a 5, segundo a probabilidade de realizar cada uma das afirmações indicadas.

**Probabilidade baixa    1    2    3    4    5    Probabilidade alta**

<b>01.</b> Na possibilidade de ter um filho adotivo, adotaria.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>02.</b> Tenho metas claras de adotar um filho.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>03.</b> Se eu pudesse optar, teria um filho adotivo.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>04.</b> Para minha realização pessoal, adotaria um filho.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>05.</b> Não planejo criar um filho adotivo.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

## Anexo VI – Questionário Sociodemográfico

1. Idade: \_\_\_\_\_ anos                      2. Sexo    1.  Masculino    2.  Feminino

3. Estado civil:

1.  Solteiro (a)
2.  Casado (a)/união estável
3.  Separado(a)/divorciado(a)
4.  Viúvo(a)
5.  Outro. Qual? \_\_\_\_\_

4. Escolaridade:

1.  Ensino Fundamental incompleto
2.  Ensino Fundamental completo
3.  Ensino Médio incompleto
4.  Ensino Médio completo
5.  Ensino Superior incompleto
6.  Ensino Superior completo

5. Exerce alguma atividade profissional?    1.  Sim                      2.  Não

Se sim, qual \_\_\_\_\_

6. Religião:

1.  Católica
2.  Protestante
3.  Espírita
4.  Religiões afro-brasileiras
5.  Sem religião
6.  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

7. Com que frequência você participa das celebrações dessa religião (ir a cultos/ missas, templos, encontros religiosos, etc.).

**Nunca**    0        1        2        3        4        5        6        7        **Sempre**

8. Em que medida você se considera religioso?

**Nada**    0        1        2        3        4        5        6        7        **Muito**

9. Em relação às pessoas da sua cidade, você se considera pertencente a que classe? Marque um X no número que melhor representa sua condição social.

Classe baixa			Classe média			Classe alta		
1	2	3	4	5	6	7	8	9

10. Renda familiar

1.  Menos de R\$ 880,00
2.  De R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00
3.  De R\$ 2.641,00 a R\$ 4.400,00
4.  De R\$ 4.401,00 a R\$ 6.160,00
5.  De R\$ 6.161,00 a R\$ 7.920,00
6.  Acima de R\$ 7.920,00

11. Você tem filhos biológicos?                      1.  Sim                      2.  Não

12. Você tem filhos adotivos?                      1.  Sim                      2.  Não

13. Você é adotado?                      1.  Sim                      2.  Não

14. Você tem algum parente adotivo?    1.  Sim                      2.  Não

Se sim, qual parentesco \_\_\_\_\_